

# FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

22 (2) ago./dez., 2020

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E  
LINGUÍSTICA  
PORTUGUESA

20(2), ago./dez. 2020

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

# Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



## Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

## Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil

Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil

Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Esperança Cardeira, *Universidade de Lisboa*, Portugal

Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil

Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal

Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil

João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil

Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil

Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil

Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal

Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista*, Brasil

Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal

Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil

Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2020 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,  
volume 22, número 2

Sumário

*Apresentação*

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa, Flaviane Romani  
Fernandes Svartman  
149-150

*Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de  
discurso na construção conjunta de imagens identitárias*

Gustavo Ximenes Cunha  
151-170

*Posições responsivas como indício de autoria na escrita de pós-graduandos*

José Cezinaldo Rocha Bessa  
171-187

*Os caminhos para a história social da língua: interações entre o social e o  
linguístico*

Marilza de Oliveira, Helcius Batista Pereira  
189-212

*A (hiper)leitura digital e o livro didático: um olhar filológico para a leitura  
literária na Educação Básica*

Elizabeth Mota Nazareth de Almeida, Patrício Nunes Barreiros  
213-232

*Leitura e escrita de manuscritos: pena e suporte digitais na prática  
paleográfica*

Antonio Ackel, Marcelo Módolo  
233-245

*Templates silábicos no Português do Príncipe: processos em coda e  
'prevalência' de sílabas CV*

Amanda Balduino

247-270

*Reduplicação no guineense*

Baticã Braima Ença Mané, João Eusébio Imbatene, Manuele Bandeira, Shirley  
Freitas

271-289

## Apresentação

Temos a satisfação de trazer a público o volume 22, n.º 2, da revista *Filologia e Linguística Portuguesa*. Os artigos são de grande interesse para os estudiosos da Filologia e da Linguística, por abordarem temas relacionados com a análise da conversação, a história social do Português Brasileiro, a filologia aplicada ao livro didático, a paleografia digital, a variação fonológica do português e a morfologia de línguas africanas.

O volume abre-se com o artigo intitulado *Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de discurso na construção conjunta de imagens identitárias*, de Gustavo Ximenes Cunha. O trabalho apresenta uma abordagem para o estudo do papel que as relações de discurso exercem na negociação de imagens identitárias. As relações de discurso constituem um recurso que permite ao locutor tentar antecipar-se a possíveis objeções do(s) interlocutor(es), bloqueando-as e direcionando o processo de coordenação de ações. Analisa-se, como exemplo, o excerto de uma sessão ocorrida no Supremo Tribunal Federal (STF).

O segundo texto, da autoria de José Cezinaldo Rocha Bessa, examina *Posições responsivas como indício de autoria na escrita de pós-graduandos*. O trabalho tem como objetivo investigar as configurações autorais em produções científicas de jovens pesquisadores, com o propósito de analisar a manifestação de posições responsivas como indícios de autoria. Com base no exame de dez artigos científicos escritos por estudantes de mestrado da área de Linguística, constata-se que os estudantes de mestrado analisados expressam uma configuração autoral marcada sobretudo por posições responsivas que indicam compartilhamento de ideias, reprodução de dizeres e adesão às posições dos autores citados.

No trabalho intitulado *Os caminhos para a história social da língua: interações entre o social e o linguístico*, Marilza de Oliveira e Hélcio Batista Pereira discutem os caminhos para a pesquisa no campo da História Social da Língua. Com base na terceira onda da Sociolinguística, examinam-se cartas produzidas por três indivíduos da família Mesquita, no início do século XX, membros da elite paulista e proprietários de *O Estado de S. Paulo*. Focalizam-se o uso dos pronomes demonstrativos e a colocação pronominal. A proposta é que os estudos de História Social da Língua trabalhem no cruzamento interdisciplinar, observando nos *corpora* não somente dados linguísticos, mas também elementos que delineiem o engajamento dos indivíduos nas comunidades de prática a que se filiam.

Segue-se *A (hiper)leitura digital e o livro didático: um olhar filológico para a leitura literária na Educação Básica*. Os autores, Elizabeth Mota Nazareth de Almeida e Patrício Nunes Barreiros, apresentam as características dos textos literários reproduzidos no livro didático, em suportes impressos e digitais, e suas implicações filológicas no contexto da (hiper)leitura nas aulas de Língua Portuguesa, no âmbito da Educação

FLP 22(2)

Básica. Os resultados obtidos indicam que, ao se desenvolverem práticas de leitura na Escola Básica, é necessário explorar as potencialidades do ambiente digital, levando-se em consideração um olhar humanista e filológico da leitura, com foco na formação de leitores críticos.

No artigo denominado *Leitura e escrita de manuscritos: pena e suporte digitais na prática paleográfica*, Antonio Ackel e Marcelo Módolo apresentam a aplicação de novos recursos de leitura e escrita de manuscritos, a partir de uma perspectiva que conjuga a Paleografia tradicional e a Paleografia digital. Demonstra-se, por meio de exemplos, que a Paleografia digital permite e facilita o exercício da leitura paleográfica e da prática de cópia, o que tornaria possível ao pesquisador maior compreensão do processo de escrita. Discute-se ainda o uso de meios tecnológicos como alternativa para a aplicação de práticas didáticas filológicas, voltadas para a leitura paleográfica de documentos e para a execução da escrita.

Em *Templates silábicos no Português do Príncipe: processos em coda e 'prevalência' de sílabas CV*, Amanda Macedo Balduino discute a silabificação no Português do Príncipe, variedade da língua portuguesa falada em Santo Antônio do Príncipe, em São Tomé e Príncipe. O estudo concentra-se, para tanto, na coda. O levantamento de fenômenos realizado corrobora uma concepção hierárquica para o tratamento da estrutura silábica e indica a atuação de duas trajetórias gramaticais paradoxais: a prevalência de sílabas CV e a emergência de estruturas silábicas complexas, promovidas pela ressilabificação de /S/.

Conclui-se o volume com o artigo intitulado *Reduplicação no guineense*, de que são autores Baticã Braima Ença Mané, João Eusébio Imbatene, Manuele Bandeira e Shirley Freitas. O trabalho analisa o processo de reduplicação no guineense sincrônico, com o objetivo de apresentar um dos processos morfológicos da língua estudada. Demonstra-se que a reduplicação é um processo do guineense moderno, no qual exerce tanto funções gramaticais quanto lexicais. Constata-se ainda que podem ser reduplicadas categorias como verbos, nomes e advérbios.

Os editores

FLP 22(2)

# Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de discurso na construção conjunta de imagens identitárias

*An interactionist approach to the study of the role of discourse relations in the joint construction of identity images*

Gustavo Ximenes Cunha\*

*Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil*

**Resumo:** Neste trabalho, apresentamos uma abordagem para o estudo do papel que as relações de discurso (justificativa, concessão, exemplificação, comentário, condição etc.) exercem na negociação de imagens identitárias (faces e territórios). Partindo, em especial, de contribuições da abordagem constituída em torno de Eddy Roulet para o estudo da organização do discurso, entendemos que o locutor, estabelecendo relações, busca produzir uma intervenção que possa ser avaliada pelo/s interlocutor/es como suficientemente adequada, ou seja, como obediente às regras de conduta que subjazem à interação e, portanto, como não ofensiva das faces e dos territórios em jogo. Nessa perspectiva, as relações de discurso constituem um recurso que permite ao locutor tentar antecipar-se a possíveis objeções do/s interlocutor/es, bloqueando-as e, com isso, direcionando o curso do processo de coordenação de ações. À luz dessa abordagem, analisamos o excerto de uma sessão ocorrida no Supremo Tribunal Federal (STF).

**Palavras-chave:** Relações de discurso. Interação. Imagens identitárias.

**Abstract:** In this paper, we present an approach to the study of the role that discourse relations (justification, concession, exemplification, condition, etc.) play in the negotiation of identity images (faces and territories). Based on contributions from the approach built around Eddy Roulet, we understand that the locutor, establishing relationships, seeks to produce an intervention that can be evaluated by the interlocutor as sufficiently adequate, that is, as obedient to the rules of conduct that underlie the interaction and therefore as non-offensive to faces and territories. In this perspective, discourse relations are resources that allow the speaker to try to anticipate possible objections from the interlocutor, blocking them and thus directing the course of the interaction. Based on this approach, we analyzed the excerpt from a session that took place at the Supreme Federal Court (STF).

**Keywords:** Discourse relations. Interaction. Identity images.

FLP 22(2)

---

\* Professor da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; ximenescunha@yahoo.com.br. Gustavo Ximenes Cunha agradece ao CNPq a concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (nível 2), processo: 304244/2019-8.

## 1 INTRODUÇÃO

Constitui um procedimento central de formulação do texto oral ou escrito o estabelecimento de relações entre as informações de porções textuais de extensões variadas. Na perspectiva interacionista em que se situa este trabalho, estabelecer relações de justificação, explicação, exemplificação, reformulação, comentário, concessão, condição e outras é parte das ações que o produtor do discurso precisa realizar para interagir com o/s outro/s, sendo, portanto, o conhecimento e o domínio dessas relações constitutivos da competência comunicativa (Morato, 2008), discursiva (Roulet, 1999) ou interacional (Pekarek Doehler, 2006; Filliettaz, 2019) dos interactantes. É por esse motivo que, nas últimas décadas, o estudo dessas relações tem despertado o interesse de abordagens que, apesar das especificidades teóricas e metodológicas que as diferenciam, podem ser globalmente caracterizadas como interacionistas<sup>1</sup>.

De modo mais ou menos explícito, essas abordagens reconhecem o papel das relações de discurso ou de algumas delas na construção conjunta de imagens identitárias ou das faces e territórios em jogo na interação<sup>2</sup>. Para Roulet (1987), por exemplo, a relação de preparação exerce uma função essencialmente ritual, já que o locutor, ao preparar um pedido verificando a disponibilidade do interlocutor em realizá-lo, tenta evitar uma recusa, ato sempre ameaçador para as faces envolvidas. Da mesma forma, Marcuschi (2002, p. 133), em estudo sobre a repetição, observa: “as R [repetições] que promovem a interação são comandadas em boa parte dos casos pelo princípio da preservação das faces”. Diferentes estudiosos compreendem a relação de concessão como uma estratégia que permite ao locutor, a fim de construir uma imagem de si mais democrática ou menos autoritária, considerar na sentença subordinada o ponto de vista que refuta e que supõe corresponder ao do interlocutor e mobilizar na sentença principal o ponto de vista que sustenta (Moeschler; Spengler, 1982; Vincent; Heisler, 1999; Doury; Kerbrat-Orecchioni, 2011; Kuyumcuyan, 2016)<sup>3</sup>.

FLP 22(2)

<sup>1</sup> Algumas dessas abordagens são: Pragmática do Discurso (Roulet et al., 1985; Roulet, 1999; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001), Análise da Conversa (Schegloff, 2007; Schegloff; Jefferson; Sacks, 1977), Praxemática (Bres; Nowakowska, 2006, 2008; Bres; Nowakowska; Sarale, 2016), Projeto Gramática do Português Falado – grupo da organização textual-interativa (Fávero; Andrade; Aquino, 2002a, 2002b, 2006; Marcuschi, 2002; Hilgert, 2002[1990], 2002, 2006) –, Linguística Interacional (Couper-Kuhlen; Selting, 2018).

<sup>2</sup> Para Goffman, a face corresponde ao “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma pela linha que os outros pressupõem que ela seguiu durante um contato particular” e à “imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (Goffman, 1967, p. 5). Já o território diz respeito aos direitos que cada pessoa reivindica e à defesa desses mesmos direitos. Os direitos que formam o território constituem um campo de objetos físicos e simbólicos, cujos limites costumam ser preservados e defendidos (Goffman, 1973). Em Brown e Levinson (1987), as noções de face e território são reinterpretadas como face positiva e face negativa, respectivamente. Os autores definem a face negativa como “a reivindicação básica de territórios, de preservação pessoal, de direitos a não-distração — i.e. de liberdade de ação e liberdade de imposição” e a face positiva como “a autoimagem consistente e positiva ou ‘personalidade’ (crucialmente incluindo o desejo de que essa autoimagem seja apreciada e aprovada) reivindicada pelos interactantes” (Brown; Levinson, 1987, p. 61).

<sup>3</sup> O papel da concessão na preservação/construção de faces é reconhecido e estudado por autores situados em outras vertentes teóricas, como a Semântica da Enunciação ou Pragmática Integrada (Ducrot, 2005; Ducrot et al., 1980) e o Funcionalismo (Neves, 1999).

Porém, em nenhuma dessas abordagens para o estudo das relações de discurso, concebe-se a co-construção de imagens identitárias como algo inerente ao estabelecimento das relações ou entende-se que a compreensão pelos interlocutores de quem são uns para os outros se dá, em grande medida, no processo mesmo de estabelecer relações de contra-argumento, concessão, justificativa, preparação, explicação, reformulação, comentário, condição etc. Porque essas abordagens privilegiam a dimensão comunicativa ou informacional do discurso em detrimento de sua dimensão ritual (Cunha, 2021), subjaz a elas o entendimento de que a função primeira das relações de discurso é garantir a produção de turno compreensível pelo interlocutor ou “assegurar a intercompreensão dos enunciados” (Hilgert, 2002[1990], p. 106), permitindo aos interlocutores “resolver, contornar, ultrapassar ou impedir problemas, obstáculos ou barreiras de compreensão e, portanto, de formulação com que se deparam no desenvolvimento da construção enunciativa” (Hilgert, 2002[1990], p. 107). Consequentemente, escapa aos interesses dessas abordagens investigar em profundidade o papel dessas relações na co-construção de faces e territórios.

Por esse motivo, este trabalho, que desenvolve pesquisas que vimos realizando nos últimos anos sobre o estudo das relações de discurso na perspectiva interacionista (Cunha, 2015, 2017a, 2017b, 2019a, 2019b, 2020, 2021; Cunha; Braga, 2018; Cunha; Picinin, 2018; Cunha; Tomazi, 2019), apresenta uma abordagem para a qual são indissociáveis o processo de coordenação de ações por meio do estabelecimento das relações de discurso e o processo de construção conjunta de imagens identitárias. Partindo, em especial, de contribuições da abordagem constituída em torno de Eddy Roulet para o estudo da organização do discurso (Roulet, 1999; Roulet et al., 1985; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001; Moeschler, 1985; Filliettaz; Roulet, 2002), a proposta consiste em evidenciar o papel de primeira importância que as relações de discurso exercem na negociação de imagens identitárias. Sem desconsiderar os aspectos informacionais envolvidos no estabelecimento de uma relação de discurso, procuramos evidenciar de modo sistemático que o locutor, ao estabelecer uma relação, busca não só produzir um enunciado ou turno compreensível, mas também gerir as faces e os territórios em jogo. Para alcançar o objetivo colocado, este trabalho se inicia com a apresentação da noção de interação por nós adotada. Em seguida, expõe a proposta para o estudo das relações de discurso na perspectiva interacionista. Por fim, propõe a análise, nessa perspectiva, do excerto de uma sessão ocorrida no Supremo Tribunal Federal (STF), em 26 de outubro de 2017.

## 2 POR UMA NOÇÃO DE INTERAÇÃO

A proposição de uma abordagem das relações de discurso na perspectiva interacionista dos estudos da linguagem pressupõe uma definição explícita da noção de interação. Reunindo contribuições de estudiosos da interação como Goffman (1967, 1973, 2012[1986]), Kerbrat-Orecchioni (1990), Clark (1996) e Mondada (2006), Filliettaz (2014, p. 137) define a interação nestes termos:

Pode-se definir a interação linguageira como um processo temporal e sequencialmente ordenado que ocorre quando pelo menos dois indivíduos se encontram em um espaço perceptual parcialmente partilhado, no qual eles recorrem a recursos semióticos para conduzir coletivamente uma ação conjunta, ela mesma indexada em práticas sociais histórica e culturalmente cristalizadas.

O interesse dessa definição reside no fato de ela resultar da articulação de três ‘ordens de realidade’. Segundo Filliettaz (2014, 2019), a interação não se reduz ao encontro ou contato de dois indivíduos (ordem interpessoal), mas implica ainda a consideração dos ambientes institucionais e culturais em que o encontro ocorre (ordem sócio-histórica), bem como dos recursos semióticos por meio dos quais os interlocutores coordenam suas ações (ordem semiótica). Especifiquemos brevemente cada uma dessas ordens.

*Ordem interpessoal:* toda interação demanda a coordenação de ações recíprocas. Assim, para ocorrer, a interação pressupõe a partilha pelos interlocutores de um “espaço perceptual comum” (Filliettaz, 2014, p. 133) que pode ou não coincidir com o ambiente físico imediato. Nesse sentido, a noção de interação não corresponde apenas ao encontro face a face (cf. Goffman, 1967), devendo abarcar ainda as interações que ocorrem via diferentes suportes, como computadores e telefones. Além de um espaço perceptual comum, a interação pressupõe igualmente a participação dos interlocutores na realização de formas de ação coletivas, como aprender, discutir, entreter, fabricar objetos, vender-comprar produtos etc. É por isso que interagir requer “mecanismos de ajuste das contribuições respectivas” (Filliettaz, 2014, p. 133) para a realização de ações conjuntas. Esse ajuste envolve mais do que a simples troca de informações; envolve ainda a negociação das imagens identitárias (faces e territórios, cf. nota 3) ao longo da interação. É por meio da linha de conduta que segue que cada locutor revela como se vê na interação e como vê o/s outro/s. Nesse sentido, as imagens identitárias não são dadas de antemão, mas são o resultado do modo como os interlocutores coordenam suas ações.

*Ordem semiótica:* interagir requer recursos que possibilitem aos interlocutores a coordenação de suas ações. Um dos recursos mais importantes é a linguagem verbal ou, mais especificamente, são os diferentes planos de sua organização: a sintaxe, a semântica, a dêixis temporal, espacial e pessoal, os mecanismos enunciativos, as relações de discurso e suas marcas (conectores e tempos verbais), a estruturação global do texto, os itens fóricos de construção da cadeia referencial etc. Esses recursos correspondem ainda a outros elementos semióticos, como a prosódia, os gestos, os deslocamentos no espaço, as imagens etc. Porque interagir implica a sincronização desses vários recursos verbais e não verbais, os estudiosos da interação têm se valido cada vez mais de abordagens multimodais (Mondada, 2019; Pekarek Doehler, 2006; Filliettaz, 2014, 2015; Filliettaz; Durand; Trébert, 2018; Couper-Kuhlen; Selting, 2018; Ladilova, 2020).

*Ordem sócio-histórica:* a interpretação pelos interlocutores das ações que realizam não se constrói com base apenas nos mecanismos locais de ajuste das contribuições respectivas. A escolha desses mecanismos, bem como a avaliação/percepção de sua pertinência para o encontro ocorrem sob a influência da dimensão sócio-histórica da interação. Como observa Filliettaz (2014, p. 137),

Os participantes interagem não só com os indivíduos com que se encontram localmente engajados, mas também com realidades sociais que preexistem ao encontro, que o prolongam e que constituem um produto cristalizado no tempo e em contínua evolução.

Essas realidades sociais esquemáticas deram origem a diferentes conceptualizações: quadros da experiência social e regras de conduta (Goffman, 1967, 2012[1986]), cenários e *scripts* (Brown; Yule, 1983), tipos de atividade (Levinson, 1992),

gêneros do texto e do discurso (Bakhtin, 2003; Bronckart, 2007), tipificação (Schultz, 1987), representação praxiológica (Filliettaz, 2000; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001), entre outras. Em que pesem as consideráveis diferenças teóricas que as particularizam umas em relação às outras, essas noções compartilham a finalidade de buscar circunscrever algumas das expectativas de ordem sócio-histórica que guiam os interlocutores na realização de ações. É com a mediação desse conhecimento sócio-historicamente constituído e adquirido que eles podem categorizar a interação de que participam, definir qual linha de conduta seguir, prever qual linha poderá ser seguida pelo/s outro/s, avaliar em que medida a linha efetivamente seguida pelo/s outro/s é esperada ou inesperada (deslocada, inadequada, inovadora) etc.

As três ordens de realidade propostas por Filliettaz (2014) para conceituar a interação não devem ser entendidas evidentemente como dimensões estanques. Ao contrário, a interação se caracteriza pela articulação contínua dos aspectos emergentes da coordenação local de ações, dos recursos semióticos e dos aspectos esquemáticos de natureza sócio-histórica. É o que evidencia nosso objeto de estudo, as relações de discurso. Uma relação de comentário, reformulação, condição ou outra é um recurso semiótico que permite ao locutor realizar ações conjuntas, tentando se fazer compreendido pelo interlocutor e negociando com ele imagens identitárias. Ao mesmo tempo, a decisão do locutor por estabelecer ou não a relação implica a consideração das expectativas sócio-históricas que possui sobre o ambiente institucional em que se situa, expectativas que têm um impacto sobre o que cada participante da interação pode esperar e exigir do/s outro/s. No próximo item, abordaremos mais extensamente as relações de discurso nessa perspectiva.

FLP 22(2)

### 3 UMA ABORDAGEM INTERACIONISTA DAS RELAÇÕES DE DISCURSO

Enquanto participantes competentes do processo de coordenação de ações, ou seja, enquanto (inter)agentes dotados de uma competência interacional (Filliettaz, 2019), os interlocutores sabem que produzir uma intervenção considerada inadequada pelos demais participantes da interação corresponde a seguir, aos olhos desses participantes, uma linha de conduta inesperada para o encontro, elaborando uma intervenção menos ou mais informativa do que o necessário e ameaçadora das faces e dos territórios em jogo (Roulet et al., 1985)<sup>4</sup>. Também sabem que adotar uma linha considerada inesperada implica quebrar uma “regra de conduta” ou um “guia para ação” (Goffman, 1967) e, assim, contrariar parte das expectativas para o encontro, expectativas que, até a emergência do comportamento inesperado ou desviante, acreditavam compartilhar (Goffman, 1967, 2012[1986]; Pekarek Doehler, 2006; Filliettaz, 2014). Os interlocutores sabem ainda que esse comportamento de um dos

---

<sup>4</sup> A intervenção é a unidade textual constitutiva da troca (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Assim, ao longo de uma troca, os interlocutores elaboram intervenções, e cada intervenção se caracteriza por uma orientação ilocucionária própria: pergunta, pedido, informação, resposta etc. De modo geral, as intervenções se caracterizam por uma grande complexidade estrutural, o que se deve à busca de seu produtor por atender às expectativas de completude do/s interlocutor/es (Roulet et al., 1985; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Por isso, uma intervenção costuma ser constituída de um ato principal, ao qual se subordinam outros atos, intervenções e trocas. O ato é a unidade mínima de análise proposta por Roulet (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

interlocutores, exatamente por constituir a quebra de uma regra de conduta ou expectativa social, será interpretado pelos demais como uma ofensa (Haugh, 2015).

A natureza ofensiva do comportamento inesperado se manifesta na avaliação que os demais participantes da interação podem fazer acerca de seu responsável. Dependendo do comportamento e da expectativa que contraria, ele pode ser classificado e (des)qualificado como grosseiro, arrogante, impertinente, distante (frio), destemperado, inconveniente, invasivo, desajeitado, imprudente, insensível, prolixo, lacônico, inseguro, mentiroso etc. (Kerbrat-Orecchioni, 1997; Laforest; Vincent, 2004; Jay; Janschewitz, 2008; Culpeper, 2011). Essa lista de adjetivos expressa parte da ampla paleta de valores sociais que, de modo explícito ou implícito, podem ser atribuídos ao responsável por um comportamento considerado ofensivo. E, ao manifestarem a percepção de sua quebra, expressam ainda as regras que subjazem à interação e que podem ser tanto normas comunicativas, como as máximas conversacionais de Grice (1975), quanto normas rituais, como as máximas de polidez de Lakoff (1977) e Leech (1983, 2014). Assim, se um adjetivo como *prolixo* manifesta a violação de uma norma comunicativa que implicitamente regulava a interação, adjetivos como *arrogante* e *grosseiro* manifestam a violação de normas rituais que também implicitamente regulavam a interação. Mas, em ambos os casos, aquele que é assim qualificado tem sua face atacada ou comprometida em algum grau (Lakoff, 1977; Culpeper, 2011; Leech, 2014).

Diferentes reações podem decorrer da quebra de uma regra de conduta, além da avaliação mencionada. Ao terem (parte de) suas expectativas contrariadas, interpretando como inesperado o comportamento de um dos interlocutores, os demais podem tentar compatibilizar esse comportamento com a imagem que têm da interação, a fim de inseri-lo no fluxo dos acontecimentos. Podem também buscar reenquadrar a interação, reavaliando-a como mais ou menos tensa ou formal, e, com isso, reinterpretar o tipo de elo que os liga ao participante que agiu de modo inesperado. Podem ainda auxiliá-lo a retomar a linha de conduta esperada, amenizando os danos para a face do próprio participante. Ou podem apenas evidenciar sua percepção de que uma regra de conduta foi violada, atribuindo a esse participante o dever de se justificar/explicar/desculpar, com o fim de recompor as faces ou os territórios atacados (Goffman, 1967, 1973, 2012[1986]; Vion, 1992; Burger, 1999, 2004; Jacquin, 2014).

Essas (re)ações dos demais participantes da interação têm a finalidade de manter a interação em curso e se materializam em objeções<sup>5</sup> cujo efeito é complexo. Se, de um lado, permitem tentar mitigar os danos causados pela ofensa, de outro tornam o participante em falta consciente da ofensa que cometeu. Por isso, a produção de uma objeção atribui aos interlocutores os papéis de ofensor e de ofendido, papéis que influenciam o modo como coordenarão as ações recíprocas, a partir da objeção. Esses papéis correspondem a identidades momentânea e ocasionalmente assumidas pelos interlocutores, em razão do modo como agem. Assim, o papel de ofensor designa aquele que é alvo de uma objeção (ou a quem é atribuído um modo de agir inesperado, desviante), ao passo que o de ofendido designa aquele que realiza a objeção. As

---

<sup>5</sup> Como expusemos em Cunha (2019a, 2020), essas objeções se materializam – ou se textualizam – de três formas: 1) abertura pelo interlocutor de trocas secundárias ou subordinadas em que pede esclarecimentos ao locutor; 2) elaboração pelo interlocutor de reações negativas (refutações) (Cunha, 2019b); 3) elaboração pelo interlocutor de uma intervenção que subordina a troca em curso.

objeções, portanto, são uma manifestação pública de que, aos olhos do ofendido, um dos interlocutores cometeu uma ofensa e constituem o início de um processo local de reparação dessa ofensa (*face work* (Goffman, 1967))<sup>6</sup>.

Nessa perspectiva, as relações de discurso surgem como um elemento central do processo de coordenação de ações. Estabelecendo relações de concessão, exemplificação, comentário, justificativa, condição e outras, o locutor busca produzir uma intervenção que, em virtude do modo como representa a interação em curso e, por isso mesmo, das expectativas que acredita partilhar com o/s interlocutor/es, possa ser avaliada por este/s como suficientemente adequada. Ao elaborar sua intervenção sustentando afirmações com justificativas e explicações, trazendo exemplos, estabelecendo condições para a realização de ações, reformulando porções do texto, esclarecendo o tópico de sua intervenção, reconhecendo méritos no ponto de vista adversário etc., o locutor busca mostrar ao/s interlocutor/es que ele segue uma linha de conduta esperada ou obediente às regras de conduta que subjazem ao encontro e, portanto, não ofensiva.

Desse modo, as relações constituem um recurso que permite ao locutor tentar antecipar-se a possíveis objeções do/s interlocutor/es, bloqueando-as e, com isso, direcionando o curso do processo de coordenação de ações (Cunha, 2020). Evitando objeções, o locutor impede que a ele seja atribuído o papel de ofensor, afastando as implicações negativas para as imagens identitárias que decorrem dessa atribuição. Contudo, como as expectativas sobre como agir são apenas parcialmente compartilhadas, o locutor não tem garantias de que as relações que estabelece serão, de fato, capazes de evitar todas as objeções que o/s interlocutor/es possa/m lhe direcionar, o que torna esse processo amplamente dinâmico e dependente do modo como os participantes da interação coordenam suas ações.

Nessa perspectiva, reconhece-se que as relações de discurso são parte essencial da dinâmica interacional, exercendo papel importante na co-construção de imagens identitárias. Afinal, o modo como os interlocutores coordenam suas ações recíprocas, estabelecendo ou deixando de estabelecer relações de discurso, evidencia o grau de compartilhamento das representações sobre o que seja a interação em curso, sobre o que seus participantes podem ou não dizer/fazer e sobre quais regras de conduta devem seguir. As relações de discurso constituem, assim, um recurso de que se valem para tentar evitar objeções, negociar (ajustar, questionar) suas expectativas e construir conjuntamente imagens identitárias, atribuindo-se, ao longo da interação, os papéis de ofensor e ofendido. Ao mesmo tempo, elas constituem um recurso precioso de que o analista dispõe para apreender o que se passa ao longo do processo de coordenação de ações. No próximo item, a abordagem delineada neste item será utilizada na compreensão do papel que as relações de discurso exercem em uma interação no STF.

---

<sup>6</sup> Os papéis de ofensor e ofendido devem ser entendidos como papéis praxiológicos (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001) ou interacionais (Burger, 1999, 2004) e não preveem a emergência ou manifestação de emoções no discurso (espanto, perplexidade, raiva, irritação, constrangimento, indignação, compaixão, medo, vergonha etc.). Para nós, a compreensão da relação entre produção de objeções, assunção dos papéis de ofensor e de ofendido e emergência de emoções no discurso depende da articulação de três fatores: i) a importância que os interlocutores (mas, em especial, o ofendido) dão à regra de conduta violada, ii) a forma como o ofendido realiza – textualiza – a objeção e iii) o ambiente institucional em que estão inseridos (Goffman, 1967; Rinn, 2008; Langlotz; Locher, 2017; Cunha, 2019a, 2020). O alcance dessa compreensão deverá constituir objeto de estudos futuros.

#### 4 O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DE DISCURSO EM SESSÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Neste item, analisaremos, à luz da proposta delineada no item anterior, o excerto de uma sessão do STF que ocorreu em 26 de outubro de 2017 e que tratou de uma ação para validar a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará<sup>7</sup>. No excerto, os interlocutores são os Ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso (doravante GM e LRB, respectivamente). Ao longo do excerto, há intervenções pontuais da Ministra Carmen Lúcia. A escolha dessa interação se justifica pelo ambiente fortemente institucional e amplamente conhecido em que ocorre (sessão plenária do STF) e pelo fato de nela ficar evidente que o estabelecimento de relações de discurso pelos interlocutores permite a cada um, ao mesmo tempo, tentar salvar a própria face e/ou o próprio território e justificar os ataques à face e/ou ao território do outro, revelando e negociando, de modo conflituoso, as expectativas apenas parcialmente compartilhadas sobre a interação em curso.

A interação entre GM e LRB se inicia com uma troca de acusações indiretas em que cada ministro critica o estado de origem do outro. GM critica o Rio de Janeiro, estado de origem de LRB, ao passo que LRB critica o Mato Grosso, estado de origem de GM. Essa troca de acusações, reduzidas a atos isolados, se estende até o ato (08), a partir do qual as críticas passam a ser mais diretas e desenvolvidas.

FLP 22(2)

GM: (01) a prova de que falta criatividade ao administrador é o caso do Rio de Janeiro\\ (02) gente/ citar o Rio de Janeiro como exemplo/

LRB: (03) devem achar que é Mato Grosso\\

GM: (04) não não.. (05) é o Rio de Janeiro mesmo-

LRB: (06) onde tá todo mundo PREso\\

GM: (07) éh ah não (08) no no Rio não estão//

LRB: (09) não não sim (10) aliás nós prendemos/. (11) tem gente que solta\\

Com a intervenção formada pelos atos (09-11), LRB responde à pergunta feita por GM em (08): ‘no no Rio não estão//’. Em sua resposta, LRB sustenta o ato ‘(09) não não sim [está todo mundo preso]’ com o argumento formado pelos atos (10-11): ‘(10) aliás nós prendemos/. (11) tem gente que solta\\’. O uso do *aliás* sugere que, para LRB, esse argumento deve ser entendido como acessório, não devendo ser retomado pelo interlocutor na sequência da troca. No interior do argumento, o ministro estabelece uma relação de contra-argumento entre o ato (11) e a informação expressa no (10), o que pode ser explicitado por um conector contra-argumentativo: ‘(10) aliás nós prendemos/. (11) [*mas*] tem gente que solta\\’. Com essa relação, LRB tenta elaborar uma intervenção suficientemente adequada, bloqueando objeções que

<sup>7</sup> O excerto encontra-se no Anexo deste trabalho e foi objeto de análise em Cunha (2019a). Na transcrição desse excerto, adotamos as seguintes convenções: / - \ (contorno melódico continuativo ascendente, plano ou descendente), // = \\ (contorno melódico conclusivo ascendente, plano ou descendente), . . . (pausa mais ou menos longa), : :: (alongamento mais ou menos acentuado), sublinhado (recobrimento de fala), [ ] comentário, risos, mudança de elocução ou de amplitude, ( ) palavra cuja compreensão é incerta, (X) sílaba incompreensível (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001, p. 407). No excerto, a numeração indica a segmentação do texto em atos. Informações detalhadas sobre o processo de que a sessão faz parte podem ser obtidas em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5249161>.

poderiam ser derivadas da conclusão a que leva o ato (10), como: ‘Se vocês prendem condenados da Justiça, então quem os solta?’.

Em seguida, GM reage produzindo esta intervenção: ‘(12) veja veja o caso/. (13) solta cumprindo: a Constituição\\ (14) quem gosta de prender// (15) vossa excelência quando chegou aqui/.. (16) éh soltou o Zé Dirceu:\\. [Hah]’. Ao iniciá-la, o ministro indica, com o ato (12) ‘veja veja o caso/.’, que não se deterá nas informações expressas nos atos (10-11) da intervenção de LRB, sugerindo que a relação de argumento marcada pelo ‘aliás’ contribuiu para tornar essa intervenção adequada. Porém GM logo se interrompe e, nos atos (13-16), revela sua compreensão de que, no argumento trazido pelo interlocutor, este indiretamente se elogia ((10) aliás nós prendemos/.) e o critica ((11) tem gente que solta\\).

Com o ato (13) (‘solta cumprindo: a Constituição\\’), GM faz uma objeção à crítica indireta que recebeu, indicando que a intervenção de LRB é, para ele, inadequada por não informar suas motivações para soltar réus. Assim, a objeção sugere que, para GM, a intervenção do interlocutor é inadequada tanto do ponto de vista informacional (faltam informações), quanto do ritual (a crítica é injustificada). A essa objeção GM acrescenta, nos atos (14-16), outra ao autoelogio de LRB ou à sua eficiência em prender condenados. Essa objeção é complexa, porque, primeiro, questiona a afirmação de LRB ((10) ‘nós prendemos’) por meio da pergunta ‘(14) quem gosta de prender//’ e, em seguida, traz em (15-16) uma evidência (a libertação do ex-ministro José Dirceu) para sustentar a conclusão implícita de que, ao contrário do que afirma LRB, este não gosta de prender. Desse modo, GM elabora nessa objeção uma troca lacunar em que a conclusão implícita e os atos (15-16) formam a resposta à pergunta feita em (14):

A: Quem gosta de prender? [ato 14]

B: Não pode ser vossa excelência [conclusão implícita] [porque] vossa excelência quando chegou aqui soltou o Zé Dirceu [atos 15-16]

Com a intervenção formada pelos atos (13-16), GM evidencia, portanto, que, de seu ponto de vista, LRB violou o modo como deveria agir, produzindo uma intervenção inadequada, por ser menos informativa do que o requerido e por colocar em risco as faces em jogo. Agindo dessa forma, GM atribui o papel de ofendido a si e o de ofensor ao interlocutor.

Embora a objeção de GM seja complexa, LRB, ao tomar a palavra, revela que a julgou inadequada. O ministro evidencia esse julgamento por meio do ato (17) (‘porque recebeu inDULto do presidente da República\\’), que constitui uma explicação de suas motivações para libertar José Dirceu. Por meio dessa explicação, LRB faz uma objeção à crítica de GM, revelando que a libertação de José Dirceu, dadas as restrições que pesam sobre os ministros do STF, não foi motivada por uma vontade própria ou por uma decisão pessoal. Com essa objeção, LRB denuncia a adoção de uma linha de conduta inadequada pelo interlocutor, que deveria considerar as motivações dos colegas ministros para a realização de julgamentos, e reivindica o papel de ofendido, apontando a ofensa de que foi alvo. Com isso, LRB busca redistribuir os papéis de ofensor e ofendido. Se GM, ao formular a intervenção (12-16) tivesse se valido do argumento levantado por LRB, bloquearia a realização dessa objeção, como revela a troca a seguir, na qual a função do ato (17) seria apenas a de confirmar um

FLP 22(2)

argumento previamente expresso (trecho em itálico) e não a de trazer um argumento para revelar a incompletude da intervenção do interlocutor.

GM: (12) veja veja o caso/. (13) solta cumprindo: a Constituição\\ (14) quem gosta de prender// (15) vossa excelência quando chegou aqui/.. (16) éh soltou o Zé Dirceu:\\. [*Hah*] *porque recebeu indulto do presidente da República*

LRB: (17) porque recebeu inDULto do presidente da República\\

Na sequência, com a intervenção (18-20), GM refuta o argumento trazido por LRB em (17), evidenciando sua avaliação de que esse argumento é incompleto: '(18) não não não (19) vossa excelência disse/. (20) vossa excelência julgou os embargos infringentes'. Do ponto de vista de GM, expresso nessa intervenção, uma evidência de que a libertação de José Dirceu se deu por uma decisão pessoal de LRB foi este ter julgado os embargos infringentes de Dirceu<sup>8</sup>. Com isso, GM revela sua percepção de que LRB, ao não assumir a responsabilidade por um julgamento, contraria uma expectativa que subjaz à interação de que participam e, assim, ofende os demais interlocutores. Se LRB, por meio, por exemplo, de uma relação de contra-argumento (concessão), tivesse se referido aos embargos infringentes, a refutação de GM não seria possível ou precisaria ser formulada de outra maneira. Por isso, como revela esta troca, a sentença concessiva (trecho em itálico) faz a mesma refutação perder sua eficácia:

LRB: *Embora eu tenha julgado os embargos infringentes*, José Dirceu recebeu inDULto do presidente da República\\

GM: (18) não não não (19) vossa excelência disse/. (20) vossa excelência julgou os embargos infringentes/

FLP 22(2)

Após a refutação de GM, LRB insiste no argumento de que a libertação de José Dirceu foi motivada por um indulto, enquanto GM persevera na refutação do argumento.

LRB: (27) então gostaria de dizer que José Dirceu foi SOLto/

GM: (28) não não/

LRB: (29) por inDULto da presidente da República\\

GM: (30) vossa excelência julgou\

LRB: (31) não/

GM: (32) vossa excelência julgou (demais)/

Nesse trecho formado pelos atos (27-32), a manutenção por GM de uma linha refutativa só é possível porque LRB, na formulação de suas intervenções, se limita a reiterar o argumento do indulto da presidência (ato 29) e a se opor à pertinência da refutação (ato 31). Como LRB não estabelece nenhuma relação de discurso, por meio da qual justificasse suas intervenções, ele permite que GM, em (32), insista em sua linha de conduta ('vossa excelência julgou (demais)/'), desempenhando o papel de ofendido e atribuindo ao outro o de ofensor. Nesse sentido, as sucessivas objeções de GM à fala de LRB constituem evidências de que, para o primeiro, as intervenções produzidas até o momento pelo segundo, todas reduzidas a poucos atos, são inadequadas para o

<sup>8</sup> Embargos infringentes são um tipo de recurso que é interposto pelo réu e que se baseia na falta de unanimidade das decisões colegiadas do STF (Barros; Lemos, 2018).

processo de coordenação de ações em curso, violadoras de regras de conduta e, portanto, ofensivas.

Por isso, a partir do ato (33), LRB passa a adotar uma linha de conduta distinta e a elaborar intervenções mais complexas, que possam atender à exigência de completude de GM, obrigando-o a mudar sua linha e, assim, a abandonar o argumento do protagonismo de LRB na libertação de José Dirceu. O que LRB busca, desse modo, é produzir intervenções que impeçam GM de realizar novas objeções e atribuir a ele novamente o papel de ofensor.

Nesse novo modo agir, LRB produz uma longa intervenção (atos 33-49) que possui uma natureza metadiscursiva, na medida em que gira em torno da impertinência do comportamento do interlocutor. Com essa intervenção, o ministro realiza objeções que focalizam, sobretudo, o aspecto ritual da interação, revelando que, de seu ponto de vista, GM viola expectativas sobre como agir em uma sessão do STF e, por isso, age de forma ofensiva.

- LRB: (33) e vossa excelência tá fazendo um comício que não tem nada que ver com extinção de tribunal de contas no CearÁ\\
- GM: (34) tem\\ tem sim\\
- LRB: (35) vossa excelência tá queixoso (36) porque perdeu o caso dos precatórios. (37) e tá ocupando tempo do plenário com assunto que NÃO é pertinente/
- GM: (38) nós escutamos vossa excelência/
- LRB: (39) pra destilar esse Ódio constante que vossa excelência tem. (40) e agora o dirige contra o Rio/.. (41) vossa excelência devia ouvir a última música do Chico Buarque/.. (42) a RAIva é filha do medo e MÃE da covardia\ (43) vossa excelência fica destilando ódio o tempo inteiro/ (44) não julga/ (45) não fala coisas racionais articuladas/ (46) sempre fala coisa contra alguém/ (47) tá sempre com ódio de alguém/ (48) tá sempre com raiva de alguém/ (49) use um argumento... o mérito do argumento...

FLP 22(2)

Entrecortada por duas objeções de GM (atos 34 e 38), a intervenção de LRB se apoia em quatro atos centrais:

- (35) vossa excelência tá queixoso
- (37) e tá ocupando tempo do plenário com assunto que NÃO é pertinente/
- (44) não julga/
- (49) use um argumento... o mérito do argumento...

Os demais atos trazem argumentos com que LRB visa impedir que GM refute ou invalide os atos centrais por meio de objeções e, dessa forma, o acuse de produzir uma intervenção inadequada. O objetivo é, portanto, levar GM a adotar uma linha de conduta diferente da seguida até o momento. Por exemplo, para que GM não refute a acusação de que ele 'não julga/', ato (44), LRB traz uma série de justificativas coordenadas nos atos (45-48), o que pode ser evidenciado com o conector *porque*:

- (44) não julga/ [*porque*] (45) não fala coisas racionais articuladas/ (46) sempre fala coisa contra alguém/ (47) tá sempre com ódio de alguém/ (48) tá sempre com raiva de alguém/

Essas justificativas impedem que GM, no desenvolvimento da troca, faça objeções como: ‘Por que eu não julgo?’. E, dada a coordenação de quatro argumentos sobre sua agressividade, diminuem as chances de ele fazer objeções sobre essa agressividade.

Após a longa intervenção de LRB, GM não interpõe nenhuma objeção às críticas que lhe são endereçadas, não avaliando a intervenção do colega como ritualmente inadequada por atacar sua face. Quando a ministra Carmen Lúcia intervém no ato (50), solicitando aos colegas que retomem o julgamento relativo ao Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (‘ministros/.. eu pediria que a gente voltasse/ ah voltasse ao julgamento do caso/ por favor\’), GM não se defende das críticas, mas anuncia que pretende insistir na questão dos embargos infringentes (‘(52) só eu só queria lembrar que os embargos infringentes do José Dirceu foram decididos aqui. com/’). Com esse anúncio e com o ato (57) (‘e se dizia que o mensalão era caso fora da curva/’), o ministro evidencia que, para ele, a intervenção de LRB, ainda que formada por vários argumentos, é inadequada, por não justificar ou esclarecer o julgamento dos embargos infringentes. Assim, a retomada por GM da mesma objeção que fez previamente revela que, para ele, o modo de agir de LRB contraria a expectativa segundo a qual um ministro do Supremo, se instado por um colega a se justificar, deve realizar essa ação, sendo, por isso, ofensivo.

Porque GM indica que retomará a linha acusatória contra LRB, este produz uma nova longa intervenção formada pelos atos (58-76) em que tenta adotar uma linha de conduta que possa ser considerada adequada pelo interlocutor, desenvolvendo o argumento de que quem decidiu pela concessão do indulto de José Dirceu não foi ele, mas o STF, com base em decreto aprovado pela Presidência da República.

FLP 22(2)

LRB: (58) Zé Dirceu permaneceu preso/ sob minha jurisdição/ (59) inclusive recorri à prisão domiciliar (60) porque achei imprópria/ (61) e concedi a ele indulto com base no decreto/ eeh.. aprovado pela presidente da República/ (62) porque ninguém é melhor nem pior do que ninGUÉM/ (63) e portanto apliquei a ele a lei que vale para todo mundo/ (64) quem decidiu foi o Supremo/ (65) aliás não fui eu/ (66) porque o Supremo tem onze ministros\ (67) e portanto a maioria entendeu

GM: (68) então não venha/ então não venha/

LRB: (69) que não havia o crime\ (70) e depois ele cumpriu a pena/ (71) e só foi SOLto. por inDULto/ (72) e mesmo assim permaneceu preso/ (73) porque estava preso por determinação da 13ª Vara Criminal de Curitiba\ (74) e agora só está solto (75) porque a SeGUNda turma determinou que ele fosse solto\ (76) portanto não transfira pra mim. esta parceria que vossa excelência tem com a leniÊNcia em relação à criminalidade do colarinho branco\

Nessa intervenção, LRB, após as sucessivas avaliações negativas de GM quanto à completude de suas intervenções, defende-se trazendo não apenas o que considera uma evidência da lisura de seu julgamento, mas quatro, que são expressas nestes atos centrais:

(61) e concedi a ele indulto com base no decreto/ eeh.. aprovado pela presidente da República/

(63) e portanto apliquei a ele a lei que vale para todo mundo/

- (67) e portanto a maioria entendeu  
 (76) portanto não transfira pra mim. esta parceria que vossa excelência tem com a leniência em relação à criminalidade do colarinho branco\

Na busca por limitar as chances de objeções do interlocutor quanto à completude da intervenção que produz, mostrando-se disposto a prestar os esclarecimentos solicitados e não mais desempenhar o papel de ofensor, LRB sustenta cada uma dessas evidências com argumentos, o que faz com que essa grande intervenção seja estruturada em quadro porções textuais maiores, cada uma tendo como núcleo uma das evidências mencionadas. É o que demonstramos com a intervenção formada pelos atos (63-66):

- (63) e portanto apliquei a ele a lei que vale para todo mundo/ (64) quem decidiu foi o Supremo/ (65) aliás não fui eu/ (66) porque o Supremo tem onze ministros\

Se LRB se limitasse a produzir o ato central (63), GM poderia dar sequência à troca desta forma:

- LRB: (63) e portanto apliquei a ele a lei que vale para todo mundo/  
 GM: mas vossa excelência não decide sozinho, não tem poder para, sozinho, aplicar uma lei.

Por meio dessa objeção, GM acusaria LRB, com a produção do ato (63), de atacar os demais ministros, por reivindicar um protagonismo na aplicação da lei. Ao mesmo tempo, atacaria tanto a face de LRB, já que a objeção constitui uma crítica, quanto seu território, já que a objeção revela as limitações de suas atribuições enquanto ministro do STF. Para evitar essa objeção e suas implicações para as imagens identitárias em jogo, LRB estabelece uma relação de argumento por meio da qual subordina ao ato (63) as informações expressas em (64-66). Nesses atos, ele especifica que quem decide é o Supremo (ato 64), não é apenas ele (ato 65), são seus onze ministros (ato 66).

Em cada uma das quatro porções textuais de que a intervenção (58-76) é formada, chama a atenção a frequência de relações de argumento marcadas, em particular, por ocorrências do conector *porque*. Cada ocorrência introduz uma justificativa ou explicação para a afirmação em que se liga, e cada justificativa constitui uma objeção que LRB supõe que GM poderá lhe endereçar sobre a afirmação. Ao agir dessa forma, LRB tenta bloquear as objeções, buscando levar GM a aceitar a completude de sua intervenção e, conseqüentemente, a pertinência de sua (nova) linha de conduta.

Além da organização interna de cada porção textual formada por uma evidência (ato central) e por argumentos, cabe examinar as relações de discurso que LRB estabelece entre essas porções. Com exceção do ato (61), em que LRB retoma informação dada nos atos (17) ('porque recebeu inDULto do presidente da República') e (29) ('por inDULto da presidente da República'), os atos (63), (67) e (76) são introduzidos pelo conector *portanto*, típico introdutor de conclusão (Guimarães, 1987). O uso reiterado desse conector permite ao ministro sinalizar um processo de subordinações retroativas por meio do qual apoia cada nova conclusão nas anteriormente expressas, fazendo destas seu argumento. Nesse processo em que

FLP 22(2)

uma conclusão se torna argumento para a conclusão seguinte, a finalidade é também bloquear possíveis objeções de GM. Por exemplo, combinando os conectores *e* e *portanto* no início do ato (63), LRB sinaliza que a intervenção formada pelos atos (63-66) traz a conclusão das informações expressas na intervenção formada pelos atos (58-62):

(58) Zé Dirceu permaneceu preso/ sob minha jurisdição/ (59) inclusive recorri à prisão domiciliar (60) porque achei imprópria/ (61) e concedi a ele indulto com base no decreto/ eeh.. aprovado pela presidente da República/ (62) porque ninguém é melhor nem pior do que ninGUÉM/ (63) e *portanto* apliquei a ele a lei que vale para todo mundo/ (64) quem decidiu foi o Supremo/ (65) aliás não fui eu/ (66) porque o Supremo tem onze ministros\

Ao estabelecer essa relação de argumento, LRB impede que GM levante objeções como: ‘Seu julgamento [a aplicação da lei] foi infundado’ ou ‘O julgamento se fez com base em que decreto?’.

Com esse processo de subordinações retroativas, LRB cria uma hierarquia ou escala entre as informações introduzidas pelas ocorrências de *portanto*, das quais a mais forte é expressa no ato (76) (‘portanto não transfira pra mim. esta parceria que vossa excelência tem com a leniÉNCia em relação à criminalidade do colarinho branco\’), que traz nova crítica ao comportamento de GM, atribuindo-lhe novamente o papel de ofensor, por adotar uma linha de conduta que LRB avalia como incompatível com o status de ministro do Supremo. No entanto, a crítica recai não mais sobre o estado emocional do interlocutor, como ocorreu nos atos (33-49), mas sobre sua idoneidade.

Porque as relações de discurso impõem restrições sobre o modo como os interlocutores podem participar da interação, as várias relações de argumento estabelecidas por LRB, na intervenção (58-76), têm como efeito a modificação da linha de conduta refutativa que GM vinha adotando desde o início do excerto. No ato (68) (‘então não venha/ então não venha/’), o ministro esboça uma refutação, que não conclui, já que, com o ato (67) (‘e portanto a maioria entendeu/’), LRB evidencia, seja pelo uso do conector *portanto*, seja pela entonação ascendente de ‘entendeu’, que não alcançou a completude de sua intervenção (Burger; Jacquín, 2015). E, após a conclusão da intervenção de LRB, GM, no ato (77) ([he] imagine\ [he]. imagine\’), elabora uma refutação em que tenta questionar a veracidade das informações expressas pelo interlocutor. Porém, a refutação é tão lacunar e indireta que é malsucedida na tarefa de apontar o comportamento de LRB como desviante e ofensivo. Por isso, a ministra Carmen Lúcia entende sua produção como o momento oportuno para intervir novamente e, numa intervenção metadiscursiva (atos 78-80), interromper a discussão, revelando que, para ela, o comportamento dos ministros é desviante em relação ao comportamento esperado de ministros ‘no plenário de um supremo tribunal’ (ato 79) e que ambos, portanto, estão agindo de forma ofensiva e colocando em risco as faces e os territórios de todos os participantes da interação, mesmo dos ministros que não tomaram a palavra.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na proposta apresentada neste trabalho, as relações de discurso são concebidas como recursos que, ao longo do processo de coordenação de ações, permitem aos

interlocutores a negociação de imagens identitárias (faces e territórios). Estabelecendo relações de exemplificação, evidência, preparação, concessão, reformulação, explicação etc., o locutor busca elaborar uma intervenção que possa ser avaliada pelo/s interlocutor/es como adequada, seguindo um modo de agir que não viole as expectativas (regras de conduta) que subjazem ao encontro e que, portanto, não seja ofensivo ao/s interlocutor/es. Com as relações de discurso, o locutor tenta, assim, antecipar-se a possíveis objeções do/s interlocutor/es, bloqueando-as e evitando a assunção pelos interlocutores dos papéis de ofensor e ofendido, bem como as implicações negativas que decorrem dessa assunção. Porém, em função do compartilhamento apenas parcial entre os interlocutores das expectativas concernentes ao tipo de interação de que participam, o locutor não tem garantias de que as relações que estabelece serão, de fato, eficazes no bloqueio de objeções, o que faz desse processo de negociação de imagens identitárias por meio das relações de discurso um fenômeno dinâmico e fortemente ancorado na maneira como os interlocutores coordenam suas ações.

Verificou-se a dinamicidade desse processo por meio da análise de excerto de sessão do Superior Tribunal Federal (STF). Nele os interlocutores, ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, ao estabelecerem relações de discurso, negociam (revelam, reforçam, reavaliam, contestam, modificam) as expectativas de ordem sócio-histórica que sustentam seus comportamentos, avaliam a im/pertinência da linha de conduta que seguem e impõem restrições sobre o modo como devem agir ao longo da interação. O resultado da realização dessas ações foi uma gestão conflituosa e agressiva das imagens identitárias em que, por meio de objeções, cada interlocutor demonstra que a incompletude da intervenção produzida pelo outro constitui uma ofensa, exatamente por contrariar suas expectativas sobre o comportamento esperado em sessões do STF.

Inserida no paradigma interacionista dos estudos da linguagem, a proposta aqui apresentada para o estudo das relações de discurso busca contribuir para uma melhor compreensão do papel dessas relações na dinâmica interacional e no modo como os interlocutores, ao interagirem, mobilizam e re/modelam suas expectativas sobre como agir. Não desconsiderando a importância da dimensão informacional das relações de discurso, dimensão tradicionalmente focalizada pelos estudos sobre articulação textual ou oracional, procuramos evidenciar que as relações contribuem não só para a elaboração de uma intervenção compreensível, mas também para a negociação das imagens identitárias em jogo, desempenhando papel de primeira importância na dimensão ritual (ou dramaturgica) do discurso.

## REFERÊNCIAS

- Bakhtin M. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes; 2003. p. 261-306.
- Barros AT, Lemos CRF. Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. *Opinião Pública*. 2018;24(2):291-327.
- Bres J, Nowakowska A. Dialogisme: du principe à la matérialité discursive. In: Perrin L. Le sens et ses voix. Metz: Université de Metz; 2006. p. 21-48.

- Bres J, Nowakowska A. "J'exagère?..." Du dialogisme interlocutif. In: Birkelund M, Hansenm MBM, Norén C. L'énonciation dans tous ses états. Berne: Peter Lang; 2008. p. 1-27.
- Bres J, Nowakowska A, Sarale JM. Anticipative interlocutive dialogism: sequential patterns and linguistic markers in French. *Journal of Pragmatics*. 2016;96:80-95.
- Bronckart JP. Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC; 2007.
- Brown P, Levinson S. Politeness. Some universals in language use. Cambridge: Cambridge University Press; 1987.
- Brown G, Yule G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press; 1983.
- Burger M. Identités de status, identités de role. *Cahiers de linguistique française*. 1999;21:35-59.
- Burger M. La gestion des activités: pratiques sociales, roles interactionnels et actes de discours. *Cahiers de linguistique française*. 2004;26:177-196.
- Burger M, Jacquin J. La textualisation de l'oral: éléments pour une observation de la construction collaborative de la complétude. In: Adam JM. *Faire texte. Frontières textuelles et opérations de textualisation*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté; 2015. p. 277-318.
- Clark H. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press; 1996.
- Couper-Kuhlen E, Selting M. *Interactional Linguistics: studying language in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press; 2018.
- Culpeper J. Impoliteness. *Using language to cause offense*. Cambridge: Cambridge University Press; 2011.
- Cunha GX. As relações retóricas e a negociação de faces em debate eleitoral. *Confluência*. 2015;47:205-238.
- Cunha GX. Conectores e processo de negociação: uma proposta discursiva para o estudo dos conectores. *Fórum Linguístico*. 2017a;14:1699-1716.
- Cunha GX. O papel dos conectores na co-construção de imagens identitárias: o uso do mas em debates eleitorais. *ALFA*. 2017b;61:599-623.
- Cunha GX. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *Delta*. 2019a;35(2):1-28.
- Cunha GX. Caracterização e funcionamento da refutação em debate eleitoral. *Cadernos de Letras da UFF*. 2019b;30(59):147-176.
- Cunha GX. Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. *Linguística*. 2020;36(2): 107-129.
- Cunha GX. Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. *Forma y Función*. 2021;34(1):1-24.
- Cunha GX, Braga PB. Definindo o comentário metadiscursivo em uma perspectiva interacionista da Análise do Discurso. *SCRIPTA*. 2018;22:171-188.
- Cunha GX, Picinin RVC. As relações de poder em uma abordagem modular da organização do discurso. *Filologia e Linguística Portuguesa*. 2018;20(1):77-96.

Cunha GX, Tomazi MM. O uso agressivo da linguagem em uma audiência: uma abordagem discursiva e interacionista para o estudo da im/polidez. *Calidoscópio*. 2019;17:297-319.

Doury M, Kerbrat-Orecchioni C. La place de l'accord dans l'argumentation polémique: les cas du débat Sarkozy/Royal (2007). *A contrario*. 2011;16(2):63-87.

Ducrot O. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: Doury M, Moirand S. *L'argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle; 2005. p. 17-34.

Ducrot O, et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit; 1980.

Fávero LL, Andrade MLCVO, Aquino ZGO. Estratégias de construção do texto falado: a correção. In: Kato M. *Gramática do Português Falado: convergências*. Campinas: Editora da Unicamp; 2002a. p. 359-369.

Fávero LL, Andrade MLCVO, Aquino ZGO. A correção do texto falado: tipos, funções e marcas. In: Neves MHM. *Gramática do Português Falado: novos estudos*. Campinas: Editora da Unicamp; 2002b. p. 105-142.

Fávero LL, Andrade MLCVO, Aquino ZGO. Correção. In: Jubran CCAS, Koch IGV. *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp; 2006. p. 255-274.

Fillietaz L. *Actions, activités et discours [tese]*. Genebra: Faculdade de Letras, Université de Genève; 2000.

Fillietaz L. L'interaction langagière: un objet et une méthode d'analyse en formation des adultes. In: Friedrich J, Castro JCP. *Recherches en formation des adultes: un dialogue entre concepts et réalité*. Dijon: Éditions Raison et Passions; 2014. p. 127-162.

Fillietaz L. Les ressources interactionnelles de la structuration des activités en contexte éducatif. *Bulletin suisse de linguistique appliquée*. 2015;101:11-26.

Fillietaz L. La compétence interactionnelle: un instrument de développement pour penser la formation des adultes. *Education permanente*. 2019;220/221:185-194.

Fillietaz L, Roulet E. The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. *Discourse Studies*. 2002;4(3):369-392.

Fillietaz L, Durand I, Trébert D. Dos processos de figuração às configurações de participação na interação: reflexões relacionais para a formação profissional. In: Cunha GX, Oliveira ALAM. *Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem*. Belo Horizonte: FALE/POSLIN/UFMG; 2018. p. 43-70.

Goffman E. *Interaction ritual. Essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books; 1967.

Goffman E. *La mise en scène de la vie quotidienne. Les relations en public*. Paris: Les Éditions de Minuit; 1973.

Goffman E. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes; 2012[1986].

Grice HP. Logic and conversation. In: Cole P, Morgan JL. *Syntax and semantics. Speech acts*. New York: Academic Press; 1975. p. 41-58.

Guimarães E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes; 1987.

- Haugh M. Impoliteness and taking offence in initial interactions. *Journal of Pragmatics*. 2015;86:36-42.
- Hilgert JG. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: Castilho AT. *Gramática do Português Falado: abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp; 2002[1990]. p. 99-118.
- Hilgert JG. As paráfrases na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: Koch IGV. *Gramática do Português Falado: desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp; 2002. p. 143-158.
- Hilgert JG. Parafraseamento. In: Jubran CCAS, Koch IGV. *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp; 2006. p. 275-300.
- Jacquín J. *Débattre: l'argumentation et l'identité au coeur d'une pratique verbale*. Bruxelles: De Boeck Supérieur; 2014.
- Jay T, Janschewitz K. The pragmatics of swearing. *Journal of Politeness Research*. 2008(4):267-288.
- Kerbrat-Orecchioni C. *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin; 1990.
- Kerbrat-Orecchioni C. *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin; 1997.
- Kuyumcuyan A. Entre connecteur et modalisateur: à propos de quelques emplois de autant/façon de dire que. *Journal of French Language Studies*. 2016;26:29-43.
- Ladilova A. Multimodal metaphors of interculturereality. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2020;28(2):917-955.
- Laforest M, Vincent D. La qualification péjorative dans tous ses états. *Langue Française*. 2004;144:59-81.
- Lakoff R. What you can do with words: politeness, pragmatics and performatives. In: Rogers A, Wall B, Murphy JP. *Proceedings of the Texas Conference on performatives, presuppositions and implicatures*. Arlington: Center for Applied Linguistics; 1977. p. 94-120.
- Langlotz A, Locher MA. (Im)politeness and Emotion. In: Culpeper J, Haugh H, Kádár DZ. *The Palgrave handbook of Linguistic (Im)politeness*. London: Palgrave Macmillan; 2017. p. 287-322.
- Leech G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman; 1983.
- Leech G. *The pragmatics of politeness*. Oxford: Oxford University Press; 2014.
- Levinson SC. Activity types and language. In: Drew P, Heritage J. *Talk at work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press; 1992. p. 66-100.
- Marcuschi LA. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: Koch IGV. *Gramática do Português Falado: desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp; 2002. p. 105-142.
- Moeschler J. *Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Paris: Hatier-Credif; 1985.
- Moeschler J, Spengler N. La concession ou la réfutation interdite, approches argumentative et conversationnelle. *Cahiers de linguistique française*. 1982;4:7-36.
- Mondada L. La compétence comme dimension située et contingente, localement évaluée par les participants. *Bulletin suisse de linguistique appliquée*. 2006;84:83-119.

- Mondada L. Contemporary issues in conversation analysis: Embodiment and materiality, multimodality and multisensoriality in social interaction. *Journal of Pragmatics*. 2019;145:47-62.
- Morato EM. A noção de competência no campo da Linguística. In: Signorini I. *Situar a língua*[gem]. São Paulo: Parábola; 2008. p. 39-66.
- Neves MHM. As construções concessivas. In: Neves MHM. *Gramática do Português Falado: novos estudos*. Campinas: Editora da Unicamp; 1999. p. 545-594.
- Pekarek Doehler S. Compétence et langage en action. *Bulletin suisse de linguistique appliquée*. 2006;84:09-45.
- Rinn M. *Émotions et discours: l'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes; 2008.
- Roulet E. Complétude interactive et connecteurs reformulateurs. *Cahiers de linguistique française*. 1987;8:111-140.
- Roulet E. *La description de l'organisation du discours. Du dialogue au texte*. Paris: Didier; 1999.
- Roulet E, et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang; 1985.
- Roulet E, Filliettaz L, Grobet A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Peter Lang; 2001.
- Schutz A. Sens commun et interprétation scientifique de l'action humaine. In: Schutz A. *Le chercheur et le quotidien: phénoménologie des sciences sociales*. Paris: Méridiens Klincksieck; 1987. p. 07-63.
- Schegloff EA. *Sequence organization in interaction: a primer in Conversation Analysis I*. Cambridge: Cambridge University Press; 2007.
- Schegloff EA, Jefferson G, Sacks H. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language*. 1977;53(2):361-382.
- Vincent D, Heisler T. L'anticipation d'objections: prolepse, concession et réfutation dans la langue spontanée. *Revue québécoise de linguistique*. 1999;27(1):15-31.
- Vion R. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachette; 1992.

## ANEXO

### Transcrição<sup>9</sup>

GM: (01) a prova de que falta criatividade ao administrador é o caso do Rio de Janeiro\\ (02) gente/  
 citar o Rio de Janeiro como exemplo/  
 LRB: (03) devem achar que é Mato Grosso\  
 GM: (04) não não.. (05) é o Rio de Janeiro mesmo-  
 LRB: (06) onde tá todo mundo PRÉso\\  
 GM: (07) éh ah não (08) no no Rio não estão//  
 LRB: (09) não não sim (10) aliás nós prendemos/. (11) tem gente que solta\\  
 GM: (12) veja veja o caso/. (13) solta cumprindo: a Constituição\\ (14) quem gosta de prender// (15)  
 vossa excelência quando chegou aqui/.. (16) éh soltou o Zé Dirceu:.. [Hah]  
 LRB: (17) porque recebeu inDULto do presidente da República\\

<sup>9</sup> No excerto, os interlocutores são referidos pelas siglas: CL (Carmen Lúcia), GM (Gilmar Mendes) e LRB (Luís Roberto Barroso).

GM: (18) não não não (19) vossa excelência disse/. (20) vossa excelência julgou os embargos infringentes/  
 LRB: (21) absolutamente é mentira/  
 GM: (22) não:.... (23) vossa excelência dizia que o mensalão/  
 LRB: (24) é menti/  
 GM: (25) aliás vossa excelência normalmente não trabalha com a verdade\\  
 GM: (26) eh... eh...  
 LRB: (27) então gostaria de dizer que José Dirceu foi SOLto/  
 GM: (28) não não/  
 LRB: (29) por inDULto da presidente da República\\  
 GM: (30) vossa excelência julgou\  
 LRB: (31) não/  
 GM: (32) vossa excelência julgou (dema)s/  
 LRB: (33) e vossa excelência tá fazendo um comício que não tem nada que ver com extinção de tribunal de contas no CearÁ\\  
 GM: (34) tem\\ tem sim\\  
 LRB: (35) vossa excelência tá queixoso (36) porque perdeu o caso dos precatórios. (37) e tá ocupando tempo do plenário com assunto que NÃO é pertinente/  
 GM: (38) nós escutamos vossa excelência/  
 LRB: (39) pra destilar esse Ódio constante que vossa excelência tem. (40) e agora o dirige contra o Rio/..  
 (41) vossa excelência devia ouvir a última música do Chico Buarque/.. (42) a RAIva é filha do medo e MÃE da covardia\  
 (43) vossa excelência fica destilando ódio o tempo inteiro/ (44) não julga/ (45) não fala coisas racionais articuladas/ (46) sempre fala coisa contra alguém/ (47) tá sempre com ódio de alguém/ (48) tá sempre com raiva de alguém/ (49) use um argumento... o mérito do argumento...  
 CL: (50) ministros/.. eu pediria que a gente voltasse/ ah voltasse ao julgamento do caso/ por favor\\  
 GM: (51) mas eu vou voltar... vou voltar... (52) só eu só queria lembrar que os embargos infringentes do José Dirceu foram decididos aqui. com/  
 CL: (53) ministro. se pudesse/  
 GM: (54) uhn  
 CL: (55) voltar ao caso do Tribunal de Contas// (56) este. este é o caso em julgamento\\  
 GM: (57) e se dizia que o mensalão era caso fora da curva/  
 LRB: (58) Zé Dirceu permaneceu preso/ sob minha jurisdição/ (59) inclusive recorri à prisão domiciliar (60) porque achei imprópria/ (61) e concedi a ele indulto com base no decreto/ eeh.. aprovado pela presidente da República/ (62) porque ninguém é melhor nem pior do que ninGUÉM/ (63) e portanto apliquei a ele a lei que vale para todo mundo/ (64) quem decidiu foi o Supremo/ (65) aliás não fui eu/ (66) porque o Supremo tem onze ministros\  
 (67) e portanto a maioria entendeu/  
 GM: (68) então não venha/ então não venha/  
 LRB: (69) que não havia o crime\  
 (70) e depois ele cumpriu a pena/ (71) e só foi SOLto. por inDULto/ (72) e mesmo assim permaneceu preso/ (73) porque estava preso por determinação da 13ª Vara Criminal de Curitiba\  
 (74) e agora só está solto (75) porque a SeGUNda turma determinou que ele fosse solto\  
 (76) portanto não transfira pra mim. esta parceria que vossa excelência tem com a leniÊNCIA em relação à criminalidade do colarinho branco\\  
 GM: (77) [he] imagine\  
 [he]. imagine\  
 CL: (78) ministro ministro eu peço por gentileza (79) estamos no plenário de um supremo tribunal (80) e eu gostaria que/. vamos voltar\

(Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ROzEZYf6EAK>, TV Justiça.)

FLP 22(2)

## Posições responsivas como indício de autoria na escrita de pós-graduandos

### *Responsive positions as evidence of authorship in the writing of graduate students*

José Cezinaldo Rocha Bessa\*  
*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,  
Pau dos Ferros, RN, Brasil*

**Resumo:** Os modos como estudantes em formação na pós-graduação expressam uma configuração autoral em seus escritos científicos se inscrevem em um campo aberto a múltiplas problematizações e reflexões de pesquisadores das ciências da linguagem e da educação. Em vista disso, nosso objetivo, neste trabalho, é lançar olhares investigativos sobre as configurações autorais que se concretizam em produções científicas de jovens pesquisadores, buscando mais especificamente analisar a manifestação de posições responsivas como indícios de autoria. Como aporte teórico, recorremos às reflexões do pensamento do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2003, 2010, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b; Volóchinov, 2017); e a trabalhos de estudiosos (Boch, 2013; Delcambre, 2013, dentre outros) que abordam a escrita acadêmico-científica. Do ponto de vista metodológico, nossa investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza interpretativa e de abordagem qualitativa. O corpus de análise é constituído de 10 (dez) artigos científicos de estudantes de mestrado da área de Linguística. As análises apontam que os estudantes de mestrado do contexto investigado expressam uma configuração autoral marcada sobretudo por posições responsivas que indicam compartilhamento de ideias, reprodução de dizeres e adesão às posições dos autores citados.

**Palavras-chave:** Posições responsivas. Autoria. Artigos científicos.

**Abstract:** The ways in which graduate students in training express an authorial configuration in their scientific writings are inscribed in a field open to multiple problems and reflections by researchers in the sciences of language and education. For this reason, our objective, in this study, is to investigate the authorial arrangements that materialize in scientific productions of young researchers, seeking more specifically to analyze the manifestation of responsive positions as evidence of authorship. As a theoretical contribution, we grounded on the reflections of the Bakhtin Circle's thinking (Bakhtin, 2003, 2010, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b; Volóchinov, 2017); and the work of scholars (Boch, 2013; Delcambre, 2013, among others) that address academic-scientific writing. From a methodological point of view, our investigation is characterized as a research of an interpretative nature and of a qualitative approach. The analysis corpus consists of 10 (ten) scientific articles from Master's students in the area of Linguistics. The analyzes indicate that the Master's students in the investigated context express an authorial configuration marked mainly by responsive positions that indicate sharing of ideas, reproduction of sayings and adherence to the positions of the authors mentioned.

---

\* Professor Doutor do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros, RN, Brasil; cezinaldobessauern@gmail.com

**Keywords:** Responsive positions. Authorship. Scientific articles.

## 1 INTRODUÇÃO

Assumindo a perspectiva enunciativa da linguagem do Círculo de Bakhtin, propomo-nos a abordar a construção da autoria na escrita científica de jovens pesquisadores. Partimos da compreensão de que a autoria é uma temática relativamente explorada no campo da investigação linguística e da educação aqui no Brasil, sobretudo quando o foco é a produção de textos escritos em níveis mais elementares da formação educacional (Geraldi, 2003; Fiad, 2008; Fortunato, 2009; Borges; Marinheiro, 2011; Furlanetto; Ribeiro, 2016; Lima, 2017; Brambila; Vidon, 2019, entre tantos outros). Acreditamos, contudo, que há muito ainda a ser pensado, dito e problematizado sobre a autoria na produção textual científica requisitada em níveis mais avançados do processo de formação, de modo particular no contexto da escrita científica de estudantes/pesquisadores na pós-graduação.

A atenção que reivindicamos aqui sobre o modo como estudantes/pesquisadores em formação em nível de pós-graduação expressam uma configuração autoral em seus escritos científicos se inscreve num campo aberto a múltiplas problematizações e reflexões de pesquisadores das ciências da linguagem e da educação, especialmente aqui no Brasil. Compreendemos, portanto, que, nesse contexto de produtividade em larga escala (Waters, 2006), de exigências de produções em tempos diminutos (Bianchetti, 2012) e de uma tendência de redução de tempo para a escrita de pesquisa (Bessa, 2017), é preciso lançarmos olhares investigativos sobre as configurações autorais que se concretizam nas produções escritas de estudantes de pós-graduação.

Compartilhando dessa compreensão e ancorados sobremaneira em contribuições bakhtinianas sobre o funcionamento dialógico da linguagem e em trabalhos de estudiosos que abordam a escrita acadêmico-científica, pretendemos, neste trabalho<sup>1</sup>, analisar a manifestação de posições responsivas como indícios de construção da autoria na escrita de artigos científicos de jovens pesquisadores, mais particularmente de estudantes de mestrado da área de Linguística. Interessa-nos especificamente perceber o diálogo que se trava entre a palavra do estudante e a palavra outra/citada, buscando compreender como, na construção da autoria na escrita científica, o estudante de mestrado apreende/assimila/reelabora a palavra de outrem da qual se utiliza.

Acreditamos que este trabalho se constitui em uma oportunidade de aprofundarmos o conhecimento sobre as condições e práticas de escrita científica na pós-graduação e de refletirmos sobre elas. É também, a nosso ver, uma oportunidade de podermos examinar e dimensionar em alguma medida a qualidade da escrita científica nesse nível de formação (no contexto das humanidades e, em particular, no

---

<sup>1</sup> Este trabalho constitui um recorte, com modificações e acréscimos, de nossa pesquisa de doutorado intitulada *Dialogismo e construção da voz autoral na escrita do texto científico de jovens pesquisadores*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Campus de Araraquara.

domínio disciplinar<sup>2</sup> da Linguística), de modo a contribuir, assim, para os estudos sobre escrita acadêmico-científica desenvolvidos no Brasil.

## 2 O DIÁLOGO ENTRE PALAVRA ALHEIA E PALAVRA PRÓPRIA: SER AUTOR É CONSTITUIR-SE UM SUJEITO RESPONSIVO NAS FRONTEIRAS DO DIZER

Para tratarmos da relação entre palavra alheia e palavra própria na produção discursiva na/da esfera acadêmico-científica pensando a questão da autoria em uma perspectiva enunciativa da linguagem pelo viés da abordagem bakhtiniana, entendemos ser fundamental começar explicitando o que se quer dizer quando, a partir das reflexões do Círculo de Bakhtin, falamos de palavra alheia e palavra própria. Essa questão da inter-relação entre palavras aparece problematizada em mais de um dos textos do Círculo de Bakhtin, como, por exemplo, no livro *Marxismo e Filosofia da linguagem*, especialmente quando Volóchinov (2017) desenvolve sua reflexão sobre o fenômeno do discurso citado, mas também naqueles escritos produzidos mais tarde por Bakhtin, inclusive naqueles textos considerados inacabados.

Nesses textos inacabados em particular, Bakhtin (2016b, 2017b) coloca o enfrentamento dessa questão como um desafio para as ciências humanas, dada a sua enorme importância para compreender o indivíduo, o homem. Eis como ele problematiza a questão:

A palavra usada entre aspas, isto é, sentida e empregada como palavra do outro, e a mesma palavra (como alguma palavra do outro) sem aspas. As gradações infinitas no nível de alteridade (ou assimilação) entre as palavras, as suas várias posições de independência em relação ao falante. As palavras distribuídas em diferentes planos e em diferentes distâncias em face do plano da palavra do autor. (Bakhtin, 2016b, p. 96).

Como esse pensador postula nessa citação, é indiscutível que não há propriamente uma relação de pertencimento entre o sujeito falante e a palavra que ele emprega. Ele não é o seu dono, proprietário exclusivo, posto que a palavra *não pertence a uma só voz, a uma só consciência*. “Uma só consciência é um *contradictio in adjecto*. A consciência é essencialmente plural” (Bakhtin, 2003, p. 342, grifos do autor).

Desse ponto de vista, o domínio sobre a palavra só pode ser ilusório (Ponzio, 2010). Para Volóchinov (2017), somente no instante do ato fisiológico de materialização, a palavra é uma propriedade inalienável do locutor. Assim, no fluxo da comunicação discursiva, o sujeito falante sente e emprega as palavras retiradas sempre dos lábios de outrem. Elas vivem na fronteira de, pelo menos, duas consciências, de dois sujeitos. Nada mais coerente para um pensamento que entende que viver numa zona fronteira é próprio do ser humano, como condição de sua constituição responsiva, alteritária, intersubjetiva: “O homem não tem um território interior soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha *o outro nos olhos ou com os olhos do outro*” (Bakhtin, 2003, p. 341, grifos do autor).

<sup>2</sup> Pensar a escrita científica situando-a nas práticas disciplinares implica assumir que “cada disciplina cria novas formas de ver o mundo, novas formas de pensar suas problemáticas e novas formas de atuar nele”. (Bazerman, 2014, p. 11, tradução nossa).

Se para o sujeito falante, como sustenta Bakhtin (2016a, 2017b), todas as palavras se dividem nas suas palavras e nas palavras dos outros, se “a palavra não é uma propriedade exclusiva e total do falante” (Ponzio, 2009, p. 101), se não há, portanto, uma palavra inteiramente de um locutor, como entendermos, nos textos do Círculo, a questão do uso dos termos *palavra alheia* e *palavra própria*? Em que sentido é possível falar de uma palavra própria? Ou melhor, o que se quer dizer quando se diz que uma palavra é uma *palavra própria*? Uma boa resposta para esses questionamentos e para um entendimento da questão que se coloca aqui pode ser encontrada no texto *Os gêneros do discurso*:

[...] pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha palavra*, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. Nos dois aspectos finais, a palavra é expressiva mas essa expressão, reiteramos, não pertence à própria palavra: ela nasce no ponto do contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, e esse contato é realizado pelo enunciado individual. Neste caso, a palavra atua como expressão de certa posição valorativa do homem individual (de alguém dotado de autoridade, do escritor, cientista, pai, mãe, amigo, mestre etc.) como abreviatura do enunciado. (Bakhtin, 2016a, p. 53-54, grifos do autor).

Com base nesses dizeres, vemos que, na comunicação discursiva, a palavra, embora seja sempre palavra alheia, palavra de outrem, torna-se palavra própria quando, numa determinada situação, o locutor/falante a preenche com sua intenção; quando ele a assimila, a reelabora e a reacentua, ou, mais precisamente, quando ela é a expressão da posição responsiva sempre valorada desse locutor. Podemos dizer, assim, que, quando falamos de *palavra própria*, estamos falando da *experiência discursiva individual do falante*. De acordo com o filósofo russo, essa experiência não pode nunca ser apartada da relação com os enunciados dos outros (que podem ser os seus ‘próprios enunciados’, ditos em outros contextos), a partir dos quais se forma e se desenvolve, sempre como ato responsivo.

Como, então, na comunicação discursiva, dá-se essa experiência discursiva individual do falante? Bakhtin (2003) explica que isso se realiza mediante um processo que compreende assimilação, reelaboração e reacentuação das palavras do outro:

Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras *do outro* (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos. (Bakhtin, 2016a, p. 54, grifos do autor).

É preciso ter claro que essa experiência discursiva individual do falante é determinada pelo contexto singularmente individual de cada enunciado. Desse modo, faz sentido escutar não só afirmações como “um enunciado nunca fala sozinho, ele é incapaz de monologar, as palavras não são de ninguém” (Castro, 2014, p. 40), mas

também afirmações como “nós ouvimos essas palavras apenas em determinadas enunciações individuais” (Bakhtin, 2016a, p. 53). Logo, o que esclarece essa questão é considerar que o emprego das palavras é de índole individual-contextual, uma vez que, na atividade interativa, a interpretação atua na “transformação do alheio no ‘meu-alheio’” (Bakhtin, 2017b, p. 77). É, em última instância, considerar que, tomada em dado contexto, numa atividade de interlocução precisa, a palavra vai expressar sempre uma relação de compreensão respondente, uma posição responsiva, carregada de valores. É isso que vai determinar a irrepetibilidade, a unicidade, a singularidade da palavra; que a torna, portanto, uma experiência discursiva individual do falante.

Pensar, pois, a demarcação da relação *palavra alheia* e *palavra própria* é pensar na singularidade da palavra do eu, de uma singularidade que se dá sempre na relação eu-outro, já que sempre se trata de uma palavra *alheia-própria*. Nesse sentido, uma afirmação que resume e expressa bem sobre o que queremos enfatizar aqui acerca da relação *palavra alheia* e *palavra própria* pode ser sintetizada nestes dizeres de Ponzio (2010, p. 37): “a singularidade do eu é a singularidade da sua palavra em reportar-se à palavra alheia”, ou seja, está na maneira particular/individual como cada sujeito falante faz uso da palavra do outro na constituição do seu dizer, e, por conseguinte, no modo como se constitui autor.

Na abordagem dialógica bakhtiniana, o estudo da relação entre palavras não pode ignorar, portanto, a situação concreta de uso da palavra e a participação ativa dos falantes na troca comunicativa. Não pode ignorar a compreensão responsiva que se expressa em cada enunciado produzido em situação de interação; afinal, na cadeia da comunicação discursiva, cada palavra é sempre uma resposta e uma tomada de posição, uma forma de constituir-se autor em um enunciado específico (um gênero do discurso) singular e único.

FLP 22(2)

### **3 DA ESCRITA CIENTÍFICA AO ARTIGO CIENTÍFICO: ANCORAGENS E DELIMITAÇÕES TEÓRICAS**

Em conformidade com a perspectiva do pensamento bakhtiniano, assumimos aqui que as formas de enunciar de natureza propriamente científica apresentam a especificidade de manifestarem o dialogismo no seu grau mais imediato (Amorim, 2004), afinal “não se pode conceber um texto científico que não explicita suas relações com outras teorias” (Amorim, 2004, p. 177). Assim, a referência, sobretudo explícita, a outros autores, é premissa básica do fazer científico, já que a construção do conhecimento se funda no diálogo responsivo com investigações prévias de outros autores sobre dado tema.

Por assim entendermos, sustentamos, na esteira de Delcambre (2013) e Boch (2013), que, na esfera acadêmico-científica, são produzidos e circulam textos que não necessariamente são de natureza científica. Nesse sentido, consideramos fundamental estabelecer o sentido de *científico* com o qual temos trabalhado.

Nossa posição sobre como concebemos o texto científico encontra respaldo na linha de compreensão de definições propostas por Boch (2013) sobre escrita científica<sup>3</sup>, dentre as quais destacamos a seguinte:

[...] nós entendemos por escritos científicos os escritos produzidos por pesquisadores (doutorandos ou pesquisadores profissionais) que visam a construção e difusão do saber científico. De maneira mais institucional, nós designamos por escrito científico toda produção (artigo, tese, atas de colóquios, etc.) reconhecida como tal por um quadro habilitado para fazê-lo: organismos de pesquisa, universidades, mas também comitês de revista científica, que são elas mesmas constituídas em grande parte por pesquisadores vinculados a esses organismos. (Boch, 2013, p. 544).

As palavras de Boch (2013) reiteram o entendimento segundo o qual nem todo escrito que se produz e circula no que se denomina de esfera acadêmico-científica se constitui em uma produção científica. É preciso, pois, segundo esse ponto de vista, reconhecer que há aqueles gêneros que podemos associar mais diretamente à prática da atividade de pesquisa e de divulgação do conhecimento científico, como é o caso, por exemplo, do abstract, da tese e do artigo científico. É preciso reconhecer, também, que há aqueles textos (como diário de leitura, seminário, o relatório de estágio, o resumo, o fichamento, entre outros) que ficam mais circunscritos ao espaço de sala de aula da universidade, visando especialmente à averiguação do aprendizado do estudante em disciplinas, aos quais podemos associar o termo *acadêmico*.

Dentre os gêneros de natureza propriamente científica está o artigo científico, que é tomado aqui como “uma prática comunicativa prototípica da atividade de pesquisa”<sup>4</sup> (Boch, 2013, p. 553) ou ainda como o gênero por excelência da atividade de produção e divulgação do conhecimento científico.

Partindo dessa perspectiva, entendemos o artigo científico como um espaço de dialogismo enunciativo no qual o autor se posiciona em relação à comunidade científica para a qual se dirige e na qual objetiva ser inserido mediante a apresentação dos resultados obtidos em sua investigação em determinado domínio do saber (Garcia Negroni, 2008). Sua finalidade principal é, portanto, socializar, para um público especializado (pesquisadores, professores, pós-graduandos, entre outros profissionais), os resultados novos de uma pesquisa sobre tema específico, visando a contribuir com a construção do conhecimento em dada área do saber.

Encerramos afirmando que entendemos o artigo científico como um gênero discursivo, de natureza complexa, que reflete, em seu conteúdo temático, no seu estilo e em sua construção composicional, as condições e finalidades comunicativas da esfera da atividade humana na qual é produzido e circula. Cabe-nos acrescentar, ainda, que, como prática comunicativa da esfera acadêmico-científica, o artigo científico se inscreve na dinâmica da produção do conhecimento da área disciplinar

---

<sup>3</sup> É importante anotar que, na França, o termo *acadêmico* carrega uma conotação depreciativa, como aponta Delcambre (2013), o que pode explicar o fato de serem mais correntes, em produções francesas, termos como *texto científico* e *letramento universitário*, em vez de *texto acadêmico* e *letramento acadêmico*, por exemplo.

<sup>4</sup> Tradução nossa do original em francês: “une pratique communicative prototypique de l’activité de recherche.” (Boch, 2013, p. 553).

em que está inserido o pesquisador, bem como do contexto específico de produção, circulação e recepção (periódico X ou Y, evento X ou Y, por exemplo).

#### 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme já apontado, este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de doutorado. Assim sendo, o nosso modo de conceber a pesquisa e o percurso metodológico traçado para a realização da investigação desenvolvida serão retomados aqui de forma mais sintética<sup>5</sup>.

Os direcionamentos de pesquisa nos quais assentamos nossa investigação encontram ancoragem nas compreensões sobre a pesquisa em ciências humanas construídas sobretudo a partir de escritos do Círculo de Bakhtin. Situando-nos na perspectiva de compreensão bakhtiniana sobre a pesquisa em ciências humanas (Bakhtin, 2003, 2016b, 2017b) e concordando com Amorim (2016, p. 21), para quem “o trabalho do pensamento nas ciências humanas é sempre convocado por uma dimensão interpretativa [...]”, compreendemos que nossa pesquisa se caracteriza como um empreendimento investigativo de natureza interpretativa.

Concordando também com a visão de pesquisa qualitativa expressa por Cresweell (2007), assumimos que o movimento interpretativo realizado pelo pesquisador compreende um direcionamento investigativo que pode incluir a descrição, a análise e a interpretação como procedimentos inter-relacionados, os quais entendemos concorrem para assegurar uma compreensão mais profunda sobre o nosso objeto de estudo (Bakhtin, 2016b).

Em consonância com esse modo de conceber a pesquisa e a atividade do pesquisador, o método de abordagem que adotamos é o qualitativo. Essa opção se justifica pelo fato de não estarmos interessados em quantificações e em generalizações ou, mais precisamente, em um saber exato, mas em um trabalho de interpretação que se constrói sobre o dado singular (o enunciado, um sujeito falante) e que se pauta no movimento da compreensão construída pelo pesquisador, afinal, de acordo com o que propõe Bakhtin (2016b, p. 87), em sua perspectiva de construção dialógica do conhecimento, “a investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo. [...] Nós colocamos as perguntas para nós mesmos e de certo modo organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta”. Não se trata, portanto, de um exercício em que o pesquisador ‘contempla’ uma coisa muda, mas de um encontro de discursos, no qual se tem um *sujeito que fala com o pesquisador* (Amorim, 2016), ratificando, desse modo, a *especificidade discursiva das ciências humanas* (Amorim, 2016).

O corpus de análise se constitui de 10 artigos científicos recortados dos *anais da VII edição do Congresso Internacional da ABRALIN*, realizado em 2011, na Universidade Federal do Paraná. Considerando o nosso propósito de investigar textos de autoria de jovens pesquisadores, foram selecionados artigos produzidos especificamente por estudantes de mestrado acadêmico. No nosso caso, a opção foi por artigos de estudantes de nossa área de formação, a Linguística. A escolha dos anais da referida edição tomou como critério o fato de ser, no período da coleta do

---

<sup>5</sup> Uma descrição detalhada pode ser encontrada na seção de metodologia de nossa tese (Bessa, 2016).

corpus, o congresso mais recente da referida associação com anais disponíveis nos formatos de CD-ROM e online.

O enfrentamento analítico do corpus observou os seguintes procedimentos: i) após uma leitura exploratória inicial para conhecer cada um dos textos do corpus, no que concerne ao conteúdo e à organização textual, procedemos à realização de leitura e releitura do material, com vistas a identificar e destacar enunciados que pudessem ser interpretados como manifestações de posições responsivas do produtor; ii) sistematização e agrupamento dessas manifestações em categorias analíticas (detalhadas na seção de análise); iii) descrição de categorias de análise correspondentes a essas manifestações; iv) seleção de fragmentos/excertos dos textos do corpus para ilustrar as categorias de análise elaboradas; v) realização de análise qualitativa do corpus, com vistas a descrever e a interpretar as manifestações das posições responsivas.

## **5 POSIÇÕES RESPONSIVAS NA ESCRITA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DE JOVENS PESQUISADORES: INDÍCIOS DE CONSTRUÇÃO DE AUTORIA**

Concentramos o nosso olhar, neste momento, sobre o exame de posições responsivas<sup>6</sup> como indícios de autoria na escrita científica do jovem pesquisador. A ideia de posições responsivas implica de nossa parte conceber os enunciados *como conjuntos de sentidos* (Bakhtin, 2016a), entendendo, pois, que cada enunciado manifesta variadas atitudes responsivas como reflexo do diálogo entre palavras, vozes, discursos, que constitui todo dizer de um sujeito falante/escrevente.

Como no exercício analítico que empreendemos aqui não nos detemos no exame de um enunciado em particular em seu todo concreto e acabado, mas considerando o conjunto dos 10 artigos que constituem o corpus da pesquisa, tomamos as posições responsivas como indício de autoria, centrando nossa análise no nível da microestrutura textual desses artigos. Assim, a presente seção se estrutura com base no estabelecimento de categorias de análise construídas a partir de nosso diálogo responsivo com o conjunto dos textos do corpus.

Considerando as limitações de espaço e a nossa intenção de evitar uma análise muito exaustiva, optamos por sistematizá-la do seguinte modo: apresentamos, inicialmente, um quadro com uma síntese das formas de posições responsivas identificadas, e, em seguida, fazemos um exercício de análise de algumas dessas formas, de modo a possibilitar uma compreensão a respeito de como o jovem pesquisador se posiciona em relação à palavra de outrem e como tece o seu dizer no embate com essa palavra.

---

<sup>6</sup> A ideia de concebermos as posições responsivas como direcionamento analítico para o estudo sobre indícios de autoria na escrita científica tomou como ponto de partida a seguinte afirmação de Bakhtin (2010, p. 215): “Em um artigo científico, onde são citadas opiniões de diversos autores sobre um dado problema – umas para refutar, outras para confirmar e completar – temos diante de nós um caso de inter-relação dialógica entre palavras diretamente significativas dentro de um contexto. As relações de acordo-desacordo, afirmação-complemento, pergunta-resposta, etc.”.

Quadro 1 – Posições responsivas do jovem pesquisador no diálogo com a palavra alheia.

<i>Posições responsivas</i>	<i>Descrição</i>
Alteração dos sentidos do dizer do outro.	Compreende a forma de diálogo em que o estudante modifica os sentidos do dizer expresso pelo autor do texto reportado.
Reafirmação do dizer do outro.	Corresponde à forma de diálogo em que o estudante se volta para reafirmar o já dito por outra voz.
Desenvolvimento do dizer do outro.	Diz respeito à forma de diálogo em que o estudante realiza um desenvolvimento do conteúdo dito por outrem, relacionando-o, por exemplo, a um conceito, uma noção ou um fenômeno estudado.
Simplificação do dizer do outro.	Concerne à forma de diálogo em que o estudante constrói uma compreensão que simplifica/reduz a compreensão sobre o que o autor citado expressou.
Concordância com o dizer do outro.	Diz respeito à forma de diálogo em que o estudante manifesta uma posição de concordância em relação ao dizer do outro que ele cita.
Discordância do dizer do outro.	Corresponde à forma de diálogo em que o estudante expressa uma posição de discordância em relação ao dizer do outro que ele cita.
Avaliação crítica do dizer do outro.	Concerne à forma de diálogo em que o estudante manifesta uma avaliação crítica em relação ao dizer do outro ao qual ele se reporta.

Fonte: Dados da pesquisa do autor.

No quadro acima, temos as 7 formas de posições responsivas que identificamos em nosso corpus. Elas ratificam a posição bakhtiniana de existência de *infinitas gradações no grau de assimilação entre as palavras* (Bakhtin, 2016b) e de *graus variáveis de apreensão do dizer do outro* (Bakhtin, 2016b), e que pudemos observar no dizer do jovem pesquisador na escrita do artigo científico.

Como são produções científicas de estudantes de mestrado, que estão em condição de formação na pós-graduação e, portanto, de assimilação de leituras teóricas, de aprendizado dos meandros da pesquisa científica e do despertar do domínio de uma linguagem científica, parece-nos esperado que o diálogo com a palavra de outrem expresse posições como *reafirmação do dizer do outro*, *simplificação do dizer do outro* e *concordância com o dizer do outro*. Nessa linha de compreensão, posições como *discordância do dizer do outro* e *avaliação crítica do dizer do outro* são, naturalmente,

FLP 22(2)

pouco comuns e, por isso, se manifestam em contextos pontuais das práticas de escrita de um ou outro produtor. Esses achados sinalizam a maneira singular de diálogo com a palavra de outrem (Ponzio, 2019) e, portanto, como esses jovens pesquisadores explicitam suas relações com as teorias (Amorim, 2004) que mobilizam para constituir o seu dizer.

Isso posto, passemos, a seguir, ao exame de algumas das formas de posições responsivas assumidas pelos jovens pesquisadores na construção de seu dizer com base em excertos recortados de artigos científicos de nosso corpus:

*Excerto 01:* Quanto à responsabilidade pelos escritos produzidos, a primeira coisa que podemos pensar diz respeito a uma transição advinda dessa postura responsável: a passagem de enunciador para autor. **Responsabilizar-se pelo escrito talvez seja a mais importante característica de diferenciação entre essas duas posições discursivas (ORLANDI, 1996).** Enquanto o enunciador pode se colocar ou se representar de diversas maneiras no texto – talvez quase que como uma personagem cuja discursividade depende da posição em que ela se encontra no contexto textual, e nesse sentido um texto pode ter vários enunciadores sem que isso represente qualquer problema –; do autor se espera que ele faça, independente dos enunciadores, com que o texto tenha unidade, coerência. **A responsabilidade do autor está justamente em passar da “multiplicidade de representações possíveis do sujeito, enquanto enunciador, para a organização dessa dispersão num todo coerente (e consistente) com que se apresenta o autor, responsável pela unidade e coerência do seu discurso”.** (ORLANDI, 1996, p. 79). (AC01, p. 69)<sup>7</sup>.

FLP 22(2)

Embora esse excerto seja bastante significativo quanto às possibilidades de explorarmos a complexidade das relações de apreensão da palavra alheia no dizer do jovem pesquisador, concentraremos nossa atenção no trecho destacado em negrito, porque ele mostra que o trabalho do produtor de AC01 sobre o dizer da autora a que ele se reporta configura uma forma de modificar a ideia expressa no dizer alheio. Nesse caso, o produtor manifesta sua compreensão responsiva realizando um trabalho de reelaboração que modifica os sentidos do dizer expresso pela autora citada, conforme indicam duas operações enunciativas realizadas. A primeira delas diz respeito ao fato de o produtor de AC01 citar o dizer de *Orlandi* sobre *a responsabilidade do autor* assumindo-o sob a forma de uma afirmação, quando, no texto da autora, esse dizer se expressa sob a forma de uma pergunta (cf. citação abaixo), indicando, portanto, já aí uma primeira nuance de uma compreensão que diverge do dizer da autora reportada. Senão vejamos:

<sup>7</sup> Os artigos científicos que compõem o corpus da pesquisa foram codificados observando-se a seguinte identificação: AC01, AC02, AC03 e assim por diante, em que AC corresponde a Artigo Científico e os numerais 01, 02, 03 ... correspondem à ordem numérica, estabelecida aleatoriamente, dos textos no corpus. Ao longo das análises, procuramos nos referir aos autores dos artigos como produtores, para evitar qualquer conflito com a designação das vozes que eles citam em seus textos, as quais são reportadas como autores, estudiosos, teóricos. Acompanhando a identificação do artigo, encontra-se ainda a indicação da página da qual foi recortado o excerto. Assim, AC01, p. 69 indica que o fragmento em análise é do artigo científico do produtor 01 e foi recortado da página 69. Além disso, destaques que aparecem nos excertos são de nossa responsabilidade, dado o propósito de realçarmos determinados aspectos da análise.

**Como passar da multiplicidade de representações possíveis do sujeito, enquanto enunciador, para a organização dessa dispersão num todo coerente (e consistente) com que se apresenta o autor, responsável pela unidade e coerência do seu discurso?**

Pode-se pensar as várias características que são diferentes entre enunciado e autor. **Quer-nos parecer** que, nesta reflexão, basta considerarmos uma das mais, senão a mais, importante: a reponsabilidade. (Orlandi, 1996, p. 78, grifos nossos).

Mesmo que possamos argumentar que os sentidos se (re)constroem a cada novo contexto e evento comunicativo (Bakhtin, 2016a, 2017a), observamos que o produtor não parece pretender se contrapor à posição da autora que cita, confirmando-se que ele construiu uma compreensão cujos sentidos se afastam da compreensão expressa por *Orlandi*. Isso fica mais evidente quando constatamos a segunda das duas operações anunciadas, que consiste no fato de considerar que, em seu texto, *Orlandi* se volta para sua pergunta e suscita uma resposta em que concebe a *responsabilidade do autor* como uma das características para pensar as diferenças entre *autor* e *enunciador*. Convém observarmos, porém, que *Orlandi* apresenta uma resposta na qual realiza a operação de modalização do dizer, como podemos comprovar a partir do uso da expressão *Quer-nos parecer*, enquanto que, no dizer de AC01, essa modalização desaparece.

Assim, o produtor de AC01 constrói um dizer cuja compreensão responsiva expressa um efeito de afirmação categórica, que, dessa forma, modifica os sentidos como foram concebidos por *Orlandi*, já que esta, ao se expressar, revela uma preocupação de modalizar o seu dizer. Um caso dessa natureza pode ser interpretado, portanto, como um problema de reformulação e assimilação da palavra de outrem<sup>8</sup>.

*Excerto 02:* Em Bakhtin (2006), compreendemos que todo diálogo instaurado constitutivamente na enunciação associa-se também ao entrelaçar com outras enunciações. O enunciado, para ele, é propriamente um elo da cadeia muito complexa de outros tantos enunciados já ditos. Afirma ele que:

Toda enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação ininterrupta [...]. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação, e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. (2006, p. 128). [grifos do autor]

Assim concebida, a enunciação mantém um vínculo indissociável com as situações concretas (imediatas e amplas) nas quais se constitui a produção verbal, mantém por isso mesmo um elo com o curso histórico das enunciações. (AC08, p. 2070-2071).

O excerto 02 é recortado de uma seção teórica de AC08 intitulada *Abordagem dialógica dos enunciados*. É com base nessa informação que podemos compreender melhor o diálogo do produtor de AC08 com a palavra alheia no excerto acima. Esse excerto pode ser compreendido como um recorte indicador do esforço do produtor de discutir o enunciado na *abordagem dialógica*. Nesse esforço, o produtor recorre ao

<sup>8</sup> Caso semelhante é apontado em estudo de Pollet e Piette (2002) a propósito das práticas de reformulação do dizer na escrita de estudantes universitários.

discurso citado indireto e ao discurso citado direto, respectivamente, com vistas a construir uma compreensão sobre o conceito de *enunciado* segundo a referida abordagem. Os dizeres que se sucedem ao discurso citado direto (destacados em sublinhado) constituem nosso foco de atenção aqui, porque eles sinalizam como o produtor de AC08 expressa sua compreensão responsiva em relação, sobretudo, aos dizeres expressos no discurso citado direto. Quando partimos da compreensão de que existe um vínculo da enunciação com as situações concretas (Bakhtin, 2016a), podemos entender que as palavras do produtor de AC08 constituem, na verdade, uma posição de reafirmação dos sentidos do dizer já expressos no discurso citado a que ele se reporta.

Tal posição se apresenta, assim, como uma forma de relação dialógica das mais comuns nos textos dos estudantes de mestrado investigados, sobretudo quando há retomada/comentário do dizer do outro, expresso em contextos de citações longas. Se, para alguns estudiosos, tal postura poderia ser concebida como problemática ou pouco produtiva, porque há ‘mera’ repetição de ideias, não podemos ignorar, além de outros aspectos, a possibilidade de que o produtor esteja sinalizando sua condição, enquanto jovem pesquisador, de uma aproximação com a abordagem teórica que discute. Seria o caso de considerarmos, dessa forma, tanto a complexidade da abordagem teórica quanto o tempo de trabalho do pesquisador com essa abordagem – aspectos esses que, inegavelmente, têm determinações sobre o trabalho do sujeito em relação ao dizer do outro, mas que parece, raramente, ser levado em conta em estudos sobre a questão do discurso citado na escrita de jovens pesquisadores – como forma de melhor compreender como o jovem pesquisador estabelece diálogo com as vozes que cita e articula na construção do seu dizer autoral.

FLP 22(2)

*Excerto 03:* Pelo menos todos os exemplares de intertextualidade trazidos na obra de Koch, Bentes e Cavalcante (2007), embora muitos se utilizem de elementos não verbais, trazem o intertexto em sua materialidade linguística. **Então será adequado dizer que o intertexto é somente uma “co-incidência de fragmentos de textos” (KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007, p. 121), quando ele se refere somente a elementos linguísticos? Não pensamos assim.** Talvez o conceito de texto e, por consequência, o de intertexto tenham de ser reavaliados permitindo que outros elementos semióticos sejam contemplados ao conceito. (AC03, p. 4356).

Nesse excerto, temos um caso em que é perceptível que o produtor assume uma posição de rediscutir a definição de intertexto expressa pelos autores aos quais se reporta, Koch, Bentes e Cavalcante (2007). Nesse sentido, o produtor de AC03 se posiciona expressando a necessidade de se reavaliar os conceitos de *texto* e de *intertexto*, no sentido de fazer com que *outros elementos semióticos sejam contemplados*. Trata-se, pois, de manifestar um posicionamento que busca ir além da compreensão expressa pelos autores reportados, ainda que não entremos aqui no mérito de concordar ou discordar da posição que AC03 assume ou de questionar se ela, de fato, se sustenta.

Esse excerto parece ilustrar bem um daqueles casos (bem raros em nosso corpus) que se enquadraria dentro de um perfil de pesquisador com mais capacidade de construir um saber fundado na elaboração de posicionamentos próprios e do

estabelecimento de *distância crítica* (Pollet; Piette, 2002) em relação às posições dos autores citados.

*Excerto 04:* Além dos aspectos sócio-comunicativos e funcionais, o próprio suporte textual pode caracterizar o gênero presente. Um exemplo disso é o conjunto de gêneros textuais que estão imergindo com a *Internet*, mesmo a maioria deles tendo outros similares em outros ambientes comunicativos, tanto orais como escritos. *Nesse sentido, pode-se concordar com Marcuschi que “[...] os ambientes virtuais são extremamente versáteis e hoje competem, em importância, entre as atividades comunicativas ao lado do papel e do som [...] a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo”* (MARCUSCHI, 2002, p. 13). (AC04, p. 4309).

O excerto 04 está inserido em um contexto em que o produtor discute o surgimento de novos gêneros textuais no universo das novas tecnologias, mais precisamente da internet. Com vistas a sustentar a afirmação de que a internet possibilita emergir um conjunto de gêneros textuais, o produtor de AC04 busca respaldo na voz de uma figura considerada autoridade no assunto, no caso, o linguista *Marcuschi*. Nesse caso, AC04 explicita textualmente, por meio de elementos linguísticos indicadores de relação de concordância (destacado, em negrito, no excerto), sua posição de adesão em relação à visão do estudioso reportado, para quem a “internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo”.

Pelo que pudemos observar no corpus de nossa pesquisa, concordar com o dizer do outro é uma forma de posição responsiva notadamente recorrente. Tal postura pode estar claramente relacionada ao estágio de formação do pesquisador, logo, na condição de iniciante na atividade científica, o estudante de mestrado tende a não revelar ainda uma maturidade teórica e intelectual que lhe permita entrar em confronto com a posição de um trabalho de um pesquisador experiente e com produções já estabelecidas e de importância reconhecida pelos pares.

*Excerto 05:* Bakhtin (1997) trouxe os estudos dos gêneros para outras searas além da retórica, atribuiu-lhes um caráter social e organizou um conceito formado com base no tripé estrutura composicional, conteúdo temático e estilo, além de mostrar a sua relativa estabilidade. **É principalmente este último traço que o aproxima de Miller, Swales e Marcuschi, embora cada um deles saliente um determinado aspecto do gênero para sua definição.** Por isso, **não podemos nos prender única e exclusivamente a Bakhtin**, embora ele pareça ter sido base para as mais variadas linhas de pesquisa sobre gêneros da década de 50 para cá, pois **seus estudos foram válidos para aquele momento histórico. Ele não conheceu os gêneros digitais, por exemplo.** Talvez em sua época características um tanto quanto formais, como a estrutura composicional, fossem bastante notáveis em todos os gêneros, traço que não podemos atestar hoje, com o avanço tecnológico. (AC03, p.4351).

Nossa leitura desse excerto leva em conta a maneira peculiar como o seu produtor dialoga com o dizer do outro e manifesta uma apreensão desse dizer

estabelecendo posições de independência e de distância em relação às palavras às quais se reporta. Podemos observar que o excerto é repleto de expressões com tom avaliativo crítico e carregado de modalizações, na medida em que o produtor traça aproximações e distanciamentos acerca do modo como diferentes estudiosos (Miller, Swalles, Marcuschi e Bakhtin) concebem gêneros. Tal postura leva AC03 a anotar uma limitação no que concerne à adoção de uma única perspectiva teórica (no caso, a perspectiva bakhtiniana) no estudo dos gêneros em pesquisas da natureza daquela que ele desenvolve, por entender que *sens estudos [de Bakhtin] foram válidos para aquele momento histórico. Ele não conheceu os gêneros digitais, por exemplo.*

Se o excerto acima revela uma posição responsiva que podemos enquadrar dentro do perfil de pesquisador que assume posição mais crítica e que, portanto, indica revelar mais autonomia intelectual, não nos parece ser o caso aqui de fazermos uma defesa em favor dessa postura, sem considerar o funcionamento de todas as formas de posição responsiva no todo do texto, até porque temos que considerar, além disso, que casos como o desse excerto não foram recorrentes nos artigos analisados. Assim, se avaliar criticamente o dizer do outro é um tipo de posição responsiva que deve ser estimulada e explorada nas práticas comunicativas do universo acadêmico-científico, é preciso ter claro também que esse não é o tipo de posição responsiva que deve ser (mais) esperado em textos dos jovens pesquisadores, conforme sinalizado em estudo de Cintra (2013).

Casos como os analisados aqui nos levam a entender que, mesmo quando não expressa discordância do dizer do outro ou avalia criticamente as ideias às quais se reporta, o jovem pesquisador não deixa de construir, na maioria das vezes, uma compreensão produtiva do dizer do outro e que satisfaça os propósitos do trabalho e reflexão pessoal que produz, sobretudo quando consideramos que esses produtores estão ainda em um estágio inicial de formação como pesquisador.

Além do mais, seria o caso de considerarmos aqui que, se o artigo científico do jovem pesquisador revela uma contribuição de maior ou menor impacto para a área do saber, ou se tem maior ou menor relevância enquanto construção de conhecimentos, não é necessariamente em função de um posicionamento (de concordância, de reafirmação ou de repetição, por exemplo) expresso no nível da microestrutura textual. É preciso considerar, portanto, uma dimensão mais ampla, que recobre a construção de uma reflexão pessoal, construída sempre no diálogo com outras vozes, que o projeto de dizer autoral expressa no todo concreto e acabado do enunciado.

## 6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar a manifestação de posições responsivas como indício de autoria na escrita de artigos científicos de jovens pesquisadores, mais particularmente de estudantes de mestrado da área de Linguística. Para tanto, procuramos examinar o diálogo que se trava entre a palavra do estudante de mestrado e a palavra outra/citada, buscando compreender como, na tessitura dos dizeres, esse estudante apreende/assimila/reelabora a palavra de outrem.

Fundamentados na perspectiva enunciativa da linguagem bakhtiniana e em trabalhos de estudiosos que discutem a escrita científica, analisamos um corpus

constituído por 10 artigos científicos produzidos por estudantes de mestrado da área de Linguística.

No exame de nosso corpus, identificamos, sem que pudéssemos esgotar outras possibilidades, 7 formas de posições responsivas que se expressam como indício de autoria no dizer do jovem pesquisador, quais sejam: *alteração dos sentidos do dizer do outro*, *reafirmação do dizer do outro*, *desenvolvimento do dizer do outro*, *simplificação do dizer do outro*, *concordância com o dizer do outro*, *discordância do dizer do outro* e *avaliação crítica do dizer do outro*. A análise empreendida aponta que essas formas de posições responsivas identificadas nos textos dos estudantes de mestrado indicam configurações de uma escrita autoral que se caracteriza por variadas gradações no processo de assimilação/apreensão da palavra alheia, sendo o compartilhamento e a reprodução de ideias e dos dizeres de outrem, assim como a adesão às posições dos autores citados, as maneiras de diálogo mais operantes na construção do dizer do jovem pesquisador.

Nossas conclusões sugerem afirmar que, para além das exigências de construção de conhecimento novo e de expressão de mais autonomia intelectual e originalidade nas produções escritas, é preciso ter em conta que o estudante de mestrado, no estágio de formação em que se encontra e nas condições em que produz conhecimento hoje, tende, muito mais frequentemente, a construir um dizer autoral na escrita científica, assentado na reprodução (não necessariamente mecânica, improdutiva ou infértil) de ideias, pensamentos e palavras de outrem (sobretudo dos autores de referência), bem como compartilhamento das posições dos autores que cita.

FLP 22(2)

## REFERÊNCIAS

- Amorim M. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa; 2004.
- Amorim M. As ciências humanas e sua especificidade discursiva. In: Rodrigues RH, Pereira RA, organizadores. Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em Linguística Aplicada. São Carlos: Pedro e João editores; 2016. p. 17-45.
- Bakhtin M. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: Bakhtin M. Estética da criação verbal. Bezerra P, tradutor. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2003. p. 337-357.
- Bakhtin M. Problemas da poética de Dostoiévski. Bezerra P, tradutor. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2010.
- Bakhtin M. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin M. Os gêneros do discurso. Bezerra P, organizador, tradutor, posfácio e notas. São Paulo: Editora 34; 2016a. p. 11-69.
- Bakhtin M. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: Bakhtin M. Os gêneros do discurso. Bezerra P, organizador, tradutor, posfácio e notas. São Paulo: Editora 34; 2016b. p. 71-107.
- Bakhtin M. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: Bakhtin M. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. Bezerra P, organizador, tradutor, posfácio e notas. São Paulo: Editora 34; 2017a. p. 21-56.
- Bakhtin M. Por uma metodologia das ciências humanas. In: Bakhtin M. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. Bezerra P, organizador, tradutor, posfácio e notas. São Paulo: Editora 34; 2017b. p. 57-79.

Bazerman C. El descubrimiento de la escritura académica. In: Navarro F, coordenador. Manual de escritura para carreras de humanidades. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires; 2014. p. 11-16.

Bessa JCRB. Dialogismo e construção da voz autoral na escrita de textos científicos de jovens pesquisadores [tese]. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2016.

Bessa JCR. Sobre condições de autoria e de produção científica do jovem pesquisador. *Raído*. 2017;11(27):23-41.

Bianchetti L. O desafio de escrever dissertações/teses: como incrementar a quantidade e manter a qualidade com menos tempo e menos recursos? In: Bianchetti L, Machado AMN, organizadores. A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 3ª. ed. São Paulo: Cortez; 2012. p. 165-188.

Boch F. Former les doctorants à l'écriture de la thèse en exploitant les études descriptives de l'écrit scientifique. *Linguagem em (Dis)curso*. 2013;13(3):543-568.

Borges FCV, Marinheiro TS. Argumentação e autoria nas produções textuais escritas na escola. *Domínios de Linguagem*. 2011;4(2):71-95.

Brambila G, Vidon LN. A avaliação da autoria no ENEM: diálogos a partir de Mikhail Bakhtin e Michel Foucault. *Revista Ifes Ciência*. 2019;1(1):3-15.

Castro G. Discurso citado e memória: ensaio bakhtiniano sobre Infância e São Bernardo. Chapecó: Argos; 2014.

Cintra AM. Discutindo apropriação de informações e autonomia de linguagem de pós-graduandos. In: Riofi CR, Almeida S, Barzotto VH, organizadores. *Leitura e escrita: impasses na universidade*. São Paulo: Paulistana; 2013. p. 41-62.

Delcambre I. Le mémoire de master: ruptures et continuités. Points de vue des enseignants, points de vue des étudiants. *Linguagem em (Dis)curso*. 2013;13(3):569-612.

Fiad RS. Ensino e autoria. In: Tfouni LV, organizadora. *Múltiplas faces da autoria*. Unijuí; 2008. p. 217-236.

Fortunato MV. *Autoria e aprendizagem da escrita [tese]*. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo; 2009.

Furlanetto MM, Ribeiro VV. Índícios de autoria na produção de resenhas de estudantes de ensino médio. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 2016; 55(3):777-804.

Garcia Negroni MM. Subjetividad y discurso científico-académico: acerca de algunas manifestaciones de la subjetividad en el artículo de investigación en español. *Signos*. 2008;41(66):9-31.

Geraldi JW. Palavras escritas, indícios de palavras ditas. *Linguagem em (Dis)curso*. 2003;3:9-25.

Lima MLC. Texto e autoria em gestos de leitura e escrita no ENEM. *Entremeios*. 2017;15:127-150.

Pollet MC, Piette V. Citation, reformulation du discours d'autrui. Une clé pour enseigner l'écriture de recherche? *Spirale*. 2002;29:165-179.

Ponzio A. *A revolução bakhtiniana*. Miotello V, coordenador e tradutor. São Paulo: Contexto; 2009.

Ponzio A. *Procurando uma palavra outra*. Miotello V, et al., tradutores. São Carlos: Pedro e João editores; 2010.

Volóchinov V. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Grillo S, Vólkova E, tradutoras. São Paulo: Editora 34; 2017.

Waters L. Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição. Dutra LHA, tradutor. São Paulo: Editora da UNESP; 2006.

FLP 22(2)

FLP 22(2)

## Os caminhos para a história social da língua: interações entre o social e o linguístico

*The way to the social history of language:  
interactions between the social and the linguistic*

Marilza de Oliveira\*

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Hélcio Batista Pereira\*\*

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

**Resumo:** No presente trabalho pretendemos discutir os caminhos para a pesquisa no campo da História Social da Língua. Para tanto, assumimos a perspectiva da terceira onda da Sociolinguística, presente em Eckert (2000, 2005) e Eckert e McConnell-Ginet (2010), que entendem a descrição da língua à luz do conceito de ‘comunidade de prática’. Interessa discutir, nessa perspectiva, como os indivíduos se engajam socialmente através da linguagem, para participar e construir suas identidades. Após apresentação dessa proposta e de seus contornos teórico-metodológicos, evidenciamos a sua aplicação em dois estudos que realizamos com cartas produzidas por três indivíduos da família Mesquita no início do século XX, membros da elite paulista e proprietários de *O Estado de S. Paulo*. Como fenômeno linguístico, focalizamos o uso dos pronomes demonstrativos e a colocação pronominal. Nossa proposta aqui é que os estudos de História Social da Língua trabalhem no cruzamento interdisciplinar, observando nos *corpora* não somente dados linguísticos, mas também elementos que delineiem o engajamento dos indivíduos nas ‘comunidades de prática’ a que se filiam.

**Palavras-chave:** História social do português brasileiro. Comunidade de prática. Variação linguística.

**Abstract:** In this work we intend to discuss the way to research in the Social History of Language field. We assume the perspective of the third wave of Sociolinguistics, present in Eckert (2000, 2005) and Eckert and McConnell-Ginet (2010), who understand the description of language using the concept of ‘community of practice’. In this perspective, we must ask how individuals engage socially through language, to participate and build their own identities. After discussing the theoretical and methodological implications of this proposal, we highlight its application in two studies that we conducted with letters produced by three individuals of the Mesquita family in the early XX<sup>th</sup> century, members of the São Paulo elite and owners of *O Estado de S. Paulo*. As a linguistic phenomenon, we focus on the use of demonstrative pronouns and pronominal placement. Our proposal here is that studies of the Social History of Language work at the interdisciplinary intersection, observing in the *corpora* not only linguistic data, but also elements that outline the engagement of individuals in their ‘communities of practice’.

---

\* Professora titular, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; marilza@usp.br

\*\* Professor Adjunto, Departamento de Língua Portuguesa, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; hbpereira@uem.br

**Keywords:** Social history of Brazilian Portuguese. Community of practice. Linguistic variation.

## 1 INTRODUÇÃO

A investigação do passado da língua pode ser realizada por algumas vias. Um dos caminhos possíveis implica estudar estágios linguísticos antigos limitando-se aos seus contornos gramaticais. Temos aí a investigação da ‘mudança gramatical’, definida por Castilho (2010, p. 169) como “[...] o estudo das alterações sofridas na gramática de uma língua-mãe, de que pode surgir uma língua-filha”. O outro caminho possível exige do pesquisador a mobilização de conhecimentos sócio-históricos que ultrapassam os contornos tradicionais da Linguística, em um fazer científico que pode ser enquadrado como pertencente à ‘História Social da Língua’. Esta se atém sobre o “[...] estudo das condições que levaram determinada comunidade a desenvolver uma língua própria, a receber uma língua transplantada, ou mesmo a desaparecer, levando consigo sua língua” (Castilho, 2010, p. 169). O fazer científico nessa segunda opção obriga, portanto, as pesquisas a manipularem não somente saberes e instrumentais da Linguística, mas também de outras áreas das ciências humanas, como a História, a Sociologia e a Antropologia.

A pesquisa em História Social da Língua nesse último caminho leva-nos a uma questão fundamental: o da relação entre o social e o linguístico. As interações entre essas duas dimensões não é tema exclusivo das pesquisas que tomam o passado da língua como objeto a ser investigado. Na realidade, este tema perpassa outros campos de produção científica, como os estudos sociolinguísticos (sincrônicos) e os estudos discursivos.

De fato, a Sociolinguística surgiu buscando respostas às interações entre o social e o linguístico, no tratamento da variação. Eckert (2005) fez uma útil avaliação sobre o percurso desta área de estudos, que teria passado por três ‘ondas’ distintas. A primeira delas iniciou-se com William Labov e foi marcada pelos estudos em comunidades delimitadas geograficamente, concebendo a hierarquia socioeconômica como o mapa para o espaço social. Nessa perspectiva, as categorias sociais tinham um papel decisivo para a atribuição de prestígio ou estigma das formas linguísticas. O estilo era tratado como sendo determinado pelo grau de atenção à fala dado pelo falante, e, portanto, uma definição individual guiada pelos valores de prestígio e de estigma. A ‘segunda onda’, por sua vez, inclui estudos etnográficos de comunidades geograficamente definidas; atribui às categorias locais o caráter de serem elos de categorias demográficas mais amplas; passou a entender as variáveis como elos de categorias definidas localmente e, por fim, concebeu o estilo como sendo afiliado a uma determinada categoria social. Já a chamada ‘terceira onda da Sociolinguística’ transferiu o foco para ‘comunidade de prática’, uma organização social em que as pessoas se engajam em uma determinada atividade. Esse termo é tomado de Wenger (1990), que assim o define:

Communities of practice are a context for organizing one’s engagement in socially meaningful activities, and therefore a context for developing a sense of oneself as an agent in the world, as a social person. (Wenger, 1990, p. 180).

Uma comunidade de prática remete seja ao conjunto de seus membros, seja à própria prática compartilhada (no tênis ou no boliche, em uma banda ou em uma orquestra, na banda de rock ou na banda de jazz etc.):

at which individual and group identities are being co-constructed, and in which we can observe the emergence of symbolic process that tie individuals to groups, and groups to the social context in which they gain meaning (Eckert, 2000, p. 35).

#### Esse novo enfoque da Sociolinguística

[...] retira da noção de comunidade sua caracterização em termos de localização ou população e define uma comunidade por seu engajamento social – afinal de contas a linguagem serve a esse engajamento -, e não ao lugar ou às pessoas como uma coleção de indivíduos. (Eckert; McConnell-Ginet, 2010, p. 95).

Nessa visão, as categorias locais são vistas como sendo construídas a partir de posições comuns dos membros dessa ‘comunidade de prática’. As variáveis são, neste modelo, indicadores relacionáveis às práticas e não a categorias sociais estanques. Tomando como base o axioma ‘Nós somos o que fazemos’, as variáveis são indicadores de relações sociais que se estabelecem em torno de uma atividade e de posições que se assumem nessas relações sociais. Os membros passam a se reconhecer como grupo pela associação de um conjunto de significados sociais que atribuem a um conjunto de recursos linguísticos que adotam em suas práticas. Dentro dessa chave de leitura, o estilo passa a ser compreendido como um modo de construção da identidade.

A mudança da perspectiva da Sociolinguística para a ‘terceira onda’ implica em atribuir às variáveis sociais um dinamismo não previsto inicialmente. A Língua, então, imbrica-se com outros sistemas simbólicos vigentes, permitindo que em tais ‘comunidades de prática’ possa-se exercitar a constante ação de significar a nós mesmos e aos outros:

Durante o engajamento conjunto em tais atividades, as pessoas constroem em colaboração um sentido de si e dos outros como certos tipos de pessoas, como membros de várias comunidades com múltiplas formas de filiação, autoridade e privilégio (Eckert; McConnell-Ginet, 2010, p. 97).

O desafio está em descobrir como o significado social é acoplado a uma variável linguística. A geração de um uso mais ou menos intencional e enfático de uma variável pode ser creditada a um gênero discursivo, mas também a indivíduos que se tornam ícones culturais em determinadas comunidades de prática. O comportamento de um dos membros pode colocá-lo na posição chave de construir o significado de uma variável para o resto da comunidade. Por esse viés, o estilo não é apenas o produto ou o lugar da construção do significado social, mas a prática que torna possível a negociação desse significado.

O presente trabalho pretende exatamente explorar as interações entre a Língua e o Social, no âmbito da História Social da Língua. Nossa proposta é apresentar o tratamento da questão em duas pesquisas distintas que realizamos nas cartas pessoais da família Mesquita no início do século XX: uma sobre o uso dos pronomes demonstrativos e outra sobre o valor distintivo da ênclise.

Como veremos, a nossa opção em ambos os trabalhos implica em conceber que a relação entre a língua e as categorias sociais é marcada por ‘interações mútuas’. O social não é uma variável estática e pré-concebida, como concebe a ‘terceira onda da sociolinguística’. Assumimos, assim, que a intensa troca epistolar entre os Mesquita constitui uma comunidade de prática em que ocorre a reprodução e, também, a produção de estilos.

Queremos aqui contribuir não só para o entendimento dos fenômenos de mudança linguística específicos apresentados em cada uma dessas pesquisas, mas também permitir uma avaliação dos métodos e perspectivas possíveis no campo da História Social da Língua.

## **2 INTERAÇÕES ENTRE O SOCIAL E O LINGUÍSTICO NO USO DOS DEMONSTRATIVOS PELA FAMÍLIA MESQUITA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Muitos trabalhos – como Mattoso Camara Jr. (2000), Cid et al. (1986), Pavani (1987), Castilho (1993), Roncarati (2003), Marine (2004) e Pereira (2005, 2013) – apontaram para uma mudança no sistema pronominal demonstrativo do Português do Brasil. A maior parte dessas pesquisas mostram que o brasileiro faz um uso massificado de ‘esse’ em lugar de ‘este’. Pereira (2005) comparou o uso dos demonstrativos no Português Brasileiro e no Português Europeu em filmes, material jornalístico impresso e tradução de romance, chegando à conclusão de que há, atualmente, divergências significativas entre os dois sistemas linguísticos:

Os corpora portugueses apresentam, de forma geral, uma distribuição que prioriza a forma “este” mas reserva ao pronome “esse” um papel ativo. No PB, a forma “esse” é praticamente a única existente para o material que simula a oralidade, mantém-se como forma preponderante na escrita jornalística e divide funções com a forma “este” na escrita de caráter ficcional. Esse quadro nos leva a crer que a manutenção de “este” no sistema demonstrativo brasileiro depende dos mecanismos de revisão gramatical, o que não se mostra possível na oralidade (Pereira, 2005, p. 97).

FLP 22(2)

Dados recolhidos por Marine (2004) evidenciaram que a primeira metade do século XX é crucial para o crescimento do uso das formas ‘esse’, principalmente na endófora. Nos *corpora* que analisou, no início do século XX, as formas de ‘este’ totalizaram 64 % dos usos, entretanto, os materiais da década de 1960-70 restringem sua produtividade em 32%, o que evidencia o grande avanço das formas de ‘esse’.

Para a realidade da cidade de São Paulo, o período identificado como chave para o processo de mudança nesse sistema pronominal, é de intensa migração de portugueses. Seus dados censitários mostram que, se em 1893 esses imigrantes totalizavam cerca de 14,4 mil habitantes, em 1920 atingem a cifra de 64,6 mil, chegando a 78,9 mil em 1940 (Hall, 2004, p. 132). De fato, considerando as chegadas registradas no Porto de Santos, no período de 1908 a 1936, os portugueses formaram o maior contingente imigrante a dar entrada no estado de S. Paulo, totalizando 275 mil pessoas, contra 209 mil espanhóis e 202 mil italianos (Klein, 1989, p. 22). Freitas (2006) atesta a presença dos portugueses como relevante dentre os operários, na composição do empresariado paulistano – atuando, em especial, no ramo de ‘secos e molhados’, como

mostram dados de 1929, nas padarias – segmento onde sua presença ficou marcada ainda nos dias de hoje. Alguns, como Ricardo Severo, tiveram atuação expressiva na imprensa, colaborando para os principais jornais da cidade (Freitas, 2006, p. 183). Por fim, não se pode deixar de lado figuras como José Ignácio de Fonseca Saraiva que, em 1914, fundou a Saraiva & Cia, de venda de livros – hoje uma das grandes empresas do setor editorial e de livrarias (Freitas, 2006, p. 184).

O cruzamento desses dados linguísticos e históricos sugere que, em São Paulo, apesar da intensa entrada de falantes do Português Europeu – que, no que se refere ao uso dos demonstrativos, se mostra de configuração ternária ainda hoje, o Português Brasileiro permaneceu a caminho da mudança. Essa constatação nos motivou a investigar como este processo se deu para a elite econômica e intelectual paulistana. Será que esse grupo seguiu as alterações no sistema pronominal demonstrativo, ou deixou-se influenciar pela massa de falantes portugueses? É exatamente esta questão que pretendemos enfrentar aqui, buscando em nossa resposta não somente colocar a dimensão linguística do fato, mas seus contornos socioculturais, o que deve levar em consideração a ‘comunidade de prática’ dessa mesma elite, como propõem de Eckert e McConnell-Ginet (2010).

Assim, propomo-nos a avaliar o uso dos demonstrativos pelos Mesquita. Essa escolha se justifica em função do fato de que essa família faz parte da elite econômica paulistana, sendo também relevante do ponto de vista intelectual. Como se sabe, eles eram (e são até hoje) proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo* desde o final do século XIX (Marcovitch, 2006), o que os coloca como donos de um importante meio para a produção e reprodução de crenças ideológicas, inclusive acerca da língua e de suas normas.

A família Mesquita certamente manteve contato com parte dos imigrantes portugueses afixados em S. Paulo. Em especial, com aqueles que faziam parte da elite econômica e intelectual de então, ou com os que se dedicavam a atividades relacionadas à imprensa. Este fato leva-nos a questionar se esse provável contato influenciou de alguma forma o comportamento linguístico dos Mesquita, questão que enfrentamos ao realizar a presente pesquisa.

Para o trabalho proposto, constituímos dois *corpora* de análise. O primeiro foi formado por 8 cartas de temática política, enviadas por Júlio de Mesquita a Washington Luís, nas primeiras décadas do século XX, garimpadas no Arquivo Público do Estado de S. Paulo. O segundo corpus foi constituído por 30 cartas, selecionadas a partir de Mesquita Filho (2006), enviadas por Júlio Mesquita Filho à sua esposa Marina Mesquita. Essas últimas correspondências foram produzidas durante as décadas de 1930 e 1940, quando o casal permaneceu separado – seja porque o marido estava no campo de batalha da chamada ‘Revolução de 1932’, ou porque estava preso ou, ainda, porque estava no exílio. Embora saibamos que são cartas de subgêneros diferentes – cartas políticas e cartas pessoais – o que pode gerar usos linguísticos distintos, decidimos por este material porque ele nos permite avaliar os usos de duas gerações diferentes de uma mesma família. Desses *corpora*, nós avaliamos não somente o uso dos demonstrativos, mas também indícios em seu discurso que pudessem contextualizar e dialogar com o quadro do uso linguístico encontrado.

Como resultado, esses *corpora* nos forneceram dados que consolidamos nas tabelas 1 e 2 a seguir, as quais contemplam todas as formas dos demonstrativos ‘este’ e ‘esse’, incluindo os neutros:

FLP 22(2)

Tabela 1 - Demonstrativos na 1.ª Geração dos Mesquita: usos de Júlio de Mesquita.

	Endofórico		Exofórico		Total	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
ESSE	5	31%		0%	5	23%
ESTE	11	69%	6	100%	17	77%
Total	16	100%	6	100%	22	100%

Tabela 2 - Demonstrativos na 2.ª Geração dos Mesquita: usos de Júlio de Mesquita Filho.

	Endofórico		Exofórico		Total	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
ESSE	39	63%	2	8%	41	47%
ESTE	23	37%	24	92%	47	53%
Total	62	100%	26	100%	88	100%

Embora haja diferenças em termos de quantidades de ocorrências mapeadas nas cartas do pai e do filho, as tabelas acima sugerem, em primeiro lugar, que, de uma geração para a outra, houve avanços significativos em termos da mudança dos demonstrativos. Assim, enquanto ‘este’ é a forma que mais aparece nos textos do velho Mesquita (77% do total), em usos similares a (1), há um maior equilíbrio entre as variantes nas cartas escritas por Mesquita Filho, com maior produtividade das formas de ‘esse’, em usos como (2).

- (1) Não sei as suas relações com este magistrado, mas, se ellas o conduzirem a tanto, seria uma bôa salvação para este caso intricado. (Júlio de Mesquita a Washington Luís, 25/03/1911)<sup>1</sup>.
- (2) Hoje, o nosso regime interno mudou. A convite do comandante e em companhia dele, demos um grande passeio pelos domínios do esquadrão. Fez-nos ele as horas du tour du propriétaire. Daqui por diante parece que será esse o regime diário (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 33))<sup>2</sup>.

Olhando para os dados anteriores como indicadores da mudança na norma linguística da família Mesquita na escolha dos demonstrativos ‘este’ e ‘esse’, os resultados que encontramos são intrigantes. Isso porque o favorecimento das formas de ‘esse’ de uma geração a outra dos Mesquita se deu em período de aumento de imigrantes portugueses no Brasil, e, em especial, no estado de São Paulo, estado de origem da família. O período que cobre a última década do século XIX até o final da

<sup>1</sup> Carta recolhida no acervo de documentos pessoais de Washington Luís, de livre acesso no Arquivo Público do Estado de S. Paulo. A transcrição manteve a linguagem e a ortografia do texto original manuscrito.

<sup>2</sup> As cartas escritas por Júlio de Mesquita Filho e Marina Mesquita foram transcritas e publicadas em Mesquita Filho (2006). Na ocasião de sua publicação, o organizador da obra garantiu, em consulta via e-mail, ter apenas atualizado a ortografia, mantendo-se fiel à linguagem original empregada pelos missivistas.

década de 1930 foi chamado por Freitas (2006) de ‘a grande imigração de portugueses’. Dados recolhidos pela historiadora em documentos do ‘Departamento de Imigração e Colonização’ de São Paulo dão conta de que mais de 360 mil portugueses se transferiram para esse Estado naquele período (Freitas, 2006, p. 41). Ou seja, ainda que convivessem em áreas com elevada concentração de falantes que mantinham o sistema tripartite, a família Mesquita seguiu uma tendência que desembocaria no sistema do Português Brasileiro atual, alterando o sistema pronominal demonstrativo.

Por fim, a comparação entre as tabelas 1 e 2 evidencia que as diferenças são mais acentuadas na endófora do que na exófora. Se tanto o pai quanto o filho optam pelas formas de ‘este’ de maneira predominante para as referências exofóricas, é na endófora que se diferenciam significativamente, com a clara opção da geração mais antiga por ‘este’ e da mais jovem por ‘esse’.

Todas essas observações a partir dos dados das tabelas anteriores nos levaram a buscar respostas para as seguintes perguntas que procuraremos responder nas próximas seções:

1. Quais razões explicam a maior proximidade de Júlio de Mesquita com o uso lusitano, que mantém intacto o sistema tripartite e opta pelas formas de ‘este’ sempre que se pode escolher, como Pereira (2005) descreveu? E por outro lado, que razões levam o filho a adotar as formas de ‘esse’, aproximando-se mais do quadro do Português Brasileiro que vinha se configurando?
2. Que razões explicam o comportamento linguístico dos Mesquita, enquanto família, levando ao cabo a mudança que favoreceu o uso das formas de ‘esse’, a despeito de estarem ‘cercados’ por falantes que teoricamente mantinham o sistema tripartite em funcionamento?
3. Que razões explicam as diferenças entre o uso endofórico e exofórico mapeados na comparação dos usos de Júlio de Mesquita e seu filho?

As respostas a essas questões mostram o quanto a perspectiva da História Social da Língua pode colaborar para uma maior compreensão da mudança linguística. Vejamos como isso se dá.

### **2.1 Um Júlio de Mesquita mais ‘português’, um Júlio de Mesquita Filho mais ‘brasileiro’**

Como vimos acima, os dados mais gerais evidenciam que Júlio de Mesquita preferia as formas de ‘este’, enquanto o filho optava pelas formas de ‘esse’ em suas cartas. Que explicações podemos dar a isto?

Podemos buscar resposta para as diferenças individuais nos usos dos demonstrativos feitos por Júlio de Mesquita e Júlio de Mesquita Filho considerando os dados de suas biografias. O pai, segundo Marcovitch (2006), nasceu em Campinas, em 1862, mas era filho de portugueses que migraram para o Brasil com D. João VI. Se Júlio de Mesquita era pela ascendência paterna e materna a primeira geração brasileira, Júlio de Mesquita Filho é, por conseguinte, a segunda geração brasileira, mais distanciada das normas da oralidade portuguesa.

Mesmo que, por motivos escolares, tenha inclusive residido em Portugal em fase pequena de sua adolescência, Júlio de Mesquita Filho foi marcado pelo *habitus*

linguístico, nos termos de Bourdieu (2009), da elite paulista e brasileira. Ele passou a infância (período fundamental para a internalização de normas gramaticais) no Brasil, tendo recebido educação na casa dos Mesquita. Ou seja, se mais tarde seus estudos secundários seriam feitos na Europa, e uma parte deles em Portugal, sua norma gramatical já estava bem estabelecida. Essa estada, aliás seria curta, retornando para cursar o ensino superior em São Paulo.

Aliás, esse dado sobre a formação escolar de Júlio de Mesquita Filho só amplia a relevância dos dados que encontramos aqui. Não se pode atribuir os resultados que encontramos a uma baixa escolarização do filho em relação ao pai. Júlio de Mesquita Filho, ao contrário, seguiu os melhores caminhos de educação formal disponíveis à elite de seu tempo. Cursou o primário na cidade de São Paulo, seguiu seus estudos na Escola Acadêmica, em Lisboa, cursou o Colégio de *La Chatelaine*, na Suíça e, por fim, fez curso na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (Mesquita Filho, 2006). A explicação para seu comportamento linguístico, na preferência pelas formas de ‘esse’, certamente guarda mais relações como a cultura e o *habitus* linguístico dos brasileiros de seu grupo social.

É claro que poderemos atribuir o resultado, aqui encontrado, ao fato de as cartas de Júlio de Mesquita, o pai, terem um cunho bem mais formal que as de seu filho. De fato, cartas políticas são mais marcadas por formalidade que cartas pessoais, ainda mais as que foram trocadas entre marido e esposa. De fato, as cartas enviadas a Washington Luís são marcadas por pedidos de favor político, o que requereu de Júlio de Mesquita estratégias linguísticas e discursivas formais. Entretanto, para buscar comprometimento do seu interlocutor, era preciso também aproximar-se dele e, em função disso, Mesquita chama Washington Luís, de forma recorrente, por ‘amigo’, o que aponta para um certo grau de ‘familiaridade’ entre os dois.

FLP 22(2)

Por outro lado, se é verdade que Mesquita Filho escreve textos mais carregados de afetividade à sua esposa, também é fato que o seu modo de escrita ia em duas direções que resultavam em afastamento de sua interlocutora. Assim, ou escreve de forma sintética, como se produzisse ‘bilhetes’, como podemos ver no excerto (3), ou produz cartas com caráter ensaístico, de linguagem mais rebuscada e, por vezes, marcadas de formalidade, como podemos ver em (4), que foi iniciada por uma mesóclise. Aliás, Marina Mesquita muitas vezes reclama que o marido escreve ‘de tudo’ menos do relacionamento e da vida amorosa dos dois, mantendo um certo grau de afastamento.

## (3) Marina

Tudo aqui na mesma. Amanhã conversaremos. Basta o que você me mandou. Se necessário mais alguma coisa, direi amanhã.

Beijos

Julinho (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 33)).

(4) Ver-nos-emos [Júlio de Mesquita Filho e o diretor do *Foreign Policy Institute*] na semana próxima, pois nesta já não é possível pelo muito que me resta a fazer (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, 13/05/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 100)).

## 2.2 Uma família Mesquita que implementa a mudança dos demonstrativos do Português Brasileiro a despeito do aumento da imigração portuguesa

Para responder à questão 2, apontada anteriormente, sobre o fato de os Mesquita terem seguido a trajetória da massificação de ‘esse’, ainda que vivessem em locais que receberam grande afluxo de portugueses, e, portanto, de falantes que mantinham preservado o sistema tripartite, precisamos recuperar o argumento de Pereira (2010), em trabalho dedicado à realização do sujeito pronominal. Naquele trabalho, também se constata que a família Mesquita opta por acompanhar a mudança do Português Brasileiro em relação à intensificação do uso dos sujeitos explícitos (plenos).

Em sua análise, Pereira identifica alguns componentes do *habitus*, nos termos de Bourdieu (2009), do grupo social do qual a família Mesquita é parte. Assim, a elite paulistana do período era atraída por bens estrangeiros, mas fazia muitas reservas à aproximação social com imigrantes, em especial os da grande massa que veio para o Brasil trabalhar na produção de café e como operários nas indústrias. Mantinha, em função disso, na questão da realização do sujeito, uma norma linguística que permitia distinguir-se desses indivíduos, aceitos de bom grado apenas como bons empregados. Além disso, a elite paulistana de então era ainda tributária de uma certa herança rural, seja em função do fato de que, até as últimas décadas do século XIX, residiam em fazendas e em pequenas cidades, seja porque reproduziam seu capital financeiro a partir de produtos gerados no campo. Carregava, por isso, em seu *habitus*, as disposições que permitiam, sem sanções, optar pelo sujeito pleno – aproximando-se dos falares populares - sem que com isso aderisse às outras normas também ativas no dialeto caipira.

De fato, as cartas de Júlio de Mesquita Filho mostram, de alguma maneira, esses elementos. Assim, não são poucos os trechos em que ele mostra encantamento com o universo da alta cultura estrangeira a que tem acesso nos seus exílios, como podemos ver no exemplo (5).

- (5) Depois visitei São João Latrão, Santa Maria Maggiore e, em diferentes igrejas admirei: uma Santa Teresa em êxtase, do Bernini, o Moisés, de Miguel Ângelo, e outras obras primas. Quanta beleza e quanta maravilha! E como a humanidade se transfigurou vistas através desses prodígios da arte! (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 31/05/1933 (Mesquita Filho, 2006, p. 58)).

Além disso, nas cartas de Júlio de Mesquita Filho, temos alguns indícios de sua ligação com a cultura rural brasileira, ao mesmo tempo em que se mostra aberto a inovações. É o que percebemos em trechos, por exemplo, nos quais evidencia suas preferências alimentares. Assim, em uma de suas cartas – donde tiramos o excerto (6) - ficamos sabendo que ele gostava de cuscuz (provavelmente, à paulista) - prato típico da culinária brasileira, criado com a modificação de receita moura (com a introdução de farinha de milho e leite de coco), e que havia sido trazida ao Brasil no processo de colonização, como nos informa Cascudo (2004). Ao mesmo tempo, Júlio adora consumir *cream crackers*, como vemos em (7), o que pode ser visto como a aceitação de um produto de origem estrangeira.

FLP 22(2)

- (6) Os oficiais estão pedindo cuscuz para amanhã. A prontidão obriga a oficialidade toda a permanecer aqui, o que eleva a dez o número dos candidatos ao almoço. Conto com você, pois garanti que o cuscuz estaria aqui às doze e meia sem falta (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 35)).
- (7) Desde ontem, a uma da madrugada, que estamos de prontidão rigorosa. Ninguém sai do quartel, oficiais inclusive. Com isso, aumentou bastante o consumo dos deliciosos *cream crackers*, razão por que pedi reforço para hoje. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, sem data (Mesquita Filho, 2006, p. 34)).

Se nas cartas avaliadas não há trechos que possam evidenciar alguma repulsa explícita dos missivistas em relação à massa trabalhadora de imigrantes ou de brasileiros simples, também não podemos afirmar que isso evidencie que os Mesquita eram abertos ao contato próximo com essa população. Os personagens que aparecem em seus textos são sempre nomes conhecidos das famílias da elite brasileira - como ‘Cincinato Braga’, ‘Paulo de Barros’, ‘Piza’, dentre outros. A própria ausência de referência a nomes de origem mais simples em seus relatos evidencia a distância que eles mantinham das camadas populares – no que certamente eram acompanhados por outros integrantes de sua ‘comunidade de prática’.

Todos esses indícios discursivos nos levam a confirmar Pereira (2010) no que diz respeito às disposições do *habitus* da elite, da qual os Mesquita faziam parte. Relacionando esse fato ao uso linguístico que encontramos, percebemos que os demonstrativos também se inserem nesse mesmo jogo de distinção social. A adesão às formas de ‘esse’ - acompanhando o movimento de mudança do Português Brasileiro àquela altura, distanciava a elite brasileira do uso vigente em Portugal, mas não implicava na adesão por completo aos dialetos populares brasileiros, já que deles buscava se diferenciar em outros usos linguísticos.

FLP 22(2)

### 2.3 Uma mudança que ocorreu primeiro na endófora e somente depois na exófora

Resta-nos responder a terceira questão que colocamos antes. A que diz respeito às diferenças que mapeamos entre Júlio de Mesquita e Júlio de Mesquita Filho, que se deram de maneira mais significativa na endófora. Assim, no uso exofórico, tanto o pai como o filho optam pelas formas de ‘este’, enquanto na endófora há uma separação entre os dois: o pai prefere ‘este’ e o filho, ‘esse’.

Isso pode ser explicado por diferenças estruturais entre a endófora e a exófora no quadro mais geral da mudança ocorrida no Português Brasileiro. Como Pereira (2013) demonstrou em estudo diacrônico, o processo de substituição de ‘este’ por ‘esse’ - ainda em curso nos usos brasileiros atuais, mas em estágio bem avançado – atingiu primeiramente a referência endofórica e só posteriormente, a exofórica (Pereira, 2013, p. 98).

Isso talvez tenha sido favorecido pelo fato de que mesmo na visão normativista, que encontramos em Cunha e Cintra (2001, p. 332), por exemplo, as referências endofóricas anafóricas sejam identificadas pela variação entre as formas de ‘este’ e de ‘esse’. A endófora, nesse sentido, era um contexto menos controlado pela prescrição e, com isso, menos marcado na escolha dos demonstrativos. Por ser menos

marcado, o contexto da endófora não favorece o controle consciente dos usuários da língua.

Desse modo, como os dados que analisamos se referem a usos na primeira metade do século XX, quando a mudança é mais intensa na endófora, é natural que as diferenças significativas de uma geração à outra se dê exatamente nas retomadas textuais.

#### **2.4 Que conclusões tirar do uso dos demonstrativos nas duas gerações dos Mesquita**

O pequeno estudo que apresentamos anteriormente mostrou que essa importante família paulista seguiu o movimento mais geral do Português Brasileiro na questão do sistema pronominal demonstrativo. Procuramos demonstrar que isso ocorreu por questões individuais e sociais. Assim, características pessoais dos dois indivíduos aqui tomados como informantes e suas relações com os grupos sociais com os quais conviveram explicam porque o filho mais novo fez um uso mais intenso de ‘esse’ e porque a família Mesquita, de uma maneira geral, levou adiante a mudança linguística, ainda que encontrasse forças contrárias a este movimento – a grande massa de imigrantes portugueses que se fixaram em São Paulo e o contato com os falantes que mantinham o sistema tripartite.

Procuramos com este exemplo de estudo evidenciar as interações que a língua e o contexto sociocultural estabelecem historicamente. E mostrar como a perspectiva da História Social da Língua pode colaborar para a compreensão mais completa da mudança linguística.

FLP 22(2)

### **3 INTERAÇÕES ENTRE O SOCIAL E O LINGUÍSTICO NO USO DA ÊNCLISE NAS CARTAS PESSOAIS DO CASAL MESQUITA**

#### **3.1 A motivação social da ênclise no português do Brasil**

Ao selecionar a comunidade Martha’s Vineyard para estudar a motivação social de uma mudança fonética, William Labov sabia que a ilha conservava traços linguísticos antigos, entre os quais o mais saliente, inclusive para os próprios falantes, era a retenção do /r/ final e preconsonantal. O conhecimento do traço linguístico e do seu significado social pelos falantes, inferiu Labov, poderia ativar o uso controlado do fenômeno enviesando os resultados da pesquisa, razão por que descartou o estudo da realização do /r/ e buscou outro objeto que ocorresse reiteradamente no curso da conversação espontânea, tivesse amplo espectro possível de variação e fosse altamente estratificado. Optou, então, pelo estudo da diferença na altura do primeiro elemento dos ditongos centralizados /ay/ e /aw/, alegando que esse objeto linguístico é “saliente para o linguista, mas não para os falantes; é claramente imune à distorção consciente, já que os vineyardenses nativos não se dão conta dele, nem conseguem controlá-lo conscientemente”. (Labov, 2008, p. 27)

Seguindo os passos de Labov nessa metodologia inovadora, compulsamos as gramáticas da virada do século XX, para avaliarmos se era possível identificar um contexto linguístico da colocação pronominal que alcançasse as condições mínimas para o estudo da sua motivação social. Em geral, os gramáticos assinalavam o veto ao uso da próclise em início absoluto de oração e acusavam de ‘brasileirismo’ o emprego

da ênclise na presença de elementos atratores, como a negação, os advérbios aspectualizadores e as conjunções subordinativas. Um contexto, porém, parecia escapar da perspectiva gramatical: as infinitivas preposicionadas. Nem se prescrevia uma posição para os pronomes, nem se rotulava de ‘brasileirismo’ a escolha pela ênclise ou pela próclise.

Os brasileiros Júlio Ribeiro (1881) e João Ribeiro (1889), e o português Júlio Moreira (1913) discutem a colocação pronominal, mas sequer mencionam o contexto das infinitivas preposicionadas. Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), Otoniel Mota (1911) e Maximino Maciel (1918) dão preferência à próclise nesse contexto, sem atentarem para o tipo de preposição ou de pronome envolvidos. O único que atentava para o contexto das infinitivas preposicionadas era Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 244), que manifestamente se pautava no modelo dos escritores clássicos e assinalava que o pronome era mais comumente enclítico com as infinitivas regidas da preposição ‘a’; no contexto das demais preposições era comum a próclise.

O contexto das infinitivas preposicionadas, negligenciado por alguns, apontado como lugar de variação com propensão à próclise por outros e de comportamento diferenciado dos clássicos por um terceiro, pareceu-nos que atendessem ao critério de ser saliente para os linguistas, mas não para os falantes, e ainda preenchia os requisitos da frequência, estrutura e distribuição. Não obstante as infinitivas preposicionadas passassem praticamente despercebidas dos gramáticos, a pesquisa linguística de Pagotto e Duarte (2005), em amostra constituída de cartas pessoais escritas entre 1879 e 1892 aos netos, revelava que, tal como nos demais contextos linguísticos, havia uma correlação entre gênero, escolaridade e colocação pronominal, resultado que torna o problema mais significativo para o estudo da motivação social dessa variável: o engenheiro Christiano Ottoni, político de grande prestígio que ocupou a cadeira de deputado e de senador, optava pelo emprego da ênclise; a esposa Barbara Balbino de Araújo Maia, de família influente no interior fluminense, adotava o uso da próclise.

O comportamento linguístico da esposa poderia ser interpretado como um traço conservador do português clássico, que privilegiava a próclise. Entretanto, como a próclise em início absoluto de oração que aparece em suas cartas não é detectada no padrão clássico, os autores a interpretam como um traço do português do Brasil. Já a ênclise na gramática do senador revelava a adoção da ‘norma linguística mais lusitana’, a qual se tornara saliente a partir do século XVII (Martins, 2016) ou do século XVIII (Galves et al., 2005). Os autores salientam ainda que a análise discursiva das cartas do avô deixa transparecer a preocupação com a linguagem: “[...] cioso de seu papel na educação dos netos, procuraria imprimir a seu texto uma marca linguística modelar, a fim de que eles aprendessem a ‘boa linguagem’” (Pagotto; Duarte, 2005, p. 76).

O foco na educação dos netos remete à preocupação com atitudes civilizatórias de perspectiva eurocêntrica e, nesse sentido, a adoção da ênclise do Português Europeu seria a versão linguística de comportamentos que colocariam os filhos da elite nos trilhos da civilização europeia. O tecido embrionário que dá suporte a essa interpretação é a análise linguística comparativa dos textos constitucionais do império (1828) e da república (1891). Entre as diferenças linguísticas, Pagotto (1998) observou que a Carta Imperial era marcadamente proclítica (inclusive em início de sentença), trazia o uso do advérbio ‘aonde’, da relativa cortadora e do artigo com o elemento quantificador ‘todo o SN’. A Carta republicana, por sua vez, era essencialmente

enclítica, trazia o uso de ‘onde’, da relativa-padrão e da ausência do artigo com o quantificador ‘todo SN’.

Apesar da diferença entre os dois gêneros (cartas pessoais e textos constitucionais), com condições sociais de produção bem distintas, os dois estudos apontam para a codificação de uma norma culta pautada na ênclise, no final do século XIX, responsável pela dilatação da distância entre a escrita e o vernáculo brasileiro que, como nas cartas da esposa do senador, tendia para a próclise. A adoção da ênclise (entre outros objetos linguísticos) pela elite, em franca oposição aos usos linguísticos de grupos sociais em pontos mais baixos na hierarquia do poder, nos ataria linguisticamente a Portugal, tornando perene uma norma culta que não nos representa:

Na relação do sujeito com a língua, a diversidade é normalmente sufocada pelo efeito simbólico que uma língua superior exerce sobre ele. As formas linguísticas da chamada norma culta estão impressas de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças. A relação com a norma culta tende para o eterno: ela é o sempre-lá, como se não tivesse origem histórica. (Pagotto, 1998, p.50).

A esse propósito, vale lembrar que o estudo diacrônico da colocação pronominal em romances oitocentistas brasileiros e portugueses realizado por Schei (2010) assinala que, embora os textos brasileiros denunciasses alta produtividade de ênclise, havia uma diferença em relação aos usos lusitanos: é que a prevalência da ênclise se dava independentemente do tipo de preposição.

A questão é bastante complexa, pois o período é marcado pela conturbação social envolvendo brasileiros e portugueses, em todas as esferas sociais (Ribeiro, 1994; Rowland, 2001; Souza, 2005; Carvalho, 2012). Embora muitos portugueses cultos de tendência republicana e monarquistas, depois, fugissem para o Brasil na virada do século XX e exercessem a função de jornalistas e professores (o diretor do Colégio *Culto à Ciência* era português), atuando dentro da norma lusitana, com proliferação de textos voltados para a gramatização da língua, o antilusitanismo acirrava as diferenças, mas também as abrandava entre aqueles que desejavam aqui permanecer. Nesse sentido, a motivação para o uso da ênclise pela elite brasileira deve ser buscada em outro lugar.

Este trabalho tem, então, por objeto de estudo a colocação pronominal em infinitivas preposicionadas nas cartas pessoais trocadas pelo casal Júlio de Mesquita Filho e Marina Mesquita entre 1932 a 1933 e 1938 a 1943, período em que, pressionado pela ditadura varguista, o proprietário de *O Estado de São Paulo* foi constrangido a viver no exterior. Para um tratamento mais refinado dos dados, investimos na análise da colocação pronominal a partir de dois fatores linguísticos condicionantes – o tipo de preposição e o tipo de pronome –, excluindo a categoria morfológica do elemento regente da preposição, pois não se mostrou relevante. Eliminamos da análise todos os dados que apresentavam interveniência de outro material linguístico, como os operadores de próclise: negação, advérbio aspectual, conjunções subordinativas e marcadores discursivos. Também excluímos as locuções verbais, restringindo a análise a formas como *começou a X falar-X*, *terminou de X falar-X*, *depois de X falar-X*; *para X falar-X*, em que X representa o pronome clítico na posição de próclise ou ênclise ao verbo infinitivo. Colocamos em perspectiva os dados recuperados das cartas pessoais do casal Mesquita na primeira metade do século XX, como sugerem os exemplos:

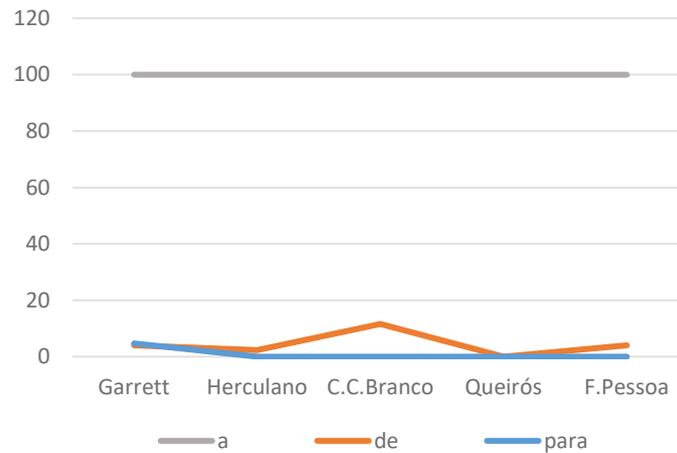
- (8) Fez questão *de apresentar-me* a filha, uma garota de vinte anos, de uma beleza de star de cinema... (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 17/06/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 116), grifo nosso).
- (9) Ela partiu, ontem, à meia-noite, e ele, que veio *para aperfeiçoar-se* em narizes, gargantas etc., volta nestes quinze dias. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 17/06/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 116), grifo nosso).
- (10) Atribuo o seu silêncio a não ter você recebido a carta que lhe mandei das Bermudas, pedindo que não deixasse *de me escrever*, pois, para quem anda com os nervos gastos como eu, 25 dias sem notícias é demais! (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 14/07/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 121), grifo nosso).
- (11) O Elieser continua fazendo-me regularmente as injeções, que, aliás, continuam *a fazer-me* bem. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 05/12/1939 (Mesquita Filho, 2006, p. 123), grifo nosso).

No cômputo geral das infinitivas preposicionadas, a escrita de Júlio é tendente para a ênclise, com 67,36% de frequência (64/95 ocorrências), ao passo que a de Marina é para a próclise (24/60 de ocorrências de ênclise). Esse comportamento especular encontra ressonância nos achados de Pagotto e Duarte (2005), que apontam para a importância do fator gênero para explicar a variação da colocação pronominal. Esse primeiro quadro nos levaria a associar a escrita de Júlio ao português europeu e a de Marina ao português brasileiro. Para discutir essa questão, recuperamos estudos sobre a colocação pronominal em infinitivas preposicionadas em cartas pessoais e em cartas de circulação pública ao longo do século XIX até o início do XX, para compormos um painel comparativo.

FLP 22(2)

### 3.2 A colocação pronominal nas infinitivas preposicionadas: escritores e intelectuais

Para a construção de um painel contrastivo, tomamos como bússola os resultados da análise da colocação pronominal em análise variacionista da colocação pronominal em cartas pessoais de escritores portugueses e brasileiros, realizada por Oliveira (2011). Nas construções infinitivas preposicionadas, o tipo de preposição se revelou fortemente condicionante da posição do clítico na escrita dos portugueses: no contexto da preposição 'a', é categórico o emprego da ênclise; no contexto das demais preposições, o comportamento é o inverso, uso quase absoluto da ênclise:

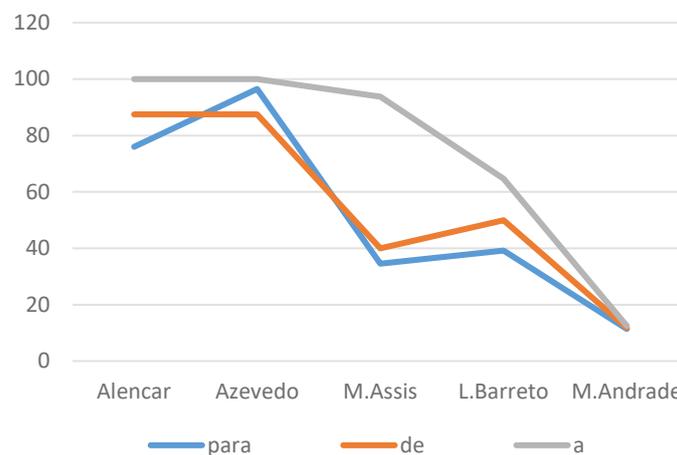


Fonte: Oliveira (2011).

Gráfico 1 – Ênclise: escritores portugueses.

Curiosamente não se projeta esse desenho gráfico entre os escritores brasileiros, apesar de, no período imperial de meados do século XIX, a Corte, introduzindo padrões de civilidade, importar bens culturais, beneficiando-se de bailes, concertos, reuniões e festas, e tomando “a família imperial como modelo e centro de sociabilidade” (Schwarcz, 2012, p. 111). É justamente nessa época que o desenho gráfico da ênclise ganha contornos mais marcados, o que se verifica nas produções textuais dos literatos de veia romântica, nas quais nem a preposição, nem o tipo de pronome incide na posição do clítico. O império da ênclise entra em declínio com a nova geração de literatos e a atmosfera republicana dos movimentos intelectuais a partir da década de 1870:

FLP 22(2)



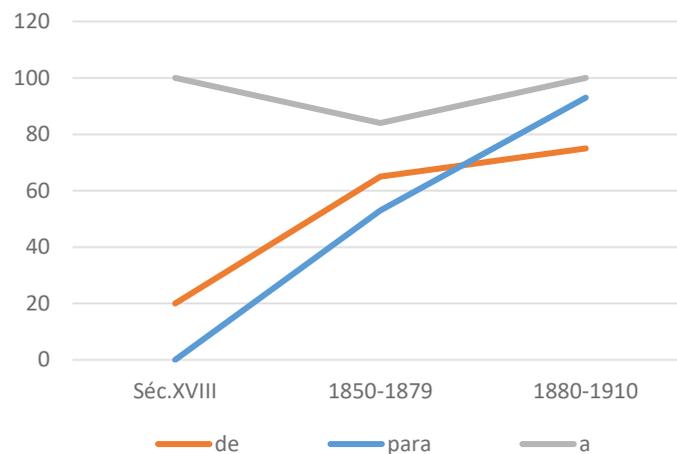
Fonte: Oliveira (2011).

Gráfico 2 – Ênclise: escritores brasileiros.

Não obstante a ênclise saísse de cena entre os literatos na virada do século XX, caindo à casa de um dígito nas cartas do modernista Mário de Andrade, em processo inverso, a ênclise se sedimentava no prosscênio do teatro político. Com efeito, a escalada da ênclise nas cartas de circulação pública ao longo do século XIX segue o

movimento contrário daquele observado entre os literatos (gráfico 3), refletindo a mesma tendência encontrada no texto constitucional republicano estudado por Pagotto (1998).

Ao contrapormos as cartas de circulação pública do período colonial com as do período independente, observamos que no Brasil-colônia (séc. XVIII no gráfico) se desenhava a gramática lusitana com 100% de ênclise, no contexto da preposição ‘a’, e próclise com as demais preposições; já nas cartas de circulação pública do período independente, prevalece a ênclise com todas as preposições, colocação que ganha proeminência no período pré e pós-republicano:



Fonte: Oliveira (2013).

Gráfico 3 – Ênclise: cartas de circulação pública.

A ascendência da ênclise ao final do século XIX confirma a tese de Pagotto e Duarte (2005), de que nesse período se configura o distanciamento entre a norma culta escrita e o vernáculo brasileiro, com ênclise e próclise respectivamente. Entretanto, ao contrário do que sugere o autor, a norma culta não segue o padrão lusitano, pois a colocação pronominal não estava condicionada ao tipo de preposição. Na construção da identidade entre nação e língua (Hobsbawn, 1990) e na luta pelo poder simbólico (Bourdieu, 2008), tornava-se necessário depurar determinados usos linguísticos, o que, no que concerne à colocação pronominal, se fez por meio da potencialização da ênclise em todos os contextos, inclusive naqueles em que um operador facultasse o emprego da próclise, o que, no caso das infinitivas preposicionadas do modelo lusitano, se dava na presença das preposições ‘de’ e ‘para’.

Se a diferença dilatada entre a norma culta escrita e o vernáculo brasileiro não se deve à seleção do padrão lusitano, como se pode explicar o abismo entre as duas variantes? A resposta para essa diferença parece provir da distinção qualitativa que a sociedade imperial fazia de seus integrantes, separando os cidadãos políticos originários de grupos senhoriais do povo por concentrarem o cabedal intelectual e o poder político:

O entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas. As faculdades de direito davam sobretudo o treino retórico e a erudição em história e literatura. Estes saberes eram nucleares na tradição imperial. Assim, a imprensa, os opúsculos, a poesia e a oratória eram parte

do processo de socialização da elite política, completando a assimilação do universo mental do Império que os cursos de direito começavam. (Alonso, 2002, p. 113).

A inexistência de uma camada letrada autônoma no império e a conjunção da carreira pública com o desenho intelectual expresso pelas letras permitiam a afinação linguística que colhemos na manifestação da ênclise. Diferente é a situação a partir da década de 1870, quando uma mudança geracional acompanha o processo de profissionalização do literato e o distancia das esferas de atuação política.

### 3.3 A colocação pronominal nas infinitivas preposicionadas: os Mesquita

O duplo ênclise-civilização identificado nos intelectuais políticos oitocentistas ainda ganha protagonismo no português do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, como denuncia a escrita de Júlio de Mesquita Filho. Apesar das diferenças entre as escritas de Júlio e da esposa Marina – ênclise *vs.* próclise, respectivamente, nos dois casos a colocação pronominal é condicionada pelo tipo de preposição, sem, entretanto, seguir o padrão lusitano que reduz a ênclise à presença da preposição ‘a’:

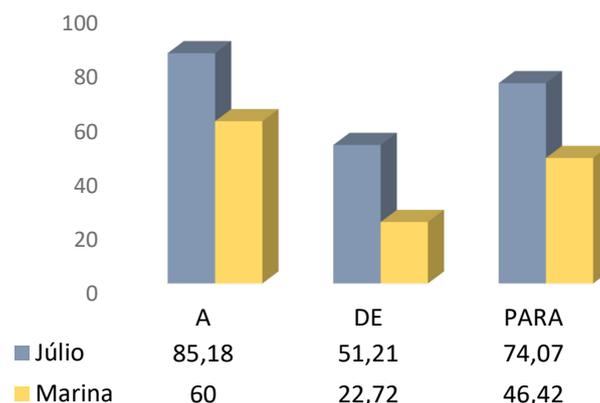


Gráfico 4 – Ênclise: infinitivas preposicionadas na escrita dos Mesquita.

Ainda que a amostra seja composta de textos na modalidade escrita, é possível supor que o peso da eufonia implantada pela vogal baixa nas preposições ‘a’ e ‘para’ acionasse a ênclise na gramática de ambos os missivistas, pois é nesse contexto que essa colocação ganha musculatura. Essa hipótese ganha consistência no caso da gramática de Marina, em que o vetor da eufonia encalça também os pronomes, de forma a motivar a posição enclítica do pronome acusativo de 3.<sup>a</sup> pessoa. Com efeito, eliminando do quadro esse tipo de pronome, a queda da ênclise na gramática de Marina é vertiginosa, passando, por exemplo, de 60 a 20 pontos percentuais com a preposição ‘a’, processo que também atingiu as demais preposições. Pode-se, portanto, intuir que a gramática de Marina é orientada sobretudo por questões de eufonia. Entretanto, esse efeito não é colhido nas cartas de Júlio ao se analisar a colocação pronominal sob a ótica do tipo de pronome envolvido. A retirada dos pronomes acusativos de 3.<sup>a</sup> pessoa ocasiona baixa da colocação enclítica na gramática de Júlio, mas a diferença não supera o índice de 6 pontos percentuais:

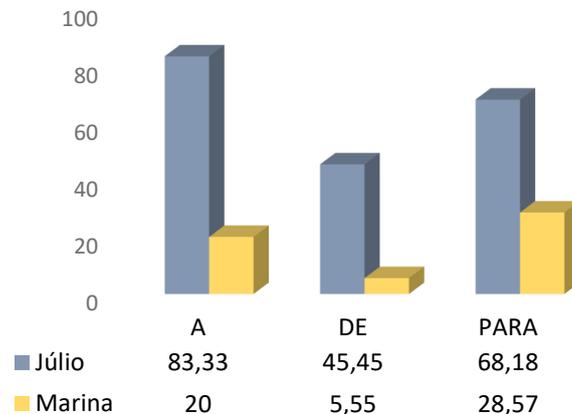


Gráfico 5 - Ênclise nas infinitivas posicionadas (sem clítico acusativo de 3.ª pessoa).

O desenho gráfico sugere que a fatoração da harmonia sonora tomada por baliza na colocação pronominal na gramática de Marina não é operante na gramática de Júlio, a qual revela estabilidade no uso da ênclise até mesmo com a exclusão do pronome acusativo de 3.ª pessoa. Saliente-se que, contrariamente a Júlio (seção 1.1 acima), Marina não teve formação institucional, apesar de também pertencer a família elitista (era filha do fundador da Faculdade de Medicina, o médico Arnaldo Vieira de Carvalho).

Uma outra diferença entre os missivistas está no fato de que a ênclise é motivada estilisticamente pelo *pathos* na gramática de Marina, o que sugere conhecimento de seu uso pelo marido. É adotada para estimular compaixão em Júlio, ao narrar a situação patética da chegada das visitas quando já se preparava para partir; para amenizar a raiva do pai com o arrependimento do filho, por ter escolhido o curso preparatório para a Escola Politécnica; para provocar indignação com a forma como o sobrinho foi dispensado pela namorada; para provocar ternura no marido ao dizer-lhe da agonia em receber suas notícias ou da vontade de ir ao seu encalço:

- (12) Quando já tinha me instalado com armas e bagagens num táxi *para dirigir-me* a casa de Raul, chega a Isolina acompanhada da filha e de Perold. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 18-21/05/1942 (Mesquita Filho, 2006, p. 303), grifo nosso).
- (13) O Ruy veio comigo ontem à noite *para dizer-me* que está muito arrependido de ter entrado para o pré-politécnico. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 30/04/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 310), grifo nosso).
- (14) Pois ontem a mocinha procurou o nosso sobrinho no Paulistano *para dizer-lhe* que estava tudo acabado. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 8-12/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 317), grifo nosso).
- (15) Tomara que a carta não leve dias *para chegar-me* às mãos. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 05/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 316), grifo nosso).
- (16) Eu ando com uma vontade *de ir-me* embora! Estou com tanta saudade que se não fosse o dever eu zarpava já, já. (Carta de Marina Mesquita a Júlio de Mesquita Filho, datada de 8-12/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 317), grifo nosso).

Se Marina apela para a ênclise como recurso estilístico para provocar a emoção em seu marido, Júlio adota a próclise para expressar incerteza, ainda que investido no papel daquele que deve transmitir segurança à família. Embora Rocha Lima tivesse a obrigação de lhe ceder um exemplar gratuitamente do tratado, não podia garantir que assim o fizesse (17); as notícias minuciosas do que ocorria no Brasil não lhe chegaram, deixando-o desorientado (18); as informações sobre a saúde de Raul eram fornecidas por Marina e somente a partir delas ele poderia tirar alguma conclusão. Como ela estava insegura a esse respeito, ele não podia ter opinião diferente, ainda que buscasse tranquilizá-la (19):

- (17) Este último [*Tratado de ornitopatologia*] podia pedir ao Rocha Lima, que tem a obrigação *de me ceder* um exemplar grátis. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 16/07/1941, (Mesquita Filho, 2006, p. 255), grifo nosso).
- (18) Você ficou *de me mandar* notícias mais minuciosas e até agora nada, a não ser a opinião de Teodorico sobre a situação. (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 26/05/1941, (Mesquita Filho, 2006, p. 237), grifo nosso).
- (19) Não há motivo algum que justifique a sua impaciência relativamente à saúde de Raul. Você é a primeira *a me dizer* que ele está fazendo jogo de paciência! Que mais poderia você desejar? (Carta de Júlio de Mesquita Filho a Marina Mesquita, datada de 07/05/1942, (Mesquita Filho, 2006, p. 317), grifo nosso).

Porém, como mostra a projeção gráfica, na maior parte dos casos o que se tem é o emprego da ênclise. Por oposição à relação próclise-incerteza, a ênclise emerge na gramática de Júlio como maneira de dizer certezas. E se a maneira de dizer reproduz e produz a maneira de ser (Maingueneau, 2011), a ênclise pontua e chancela o *ethos* (aqui entendido como a personalidade do enunciador) de Júlio como um indivíduo de discurso franco e de atitudes responsáveis, eficientes e certeiras e, portanto, civilizadas.

FLP 22(2)

### 3.4 Que conclusões tirar da colocação pronominal nas cartas do casal Mesquita

Marina explora a ênclise por via da função estilística para provocar o *pathos* no interlocutor, Júlio a adota para fazer emergir o seu *ethos*. Essas diferenças funcionais encontram respaldo nas comunidades de prática de que fazem parte. O rastreamento das atividades dos dois missivistas desvela particularidades que os distinguem. Começemos pela esposa.

Marina frequentava o teatro para ver diferentes tipos de espetáculo (peça teatral, música e dança), mas não se fascinava pelas peças. Gabrielle D'Annunzio não a emocionava, pois carregava na monstruosidade dos homens; a peça *Secret*, de Bernstein, produzida pela companhia *Vieux Colombier*, era medíocre por apresentar 'artistas velhas e feias e atores mambembes'. Não obstante, ia ao teatro. Talvez para ver e se fazer ver pela elite paulistana presente no teatro, como informava. Quanto ao cinema, Marina parecia mais condescendente, manifestando apreço pelas fitas (*Confissões de um espiã nazí*, *O ditador* e *Bola de fogo*). Além do cinema, tomava chá com as amigas no Jaraguá e no Mappin, ou passeava no clube Paulistano. Outra atividade cultural eram as conferências nos teatros. Avaliou como 'bem-feito e interessante' o trabalho de Alfredo Mesquita sobre o teatro no romantismo. Já a conferência sobre

música romântica, proferida por Mário de Andrade, não a alcançou: “Diz que foi ótima. Não entendi nada. O Mário, além de arrevesado, tem péssima dicção.” (Marina, 28-31/5/1941).

Marina mantinha uma correspondência assídua com Júlio, mantendo-o informado sobre questões políticas internas e externas, resumindo ou fazendo recortes de artigos de jornais que lhe encaminhava. Fazia suas observações sobre as notícias, mas pedia a Júlio que lhe explicasse ou desse sua versão para que ela pudesse se inteirar melhor do que ocorria no mundo. Mantinha-o ao corrente sobre os acontecimentos que envolviam a Universidade de São Paulo. Além disso, frequentemente devia buscar livros encomendados por Júlio para acudi-lo em seus estudos. Mantinha-o informado sobre suas atividades e as de cada elemento familiar. Quanto à educação dos filhos, sempre solicitava ao marido orientações e atendia as suas recomendações.

Talvez por estar no exílio e talvez por ser um hábito das elites, Júlio exigia da família constantes trocas epistolares, as quais tiveram reflexo na escrita de Marina, como se observa no comentário de Júlio sobre a sua caligrafia: “A sua caligrafia desta vez está aceitável. A primeira carta deu-me um trabalho dos diabos e, sem o Armando, muita coisa me teria escapado” (Júlio, 26/5/1941). A propósito, Armando fazia parte do grupo que constituía a ‘colônia’ de exilados (“Na colônia, as coisas seguem o seu curso e sensaborão”, 23/5/1942).

As cartas de Júlio explicavam a situação da política internacional do período, traziam notícias sobre seus artigos nos jornais estrangeiros e sobre seus contatos com embaixadores e com o Instituto Rockefeller. Por meio das cartas, Júlio solicitava que a família recepcionasse alguns de seus contatos. No âmbito familiar, orientava a esposa quanto às operações financeiras do casal, dava instruções sobre os cursos que os filhos deveriam seguir e estabelecia como e quando Marina deveria alcançá-lo no exterior. Vez por outra mencionava ter ido a cinemas (assistiu ao *Meu outra vez*, com Greta Garbo) e teatros. Ainda que tecesse críticas aos filmes e espetáculos, sempre tinha uma atitude positiva. Não perdia ocasião para falar de sua ida a campeonatos esportivos, em particular quando se tratava de jogos em que brasileiros estavam envolvidos.

De modo geral, as cartas de Marina assemelham-se a diários e expõem as dificuldades de dirigir a família com o marido à distância. As cartas de Júlio procuram recompor um ambiente de segurança, de otimismo e de tranquilidade. Essa diferença emerge nas palavras de Júlio que, em uma longa carta, critica a vitimização de Marina:

você continua inabalável nas suas convicções de um patriarcalismo estreito e renitente, para o qual o universo cabe dentro do círculo da família e todo o espaço que não tenda exclusivamente a melhorar a sorte material dos membros da tribo é um roubo de que são vítimas, tanto você como os nossos filhos. (Buenos Aires, s/d).

A esposa não deixa por menos. Responde-lhe à altura, afirmando que o sucesso do marido dependia em grande parte da administração da casa, papel que ela desenvolvia sozinha: “Agora penso e muitíssimo no lado prático e financeiro da vida, penso mesmo. Nem vejo como você poderá se dedicar ao país e à humanidade sem ter a sua vida particular em ordem” (São Paulo, s/d).

Esses poucos dados relativos às atividades do casal sugerem que, apesar de um núcleo comum – a administração familiar e a socialização por meio de atividades culturais, marido e mulher desenvolvem papéis diferentes. Marina tem o olhar voltado para a família e Júlio busca representar um papel na coletividade a que pertencemos,

participando de atividades que demandam envolvimento institucional. Parafraseando Eckert (2000), que afirma que ‘nós somos o que fazemos’ e que o engajamento em práticas diferentes implica em diferenças linguísticas, encontramos não tanto na biografia dos missivistas, mas na intersecção das comunidades de práticas a explicação para as semelhanças na colocação pronominal entre os esposos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situando a pesquisa num cruzamento interdisciplinar, extraímos do corpus não somente os dados linguísticos, mas informações sobre as comunidades de prática de que faziam parte os missivistas Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho e Marina Mesquita, para interpretá-las à luz de saberes que configuram o ramo das ciências humanas. Procuramos assim ultrapassar a fronteira da disciplina linguística para alcançar uma apreensão mais global do objeto.

Essa nova perspectiva, que prevê entrelaçamentos de dados linguísticos, dados históricos e dados socioculturais, tem como base de apoio a noção de comunidades de prática, entendidas como um nível de organização que envolve relações sociais e compartilhamento de atividades, de tal modo que “Particular kinds of knowledge, expertise, and forms of participation become part of individual’s identities and places in the community.” (Eckert, 2000, p. 35). Nesse processo, a língua inscreve sistemas simbólicos pertencentes a diferentes comunidades de prática.

Cumprir lembrar que a comunidade de prática não se restringe à rede de relações sociais, mas é identificada pelo compartilhamento de interesses. No caso das correspondências epistolares dos Mesquita, a comunidade de prática se definia pela regência da casa que era, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista da educação dos filhos, o ponto nodal das preocupações e ansiedades do casal, que se separara pelo exílio do marido. Tensionada pela ruptura e pela conservação das tradições familiares, a regência da casa estava sempre sob a batuta do marido distante, que a esposa trazia virtualmente para perto de si, por meio dos relatos que fazia a respeito das brincadeiras das crianças, dos períodos de férias na fazenda e da culinária local.

Entre os elementos linguísticos que cumprem esse papel estão os pronomes demonstrativos e a colocação pronominal, cujo significado social é construído pelo exercício em processo negociado dentro das comunidades de prática. No caso dos demonstrativos, a forte imigração portuguesa não conseguiu impor o sistema tripartite. No caso da colocação pronominal, a ênclise identifica os membros da comunidade que constitui a ‘colônia’ de exilados cultos. Marina participa dessa colônia ocasionalmente e acessa a ênclise não como valor distintivo, mas para alcançar a aprovação daquele que a tem como tal. Nos momentos de harmonia e de respeito mútuo, ela adota a próclise e ele conserva a ênclise.

#### REFERÊNCIAS

Alonso A. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

Bourdieu P. A economia das trocas linguísticas. Miceli S, et al., tradutores. São Paulo: Edusp; 2008.

- Bourdieu P. O senso prático. Petrópolis: Vozes; 2009.
- Carvalho JM. A vida política. In: Carvalho JM, organizador. A construção nacional: 1830-1889. Vol. 2. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva; 2012. p. 83-129.
- Cascudo LC. História da alimentação brasileira no Brasil. São Paulo: Global; 2004. p.186-190.
- Castilho AT. Os mostrativos no português falado. In: Castilho AT, organizador. Gramática do Português Falado: as abordagens. Vol. 3. Campinas: Editora da UNICAMP; 1993.
- Castilho AT. Nova gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto; 2010. p. 169-171.
- Cid O, Costa MC, Oliveira CT. Este e esse na fala culta da Rio de Janeiro. Estudos Linguísticos e Literários. 1986 Dez.;5:195-208.
- Cunha C, Cintra L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2001. p. 332-333.
- Eckert P. Linguistic variation as social practice: the linguistic construction of identity in Belten High. Oxford: Blackwell; 2000.
- Eckert P. Variation, convention and social meaning. Annual Meeting of the Linguistic Society of America; 2005. [citado 05 mar. 2019]. Disponível em: <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/EckertLSA2005.pdf>.
- Eckert P, McConnell-Ginet S. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: Ostermann AC, Fontana B, organizadores e tradutores. Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos. Lakoff R, et al. São Paulo: Parábola; 2010.
- Freitas SM. A grande imigração: primeiras décadas da República (1889-1930). Presença portuguesa em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; 2006.
- Galves C, Brito H, Souza MCP. The change in clitic placement from classical to modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. Journal of Portuguese Linguistics. 2005;4(1):39-67.
- Hall M. O imigrante na cidade de São Paulo. In: Porta P, organizadora. História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra; 2004. p. 121-151.
- Hobsbawn E. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1990.
- Klein HS. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e no século XX. Rev. Brasileira de Estudos Populacionais. 1989 Jul.-Dez.;6(2):17-37.
- Labov W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola; 2008[1972].
- Maciel M. Língua portuguesa: gramática descritiva baseada nas doutrinas modernas. 7.ª ed. Rio de Janeiro/Paris: Francisco Alves/Aillaud; 1918.
- Maingueneau D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez; 2011.
- Marcovitch J. Júlio Mesquita. Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Edusp; 2006.
- Marine TC. O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele [dissertação]. Araraquara: FCL, UNESP; 2004.

- Martins AM. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: Martins AM, Carrilho E, editores. Manual de linguística portuguesa. Berlin. Boston: De Gruyter; 2016. p. 401-430.
- Mattoso Camara Júnior JM. Estrutura da língua portuguesa. 32.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes; 2000.
- Mesquita Filho R, organizador. Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome; 2006.
- Moreira J. Estudos da língua portuguesa. Vol. 2. Lisboa: Livraria Clássica Editora; 1913.
- Mota O. Lições de português. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Companhia Editora Nacional; 1941[1911].
- Oliveira M. Pluricentrismo na arena linguística. In: Silva AS, Torres A, Gonçalves M, organizadores. Pluricentric languages: linguistic variation and sociocognitive dimensions. Braga: Universidade Católica Portuguesa; 2011. p. 681-694.
- Oliveira M. Colocação pronominal: índice social da elite intelectual. In: Anais do Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos (SINEFIL). Mato Grosso; 2013.
- Pagotto E. Norma e condescendência; ciência e pureza. Línguas Instrumentos Linguísticos. 1998 Jul.-Dez.;2:49-68.
- Pagotto E, Duarte ME. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: Lopes CR, organizador. A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj; 2005. p. 67-81.
- Pavani S. Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto falado em São Paulo [dissertação]. Campinas: IEL, UNICAMP; 1987.
- Pereira EC. Grammatica expositiva. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co.; 1907.
- Pereira HB. Esse versus este no Português Brasileiro e no Europeu [dissertação]. São Paulo: FFLCH, USP; 2005.
- Pereira HB. A realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX: uma análise em perspectiva gerativista trans-sistêmica [tese]. São Paulo: FFLCH, USP; 2010.
- Pereira HB. ESSE versus ESTE em filmes brasileiros: substituição ou especialização de formas? Filologia e Linguística Portuguesa. 2013 Jan.-Jun.;15(1):83-100.
- Ribeiro G. “Por que você veio encher o pandulho aqui?” Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares do Rio de Janeiro da República Velha. Análise Social. 1994;29(127):631-654.
- Ribeiro EC. Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza. 5.<sup>a</sup> ed. Salvador: Livraria Progresso Editora; 1950[1890].
- Ribeiro J. Grammatica portugueza. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler; 1881.
- Ribeiro J. Grammatica portugueza. São Paulo: Miguel Melillo Editor; 1899.
- Roncarati C. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: Paiva MC, Duarte MEL, organizadores. Mudança linguística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2003.
- Rowland R. Manueis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses. Etnográfica. 2001;5(1):157-172.

Schei A. A colocação pronominal do século XIX: a língua literária brasileira. São Carlos: Pedro & João Editores; 2010.

Schwarcz L. As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

Souza R. O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. *Politeia: História e Sociologia*. 2005;5(1):133-151.

Wenger E. *Toward a theory of cultural transparency: elements of a social discourse of the visible and the invisible* [tese]. Irvine: University of California; 1990.

FLP 22(2)

## A (hiper)leitura digital e o livro didático: um olhar filológico para a leitura literária na Educação Básica

### *Digital (hyper)reading and educational book: a philological look at literary reading in Basic Education*

Elizabeth Mota Nazareth de Almeida\*

Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

Patrício Nunes Barreiros\*\*

Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

**Resumo:** Este artigo objetiva apresentar as características dos textos literários referenciados pelo livro didático, a partir dos suportes impressos e digitais e suas implicações filológicas no contexto da (hiper)leitura nas aulas de Língua Portuguesa, na Educação Básica. Para isso, analisou-se os textos literários presentes no livro de Cereja, Vianna e Codenhoto (2016), *Português Contemporâneo: Diálogo, reflexão e uso*, do 1º ano do Ensino Médio, traçando um paralelo entre suas características em diferentes suportes (papel e tela) e a leitura filológica. Como aporte teórico, foram utilizados os estudos de Chartier (1999, 2001), Lévy (1999), Dionísio (2006), Coscarelli (2009), e Rojo (2012) para análise das características dos textos presentes no meio digital e Santaella (2004), que aborda questões sobre o perfil do hiperleitor. Em relação às potencialidades da leitura filológica para a formação leitora na Escola Básica, foram tomados como base Petrucci (1992), Chartier (2002), Said (2007) e Borges e Souza (2012). Como resultado, observou-se que, ao se desenvolver práticas leitoras na Escola Básica, faz-se necessário explorar as potencialidades oferecidas pelo ambiente digital, levando em consideração um olhar humanista e filológico de leitura, com foco na formação de leitores críticos e inseridos em uma sociedade tecnológica digital.

**Palavras-chave:** Filologia. Língua portuguesa. Literatura. Livro didático. Hiper mídias.

**Abstract:** This paper aims to present characteristics of literary texts cited by the textbook, from printed and digital media, and their philological implications in the context of (hyper) reading in Portuguese language classes in Basic Education. For this, literary texts present in book of Cereja, Vianna and Codenhoto (2016), *Contemporary Portuguese: Dialogue, reflection and use*, from the 1st year of High School were analyzed, relating characteristics of these texts in different supports (paper and screen) and philological reading. The theoretical foundation was based on studies by Chartier (1999; 2001), Lévy (1999), Dionísio (2006), Coscarelli (2009), and Rojo (2012) to analyze the characteristics of texts present in cyberspace, and Santaella (2004) who discuss issues regarding the profile of the (hyper)reader. Regarding the potential of philological reading for reading training at the Basic School, the texts of Petrucci (1992), Chartier (2002), Said (2007) and Borges and

FLP 22(2)

---

\* Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil; almeida.emn@gmail.com

\*\* Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 2. Professor doutor titular, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil; patricio@uefs.br

Souza (2012), were used as a basis. As a result, it was observed that, when developing reading practices in the Basic School, it is necessary to explore the potential offered by web, from a humanistic and philological perspective, with a focus on the formation of critical readers and in a digital technological society.

**Keywords:** Philology. Portuguese language. Literature. Textbook. Hypermedia.

## 1 INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita digitais fazem parte das práticas letradas em muitas sociedades contemporâneas. Por meio do ciberespaço, realizamos interações sociais e entramos em contato com múltiplas culturas a partir do compartilhamento de opiniões e visões de mundo através dos mais diversos dispositivos digitais interligados à *internet*, oportunizando, dessa forma, o acesso a uma gama infinita de informações sobre praticamente qualquer assunto. Essa realidade tem sido refletida também nos espaços formais de aprendizado, como a escola, uma vez que, ao se pensar na consolidação das práticas leitoras e escritoras, devemos considerar apresentar aos alunos situações e experimentações reais de leitura e de escrita.

Como reflexo disso, a escola contemporânea tem buscado inserir textos hipermediáticos para o desenvolvimento de práticas leitoras e escritoras na Educação Básica. Indo nessa direção, os editais nacionais que fomentam ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários na Educação Básica, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), têm incentivado o diálogo com as tecnologias digitais de informação e comunicação ao orientar que as editoras utilizem em suas obras pedagógicas novos suportes e tecnologias contemporâneas para a leitura e a escrita em salas de aula (Brasília, 2015).

A partir desses aspectos, podemos questionar sobre que textos os alunos têm lido em salas de aula da Educação Básica e ainda como nós, professores de Língua Portuguesa, podemos lidar com as questões filológicas surgidas a partir da transmissão de textos literários em materiais didáticos impressos e digitais.

Esses questionamentos mostram-se relevantes, uma vez que, apesar de não ser o único, o livro didático ainda é considerado como uma importante fonte de consulta em sala de aula. Mais especificamente, em livros didáticos de Língua Portuguesa, o texto literário é transmitido na íntegra ou em fragmentos, proporcionando o contato dos alunos, em muitos casos, à primeira leitura de algumas das mais conhecidas obras literárias. Diante disso, é pertinente que, na presente discussão, também lancemos o olhar para uma abordagem filológica de leitura que aponte para os problemas na transmissão de textos literários em livros didáticos e que leve em consideração a transposição dos textos em seus diferentes suportes (papel a tela), uma vez que teóricos como Chartier (1999, 2001, 2002) e McKenzie (2018) alertam para o fato de que a forma e o suporte contribuem para o sentido do texto. Desse modo, a análise das características que diferenciam a leitura de textos nos suportes impressos e digitais tenciona evidenciar de que maneira essa transposição do papel à tela implica a formação de sentido.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar os textos literários apresentados e referenciados pelo livro didático, sob um olhar humanista e filológico de leitura, com vistas a apresentar as características e as potencialidades da (hiper)leitura de textos presentes no meio impresso e digital. Além disso, intentamos

discutir sobre como podemos lidar com os problemas filológicos presentes na transposição de textos literários no livro didático, visando ao desenvolvimento de uma *competência filológica* que auxilie na formação leitora dos alunos.

Para isso, foram utilizados os textos literários apresentados pelo livro didático de Língua Portuguesa para o 1º ano do Ensino Médio, aprovado pelo edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/2018), intitulado *Português Contemporâneo: Diálogo, reflexão e uso*, de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien Codenhoto e publicado em 2016.

Como apoio teórico, levou-se em consideração o que versam autores como Petrucci (1992), Chartier (2002), Said (2007) e Borges e Souza (2012) e para discutir os aspectos filológicos na leitura de textos literários. Foram utilizados ainda autores como Chartier (1999, 2001), Lévy (1999), Dionísio (2006), Coscarelli (2009), e Rojo (2012), que auxiliaram na compreensão das características dos textos presentes no meio digital, além de Santaella (2004) que aborda questões a respeito do perfil do (hiper)leitor contemporâneo.

A partir desse aporte teórico, foram analisadas as características dos textos literários nos suportes impressos e digitais, bem como discutido o papel do leitor contemporâneo a partir do olhar filológico e humanista de leitura, buscando com isso apontar caminhos possíveis para o desenvolvimento de materiais didáticos que contemplem a formação leitora e as necessidades de aprendizagem de alunos inseridos em uma sociedade tecnológica digital.

## 2 APRESENTAÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

FLP 22(2)

Neste artigo, foram analisados os textos literários presentes no ambiente digital, referenciados por um livro didático de Língua Portuguesa do 1º ano do Ensino Médio, aprovado e distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para a Educação Básica no Brasil, através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/2018).

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é responsável por avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, gratuitamente, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital, além de instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

A partir do edital nº 04/2015 do PNLD/2018, o programa convoca, para o seu processo de inscrição e avaliação, obras didáticas elaboradas com vistas a abrir “[...] horizontes e caminhos para um ensino e aprendizagem mais significativo [sic] e emancipador [sic], voltado [sic] para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia. [...]” (Brasília, 2015, p. 31)

Em relação aos livros de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, o documento orienta que a organização dos conteúdos e metodologias deve ser elaborada de forma que, nos anos finais da Educação Básica, o estudante demonstre, entre outras coisas, o conhecimento das formas contemporâneas de linguagens. Para isso, o edital ressalta que os livros da área de Linguagens devem propiciar a criação de

espaços multiculturais e multissemióticos de ensino e aprendizagem e que, dessa forma, as propostas voltadas para as práticas de leitura e da escrita devam:

[...] considerar o impacto dos novos suportes e tecnologias de escrita sobre a construção e a reconstrução dos sentidos de um texto; abordar efetivamente os modos de ler e de escrever característicos dos textos multimodais e dos hipertextos, promovendo os diferentes letramentos envolvidos em sua leitura e produção. (Brasília, 2015, p. 37).

Desse modo, para compor o corpus desta pesquisa, escolhemos, dentre os livros de Língua Portuguesa aprovados pelo PNL D/2018 e adotados pelas escolas para os anos letivos de 2018 a 2020, o livro intitulado *Português Contemporâneo: Diálogo, reflexão e uso*, de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien Codenhoto (2016) do 1º ano do Ensino Médio, por ele referenciar, em seus textos literários, edições presentes no ambiente digital.

No livro didático analisado, foram identificados 21 (vinte e um) textos literários com referências a textos situados no ambiente digital. Desses, apenas 12 (doze) referências puderam ser recuperadas, conforme apresentado no quadro 1, a seguir. Ficaram de fora da análise, desse modo, os textos que apresentavam problemas de redirecionamento<sup>1</sup>.

Quadro 1 – Textos literários referenciados pelo livro didático.

Nº	Título e Autor	Referência no livro didático
01	<i>Édipo Rei</i> de Sófocles	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 31-32)
02	<i>Espera</i> de Florbela Espanca	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 34)
03	<i>Do amoroso esquecimento</i> de Mário Quintana	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 60)
04	<i>Pescaria</i> de Guilherme de Almeida	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 62)
05	<i>Romance</i> de Guilherme de Almeida	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 62)
06	<i>O baicai</i> de Guilherme de Almeida	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 62)
07	<i>Me sinto ótima</i> de Mallu Magalhães <sup>2</sup>	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 73)
08	<i>Envergo, mas não quebro</i> de Lenine	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 62)
09	<i>Carta de Graciliano Ramos</i> de Graciliano Ramos	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 159-160)
10	<i>Carta tardia a um poeta arredio</i> de Ferreira Gullar	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 164-165)

<sup>1</sup> Os problemas de redirecionamento dizem respeito à impossibilidade de acesso aos textos literários no ambiente digital devido a erros diversos presentes nos links citados pelo livro didático.

<sup>2</sup> Para acessar corretamente o texto citado, alteramos o link disponível no livro didático para <https://www.letras.mus.br/mallu-magalhaes/me-sinto-otima/>.

11	<i>Continua o poeta com este admirável a quarta feira de cinzas</i> de Gregório de Matos	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 188)
12	<i>Tempos Modernos</i> de Lulu Santos <sup>3</sup>	Cereja, Vianna e Codenhoto (2016, p. 308)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como recorte, apresentamos para este artigo a análise detalhada de três textos literários, a saber: o poema *Do amoroso esquecimento* de Mário Quintana, o poema de Florbela Espanca, intitulado *Espera*, e a *Carta de Graciliano Ramos a Portinari* do escritor Graciliano Ramos.

### 3 ANÁLISE DOS TEXTOS LITERÁRIOS APRESENTADOS PELO LIVRO DIDÁTICO A PARTIR DOS SUPORTES IMPRESSOS E DIGITAIS: UMA PROPOSTA HUMANISTA DE LEITURA

A multimodalidade é uma característica presente tanto em textos impressos quanto em textos eletrônicos. Corroborando com esse pensamento, Dionísio (2006) apresenta a multimodalidade como um traço constitutivo a todos os gêneros textuais escritos e orais. Dessa forma, segundo a autora, “os recursos visuais e verbais devem ser vistos como um todo no processamento dos gêneros textuais” (Dionísio, 2006, p. 63). Concordamos ainda com Kress e Van Leeuwenn (1998) ao partimos do pressuposto de que todo o texto é multimodal.

Para percebermos isso, basta olharmos para a complexidade de muitos escritos medievais repletos de gravuras, ilustrações, tipos diferentes de letras, com cores e tamanhos distintos e notas hipertextuais. Contudo, a forma como o texto se apresenta em tela diferencia-se do modo de configuração dos rolos e códices da Antiguidade ou da Era Medieval ou até mesmo dos livros modernos, pela possibilidade de associação às hipermídias (Chartier, 1999, 2001). A partir dos textos presentes no ciberespaço, temos a possibilidade de inserir imagens estáticas e em movimento, som, vídeos, ícones, softwares, além de hiperlinks.

Contudo, nem todos os documentos digitais apresentam necessariamente associação às hipermídias. Os primeiros textos digitalizados, por exemplo, apesar de utilizarem um novo meio de transmissão (digital), apenas reproduziam as características formais de apresentação do formato anterior (impresso). Eram o que podemos chamar de *incunábulo digitais*<sup>4</sup>. No entanto, os textos inseridos em ambientes digitais podem associar-se a elementos hipermediáticos como aplicativos, redes sociais, além de janelas *pop-ups*, banners com propagandas, imagens, vídeos, *podcasts*, hiperlinks e menus interativos que redirecionam os leitores para outros documentos e locais no próprio site ou fora dele.

<sup>3</sup> Para acessar corretamente o texto citado, alteramos o link disponível no livro didático para <http://www.vagalume.com.br/lulu-santos/tempos-modernos.html>.

<sup>4</sup> O termo *incunábulo* refere-se ao livro impresso antes de 1501 e constitui um objeto de grande valor no âmbito da bibliografia material, dada a sua raridade e o caráter experimental da sua composição (Duarte, 1997). Desse modo, os *incunábulo digitais* seriam os primeiros textos digitais que mantinham as características formais de apresentação dos textos impressos (Barreiros, 2013; McGann, 1997).

Esse leque de informações e múltiplas possibilidades de acesso permitem que o hiperleitor não apenas percorra os caminhos pré-estabelecidos pelo escritor/editor, mas que desbrave percursos ainda não pensados inicialmente pelo criador do hiperdocumento, participando, assim, da estrutura do texto, transformando-o, virtualmente, em um único hipertexto inédito (Lévy, 1999, p. 59).

Em relação aos textos literários presentes no ambiente digital referenciados pelo livro didático em questão, apenas um não apresentava associação às hipermídias: *Édipo Rei* de Sófocles (Cereja; Vianna; Codenhoto, 2016, p. 31-32). Os demais apresentavam imagens estáticas ou em movimento, hiperlinks e menus interativos. Alguns ainda estavam em ambientes repletos de banners de propaganda, vídeos, botões para redes sociais, comentários de leitores e buscadores por palavras-chave.

É necessário salientar, entretanto, que esses textos não foram criados no meio digital ou para o ambiente virtual. Na verdade, referem-se a cartas e poemas manuscritos, letras de músicas rascunhadas em cadernos ou folhas avulsas ou ainda a publicações impressas que, provavelmente, foram revisados e modificados por seus autores e editores até chegarem às mãos de seus leitores. Nesse aspecto, enfatizamos a condição provisória dos textos, uma vez que sempre há a possibilidade de que sejam reeditados e reimpressos, podendo inclusive mudar de suporte.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito ao fato de que o ato de transladar um texto de um suporte para outro interfere em seu sentido. Sobre isso, Chartier (1999, 2001, 2002) nos adverte que a forma do texto, os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação interferem na formação do sentido. Corroborando com esse pensamento, McKenzie (2018, p. 25) afirma que sim, as formas afetam o significado, evidenciando a importância da descrição não apenas dos processos técnicos de produção e recepção do livro, mas também dos processos sociais de sua transmissão.

Desse modo, o ato de transmissão de um texto, ainda que a partir de um material impresso como o livro didático ou da tela, não deve ser desprovido da compreensão do mundo em que os textos foram escritos, comunicados e lidos (Chartier, 2001, p. 126).

Por isso, como forma de explicitar as características multimodais, hipertextuais e hipermidiáticas dos textos em diferentes suportes (papel e tela), bem como as implicações filológicas na transmissão de textos literários em livros didáticos, apresentamos, a seguir, a análise detalhada de três dos textos reproduzidos pelo livro didático de Cereja, Vianna e Codenhoto (2016) e referenciados ao meio digital.

### **3.1 As potencialidades da (hiper)leitura de textos literários a partir de um olhar filológico na Educação Básica**

A Filologia por muito tempo manteve-se, enquanto disciplina, restrita às práticas acadêmicas eruditas, quase *sacras*, que tinham por missão maior salvaguardar a língua a partir da preservação de textos considerados sagrados ou representativos de um determinado povo. Tradicionalmente, atribuíam-se à Filologia a prática árdua de correção e limpeza das *contaminações* causadas pelos possíveis desvios ocorridos durante o processo de transmissão textual (Borges; Souza, 2012, p. 15). Contudo, na contemporaneidade, a Filologia vem sendo ressignificada a partir de um reposicionamento crítico voltado, sobretudo, para a ética de leitura (Said, 2007, p. 89). Dessa forma, estaríamos abrindo-nos para a ideia da laicidade filológica, imbuídos de

uma proposta de leitura e abordagem dos textos em que a filologia seria vista como um campo interpretativo aberto, de escolhas metodológicas, de tomadas de posição.

Diante disso, à luz dessa expoente proposta de leitura filológica, podemos ampliar as possibilidades de discussão para refletirmos também acerca do uso de textos literários em livros didáticos referenciados no meio digital. A proposta aqui colocada é o desafio de uma leitura filológica que vá além do código linguístico.

A leitura filológica leva em consideração os aspectos materiais do texto, seu processo de produção, transmissão e recepção, investiga os sujeitos envolvidos em todos esses processos, os sentidos e valores que lhes atribuíram. Trata-se de uma ética de leitura que considera as diversas camadas de sentidos, valendo-se dos indícios materiais, dos pormenores que considera o texto como um produto cultural e histórico. Dessa forma, com o intuito de discutir um possível caminho para a leitura de textos literários a partir de um olhar filológico que leve em consideração os diferentes suportes textuais, vejamos, a seguir, alguns exemplos dos textos analisados no livro didático de Cereja, Vianna e Codenhoto (2016).

O primeiro texto que trazemos como exemplo é o poema de Mário Quintana, *Do amoroso esquecimento*, como podemos observar representado na figura 1, a seguir.

**HORA DE ESCREVER** Professor: Os alunos podem se reunir em grupos, e cada grupo pode realizar uma ou mais de uma proposta, ou todos podem realizar todas as propostas; ou você pode ainda criar outras propostas. O importante é que haja textos suficientes para serem apresentados no sarau que encerra a unidade.

Seguem algumas propostas de produção de poemas. Conversem com o professor e decidam a melhor forma de realizá-las.

1. Leia dois pequenos poemas, o primeiro de Mário Quintana e o segundo de Oswald de Andrade:

**Do amoroso esquecimento**

Eu agora — que desfecho!  
Já nem penso mais em ti...  
Mas será que nunca deixo  
De lembrar que te esqueci?

(Disponível em: <http://www.revistabula.com/2329-os-10-melhores-poemas-de-mario-quintana/>. Acesso em: 13/2/2015.)

**3 de maio**

Aprendi com meu filho de dez anos  
Que a poesia é a descoberta  
Das coisas que eu nunca vi

(Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/420/748.pdf>. Acesso em: 13/2/2015.)

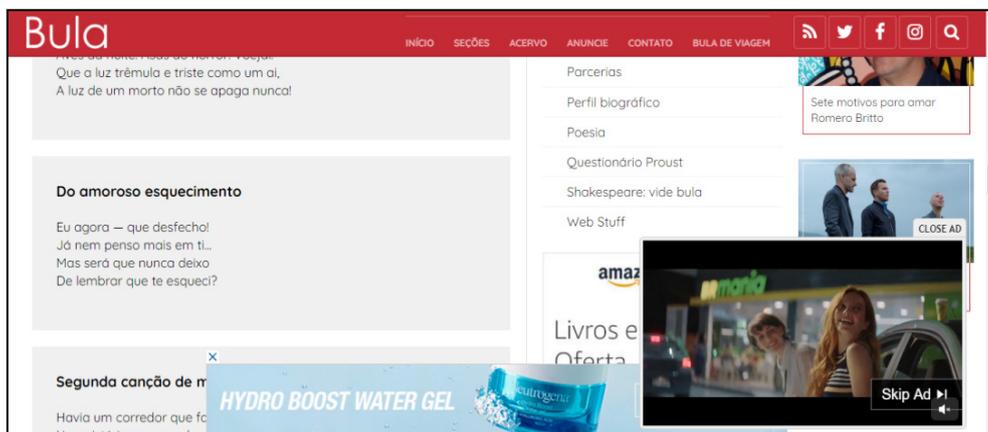
**PROJETO** Como você sabe, será realizado um sarau literomusical no final da unidade. Neste capítulo, você e os colegas vão produzir poemas e cantigas, que serão declamados e cantados no sarau.

Andressa Moreira

Figura 1 – Trecho do livro didático (Cereja; Vianna; Codenhoto, 2016, p. 60).

A página do livro didático, representada na figura 1, encontra-se repleta de elementos multimodais, como diferentes tipos, cores e tamanho de letras, ícones, figuras geométricas e imagem ilustrativa. Vemos ainda, abaixo do texto, a indicação da fonte para a leitura do poema no ambiente digital, através da apresentação do seu endereço eletrônico na *internet*. Nesse caso, o texto impresso no papel não pode ser editado, a não ser que haja uma nova reimpressão.

Entretanto, ao analisarmos esse mesmo texto a partir de outro suporte (o digital), vemos que esse novo contexto de leitura implica mudanças consideráveis. No ambiente da revista digital, denominada *Bula*, em que o texto de Mário Quintana se encontra transmitido, por exemplo, há a presença de janelas *pop-ups*, banners e vídeos de propaganda. Além disso, a revista digital oferece, no topo de suas páginas, links, a partir de um menu horizontal, que redirecionam o leitor para outros conteúdos do site, como podemos ver na figura 2, a seguir.



Fonte: <https://www.revistabula.com/2329-os-10-melhores-poemas-de-mario-quintana/>.

Figura 2 – Texto literário postado na revista digital citado pelo LD.

Além disso, o texto *Do amoroso esquecimento*, de Mário Quintana, agora lido no ambiente virtual de uma revista digital, por exemplo, pode ser facilmente editado pelo criador da página na *internet*. Se por um lado, esse aspecto pode representar uma maior facilidade na editoração dos textos em um menor tempo e custo, por outro, corremos o risco de nos depararmos com práticas atuais que muitas vezes se contentam em “pôr na Web os textos brutos que não foram nem pensados, em relação à nova forma de suas transmissões, nem submetidos a nenhum trabalho de correção ou de edição” (Chartier, 2002, p. 116). Além disso, no ciberespaço, o leitor está mais suscetível a um leque de informações simultâneas que interferem na formação do sentido do texto, bem como a distrações que podem ocasionar perda no foco de atenção e atraso no cumprimento dos objetivos de leitura.

Apesar da poluição visual e das inúmeras possibilidades de leitura nesse labirinto hipertextual, quando tais práticas de leitura são inseridas e oportunizadas no contexto da sala de aula, o professor de Língua Portuguesa pode apresentar ao seu aluno estratégias de como manter o foco nos objetivos de leitura pretendidos e de se precaver de links suspeitos. Essas práticas dão destaque à postura autônoma do estudante diante das diversas possibilidades de leituras potencializadas pelo ambiente digital, oportunizando o desenvolvimento de uma postura crítica e estabelecimento de critérios de leitura. Destarte, ao exercitar a leitura a partir de textos com variados níveis de compreensão e suportes, o aluno-leitor dispõe para si de meios que o auxiliarão no uso de sua capacidade colaborativa e crítica no ato comunicativo.

Além disso, em sua ‘navegação’, esse estudante se deparará com temas polêmicos, políticos, religiosos, notícias de acontecimentos por todo o mundo, apresentados e comentados por pessoas de diversas formações, níveis sociais e culturais. Esse cenário seria uma rica oportunidade para o professor trabalhar questões que vão desde a reflexão de como o uso da língua pode influenciar e formar opiniões a questões voltadas para como essas informações são organizadas, quais suas estruturas, para qual público são endereçadas e com qual intencionalidade.

Ainda em relação à comparação de textos em diferentes suportes, observemos o exemplo do poema *Espera* de Florbela Espanca, reproduzido tanto pelo livro didático como no meio digital. No texto impresso, há a indicação da fonte usada como referência no meio digital e, abaixo, vemos a presença de um pequeno glossário. Além

FLP 22(2)

disso, ao lado direito do texto, há uma ilustração representando um quadro de Jules Breton, intitulado *Mulher jovem no campo*.

Nesse exemplo, percebemos a linguagem multimodal presente desde os tipos diferentes de letras, cores e tamanhos distintos dos caracteres, até a linguagem não-verbal representada através da figura ilustrativa. Todos esses elementos interferem na construção de significado do texto lido, uma vez que o leitor correlaciona esses aspectos textuais para a formação de sentido, processando-os como um todo (Dionísio, 2006, p. 63).

Apesar de se tratar de um texto impresso, a presença do glossário logo após o poema, trazendo a definição de uma das palavras do texto, pode ser considerada uma nota hipertextual, como podemos observar na figura 3, a seguir.

b. Lírico, pois, além de um eu lírico que expressa seus sentimentos, há exploração de efeitos sonoros.

**Espera**

Não me digas adeus, ó sombra amiga,  
Ablanda mais o ritmo dos teus passos;  
Sente o perfume da paixão antiga,  
Dos nossos bons e cândidos abraços!

Sou a dona dos místicos cansaços,  
A fantástica e estranha rapariga  
Que um dia ficou presa nos teus braços...  
Não vás ainda embora, ó sombra amiga!

Teu amor fez de mim um lago triste:  
Quantas ondas a rir que não lhe ouviste,  
Quanta canção de ondinas lá no fundo!

Espera... espera... ó minha sombra amada...  
Vê que pra além de mim já não há nada  
E nunca mais me encontras neste mundo!...

(Florbela Espanca. Disponível em: [http://www.releituras.com/fespanca\\_menu.asp](http://www.releituras.com/fespanca_menu.asp). Acesso em: 2/6/2015.)

**ondinas:** seres mitológicos habitantes de lagos e rios; ninfas.



*Mulher jovem no campo, de Jules Breton.*

FLP 22(2)

Figura 3 – Texto literário *Espera* de Florbela Espanca no LD (Cereja; Vianna; Codenhoto, 2016, p. 34).

Como vimos, características como a multimodalidade e a hipertextualidade não são inéditas nem exclusivas do ambiente digital. Isso nos leva a ver o texto no ciberespaço, como afirma Coscarelli (2009), não sob os aspectos que o tornariam diferente, mas antes, a partir de como as outras linguagens se incorporam a ele, para então observarmos de que maneira o sujeito lida com essas múltiplas linguagens para a construção de sentido, tendo em mente que o leitor proficiente é aquele capaz de ler qualquer texto, em qualquer suporte, em qualquer linguagem (Coscarelli, 2009, p. 555). Dito isso, consideramos imprescindível ampliar as práticas leitoras a partir de textos impressos e digitais, auxiliando, dessa forma, na exposição de textos multimodais e multissemióticos que os estudantes encontram em suas práticas sociais e com que precisam lidar cotidianamente.

Como exemplo, analisemos o mesmo texto de Florbela Espanca a partir do suporte digital, representado na figura 4 a seguir.


releituras - menu da autora

[ Principal ] [ Biografias ] [ Releituras ] [ Novos escritores ]
© Projeto Releituras  
Arnaldo Nogueira Jr  
28/07/2020 - 22:28:22



Florbela Espanca

**Menu da Autora:**

Vaidade / Aos olhos dele  
Fumo  
Ser poeta  
Esquecimento  
Velhinha  
Espera

Espera

Florbela Espanca

Não me digas adeus, ó sombra amiga,  
Abranda mais o ritmo dos teus passos;  
Sente o perfume da paixão antiga,  
Dos nossos bons e cândidos abraços!

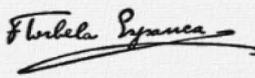
Sou a dona dos místicos cansaços,  
A fantástica e estranha rapariga  
Que um dia ficou presa nos teus braços...  
Não vás ainda embora, ó sombra amiga!

Teu amor fez de mim um lago triste:  
Quantas ondas a rir que não lhe ouviste,  
Quanta canção de ondinas lá no fundo!

Espera... espera... ó minha sombra amada...  
Vê que pra além de mim já não há nada  
E nunca mais me encontras neste mundo!...

*Florbela d'Alma da Conceição Espanca tem hoje seus versos admirados em todos os cantos do mundo, diferentemente do que aconteceu quando ainda viva, época em que foi praticamente ignorada pelos apreciadores da poesia e pelos críticos de então. Os dois livros que publicou, por sua conta, em vida, foram "O Livro das Magoas" (1919) e "Livro de "Sóror Saudade" (1923). Às vésperas da publicação de seu livro "Charneca em Flor", em dezembro de 1930, Florbela pôs fim à sua vida. Tal ato de desespero fez com que o público se interessasse pelo livro e passasse a conhecer melhor a sua obra. Dizem os críticos que a polêmica e o encantamento de seus versos é devida à carga romântica e juvenil de seus poemas, que têm como interlocutor principal o universo masculino.*

Poema extraído de uma publicação fac-similar do livro "Sonetos", 12ª edição, pág.125.





[ Principal ] [ Biografias ] [ Releituras ] [ Novos escritores ]

© Projeto Releituras — Todos os direitos reservados. O Projeto Releituras — [um sítio sem fins lucrativos](#) — tem como objetivo divulgar trabalhos de escritores nacionais e estrangeiros, buscando, sempre que possível, seu lado humorístico, satírico ou irônico. Aguardamos dos amigos leitores críticas, comentários e sugestões.  
A todos, muito obrigado. **Arnaldo Nogueira Júnior**. © @njo

Fonte: [http://www.releituras.com/fspanca\\_menu.asp](http://www.releituras.com/fspanca_menu.asp).

Figura 4 – Texto literário *Espera* de Florbela Espanca, postado no ambiente digital.

Na página *Releituras*, o poema encontra-se transcrito fielmente, como está apresentado no livro didático, trazendo, abaixo do texto, informações adicionais sobre a autora e a indicação da edição usada como base para essa publicação. Além disso, ao lado esquerdo da tela, encontramos uma imagem de Florbela Espanca e, abaixo, um

menu vertical interativo que dá acesso a outros poemas da escritora, a partir de hiperlinks. Na parte superior da página, há um menu horizontal que redireciona o hiperleitor para outras páginas do site e esse mesmo menu se repete na parte inferior. No rodapé, há informações sobre o site e seu editor.

Dessa forma, ao acessar o texto *Espera* de Florbela Espanca no ambiente digital, o aluno tem acesso a outros textos através de hiperlinks, potencializando assim a não linearidade da leitura e modificando a estrutura inicialmente pensada, primeiro pela autora e depois pelos editores, para a leitura do livro *Sonetos*. Esse processo de escolha e seleção influencia, de forma decisiva e única, o processo de construção de sentido desses textos. Aqui, o leitor é quem faz a sua seleção textual e a sua crítica. Sobre isso, Chartier (2002) comenta:

[...] a apresentação eletrônica do escrito modifica radicalmente a noção de contexto e, ainda, o próprio processo de construção de sentido. Ela substitui a contiguidade física que aproxima os diferentes textos copiados ou impressos num mesmo livro pela sua distribuição móvel nas arquiteturas lógicas que comandam as bases de dados e das coleções digitalizadas. Além disso, ela redefine a materialidade das obras porque desfaz o elo imediatamente visível que une o texto e o objeto que o contém e porque proporciona ao leitor, e não mais ao autor ou ao editor, o domínio da composição, o recorte e a própria aparência das unidades textuais que ele deseja ler. (Chartier, 2002, p. 113-114).

Assim, a partir do ambiente virtual, retomamos e potencializamos características colaborativas da leitura e da escrita, ao alcançarmos em uma escala global outros leitores/escritores que, em suas escolhas hipertextuais, criam um texto completamente novo e inédito. Dessa forma, o leitor é também coautor do texto lido. Sobre esse aspecto, a (hiper)leitura exige uma maior autonomia e criticidade do leitor, na medida em que ele cria suas próprias hipermídias, seus próprios hipertextos, como apresenta Rojo (2012), ao citar os letramentos multimidiáticos:

[...] A próxima geração de ambientes de aprendizagem interativos adiciona [aos hipertextos] imagens visuais e sons e vídeos, além de animação, o que se torna muito prático quando a velocidade e a capacidade de armazenamento podem acomodar esses significados densos de informação topológica. [...] A importância dos letramentos multimidiáticos correspondentes já foi discutida, mas ainda é importante notar que não é apenas o uso da hipermídia que as novas tecnologias tornam mais fácil, mas sua autoria [...]. (Rojo, 2012, p. 20).

Para a autora, são exatamente esses textos contemporâneos compostos de muitas linguagens que têm sido chamados de multimodais ou multissemióticos e que, muitas vezes, apresentam um “caráter não multi, mas hiper: hipertextos, hipermídias” (Rojo, 2012, p. 21), que exigem novas ferramentas de produção, de análise crítica, enfim, exigem multiletramentos.

Além disso, evidenciar esses aspectos multiculturais, sobretudo no ciberespaço, tem como objetivo a busca de um olhar voltado para a valorização da cultura de cada estudante, cada grupo, cada comunidade, descentralizando as práticas de letramento escolar e promovendo a reflexão de que, através da língua e seu uso, podemos visualizar questões voltadas para a forma como o estudante vê o mundo a partir do seu lugar social e cultural.

Santaella (2004), indo ao encontro desses pensamentos, assume a variedade de tipos de leitores que desenvolvem reações e habilidades diversas a partir dos estímulos

semióticos que recebem. Para a autora, por exemplo, o ato de ler livros configura um tipo de leitor distinto de um leitor de imagens fixas ou animadas que, por sua vez, difere-se do leitor das luzes, das sinalizações e dos signos do ambiente urbano. Da mesma forma, com a leitura orientada hipermidiaticamente, cria-se um novo modo de ler. Assim, a hiperleitura apresenta-se como

[...] uma atividade nômade de perambulação de um lado para o outro, juntando fragmentos que vão se unindo mediante uma lógica associativa e de mapas cognitivos personalizados e intransferíveis. É, pois, uma leitura topográfica que se torna literalmente escritura, pois, na hipermídia, a leitura é tudo e a mensagem só vai se escrevendo na medida em que os nexos são acionados pelo leitor-produtor. (Santaella, 2004, p. 175).

Esses estágios cognitivos que perpassam a hiperleitura são marcados pelas especificidades do que Santaella (2004) chama de leitor imersivo. Esse tipo específico de leitor pode ser identificado pela interatividade em um processo de comutação que permite conectar o hiperleitor com seus interlocutores através de um fluxo indefinido de signos que surgem e desaparecem e pelas transformações sensoriais, uma vez que as reações motoras, perceptivas e mentais acompanham a mudança ininterrupta de ritmo da ‘navegação’ na tela, a partir do *zigzaguear multiativo* do ponteiro do mouse e do olhar do hiperleitor (Santaella, 2004, p. 181). É esse tipo de leitura que o aluno da escola básica encontrará ao acessar, por exemplo, o poema *Espera* de Florbela Espanca disponível no ambiente digital.

Para concluir a análise do texto em questão, vemos que, ao final das informações sobre a autora, o editor do site inseriu a seguinte informação: “Poema extraído de uma publicação fac-similar do livro “Sonetos”, 12ª edição, pág. 125.” (Nogueira Jr, 2020. A indicação do texto-base utilizado para a disponibilização do poema no meio digital é fundamental para que o leitor possa localizar o texto lido em sua materialidade, apesar das informações, nesse caso em específico, não estarem completas, o que dificulta a recuperação desse texto fac-similar, caso o leitor deseje recuperar esse documento.

Já quanto ao próximo texto que analisamos, uma carta do escritor Graciliano Ramos, veremos que o site *Releituras*, no qual se encontra esse texto, apresenta não só a indicação da fonte usada como base para a edição, como a própria imagem do fac-símile.

No caso da carta pessoal de Graciliano Ramos a Portinari apresentada no livro didático em estudo, há, do lado direito do texto impresso, a imagem fac-similar da carta, citada como a “Cópia da carta em estudo, disponível no site oficial de Graciliano Ramos.” (Cereja; Vianna; Codenhoto, 2016, p. 159), como podemos observar nas figuras 5 e 6 a seguir.



Figura 5 – Carta de Graciliano Ramos a Portinari apresentada no LD (Cereja; Vianna; Codenhoto, 2016, p. 159).

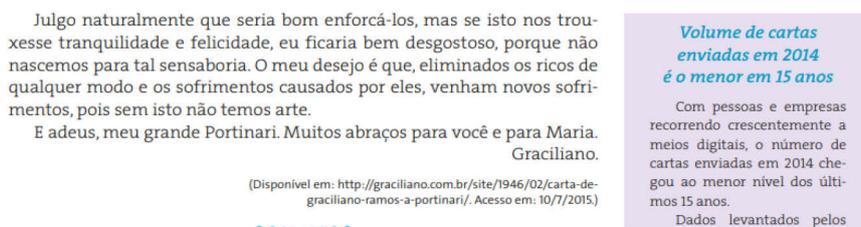


Figura 6 – Continuação da Carta de Graciliano Ramos a Portinari apresentada no LD (Cereja; Vianna; Codenhoto, 2016, p. 160).

FLP 22(2)

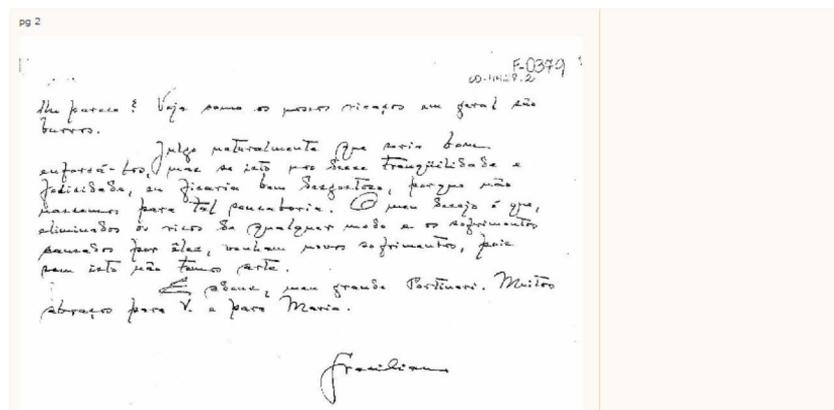
Diferentemente do que ocorreu com o poema de Florbela Espanca, o endereço eletrônico disponibilizado ao final da edição da carta de Graciliano Ramos direciona o leitor ao fac-símile do documento no suporte digital.

Na *homepage* oficial do autor, disponível online, além do fac-símile, encontramos, na parte superior da página, um menu horizontal que permite, a partir de hiperlinks, acesso às informações sobre o escritor como a sua biografia, obras, fotografias, linha do tempo, árvore genealógica, trabalhos acadêmicos e artigos publicados, como vemos nas figuras 7 e 8 a seguir.



Fonte: <http://graciliano.com.br/site/1946/02/carta-de-graciliano-ramos-a-portinari>

Figura 7 – Imagem do site oficial do autor, Graciliano Ramos, fólio 0378.



Fonte: <http://graciliano.com.br/site/1946/02/carta-de-graciliano-ramos-a-portinari>

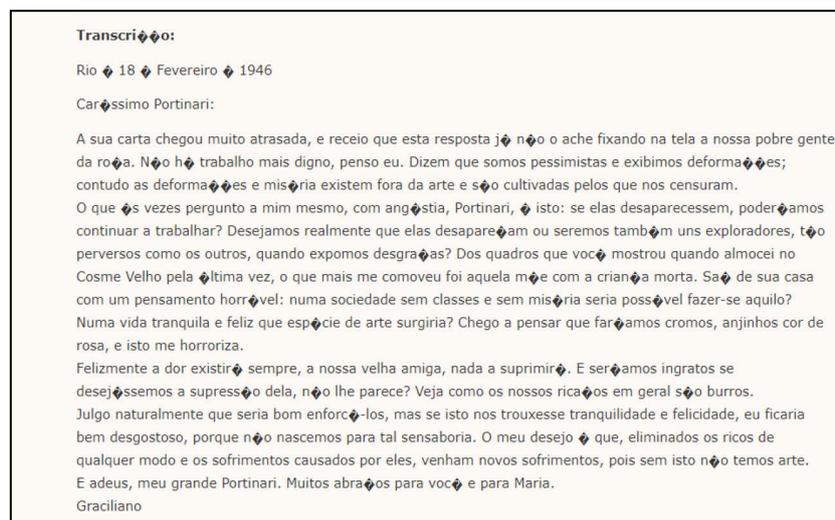
Figura 8 – Fac-símile da carta de Graciliano Ramos, fólio 0379.

Desse modo, ao terem acesso, por exemplo, a partir do meio digital, à edição fac-similada da carta de Graciliano Ramos a Portinari, os alunos podem perceber a humanidade por trás do texto, a caligrafia do autor com seu estilo peculiar, as rasuras, as abreviaturas e a ortografia da época. Marcas essas próprias de um lugar em um tempo específico na história, que seriam apagadas por uma edição modernizada

apresentada pelo livro didático, podem ser recuperadas, estudadas, contrastadas e analisadas, a partir da leitura de outras camadas de edição, como a fac-similada ou a sua transcrição. Além disso, o fato de a página online dar a possibilidade ao leitor de acessar informações para além dos códigos linguísticos, como a biografia do autor, suas obras, seu contexto histórico e cultural, amplia as condições para a compreensão dos textos lidos.

Assim, segundo Said (2007, p. 92), ao examinarmos os manuscritos de uma obra, temos a possibilidade de adentrarmos na linguagem do autor, buscando com isso compreender as suas formas particulares de expressão, além de percebermos como o ato de escrever, nesse processo de composição e escolha, configura-se em uma ação laboriosa e demorada. Sobre esse aspecto, Said (2007, p. 93) afirma que, a partir da leitura minuciosa de um texto literário, por exemplo, seríamos capazes de localizá-lo no seu tempo através de toda uma rede de relações e influências externas que desempenham um papel formador no texto, expressas por uma série de decisões e escolhas de palavras específicas em detrimento de várias outras possibilidades. Dessa forma, qualquer leitura que realizemos está situada num determinado tempo e lugar, uma vez que nenhum autor é completamente soberano ou está acima da época, lugar e circunstâncias de sua vida (Said, 2007, p. 92).

Ainda sobre a página oficial do escritor Graciliano Ramos, vemos, logo abaixo do menu, o cabeçalho com a imagem do escritor, o título do site e um botão interativo que redireciona o usuário para uma página de contato com os administradores. Há ainda botões para ajuste de tamanho da letra, uma caixa de entrada para busca de palavras dentro do site e ícones que podem redirecionar o usuário para as redes sociais (porém, inativos no momento da análise). Do lado direito da página, há um menu com as categorias referentes a outras páginas do blog. Na mesma página, abaixo dos fac-símiles, encontra-se a transcrição da carta, como mostra a figura 9 a seguir.



Fonte: <http://graciliano.com.br/site/1946/02/carta-de-graciliano-ramos-a-portinari/>

Figura 9 – Transcrição da carta de Graciliano Ramos a Portinari.

Contudo, ao compararmos o fac-símile da carta com os textos apresentados tanto no livro didático como na página oficial do escritor, constatamos as seguintes modificações, como demonstrado no quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Edições da carta de Graciliano Ramos a Portinari.

Edições realizadas	Fac-símile	Livro didático	Transcrição
Rasuras omitidas	Segmento ilegível riscado (Fólio 0378, linha 4)	Segmento omitido	Segmento omitido
Abreviaturas desdobradas	“v.” (fólio 0378, linha 16 e fólio 0379, linha 11)	“você” (linhas 11 e 25)	“você” (linhas 8 e 18)
Ortografia atualizada	- “tranqüila” (fólio 0378, linha 21) - “côr-de-rosa” (fólio 0378, linha 23) - “tranqüilidade” (fólio 0379, linha 4) - “êles” (fólio 079, linha 4)	- “tranquila” (linha 15) - “cor-de-rosa” (linha 16) - “tranquilidade” (linha 21) - “eles” (linha 23)	- “tranquila” (linha 11) - “cor de rosa” (linha 11 e 12) - “tranquilidade” (linha 15) - “eles” (linha 17)
Mudança na paragrafação	-	A topografia do texto original não foi obedecida	A topografia do texto original não foi obedecida

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além disso, encontramos dois problemas de transcrição, como destacado no quadro 3 a seguir. Para demonstrarmos isso, usamos como critério o uso do *italico* para indicar o segmento substituído e **negrito** para indicar o segmento substituto.

Quadro 3 – Problemas de transcrição da carta de Graciliano Ramos a Portinari.

Problemas de transcrição encontrados	Fac-símile	Livro didático	Transcrição ( <i>síte</i> )
Substituição	“[...] aquela mãe <i>a segurar</i> a criança morta [...]” (fólio 0378, linha 18)	“[...] aquela mãe <b>com</b> a criança morta [...]” (linha 18)	“[...] aquela mãe <b>com</b> a criança morta [...]” (linha 9)
Substituição	“[...] mas se isto nos <i>desse</i> tranqüilidade e felicidade [...]” (fólio 0379, linha 4)	“[...] mas se isto nos <b>trouxe</b> tranqüilidade e felicidade [...]” (linha 20 e 21)	“[...] mas se isto nos <b>trouxe</b> tranqüilidade e felicidade [...]” (linha 15)

Fonte: Elaborado pelos autores.

FLP 22(2)

Interferências como essas são comumente encontradas em textos literários transmitidos pelos livros didáticos, como mostram autores como Mendes (1986), Telles (2003), Cambraia (2005) e Santiago-Almeida, Morandini e Silva (2018). Entretanto, quando trabalhadas em salas de aula de Língua Portuguesa na Educação Básica a partir de um viés humanístico de leitura, o que poderia ser encarado apenas como um erro de transcrição pode oferecer a oportunidade de mostrar ao aluno que o texto é um produto de uma ação humana, de escolhas metodológicas e de tomadas de decisão. Abre-se a oportunidade de apresentar que esse contexto de produção perpassa não apenas pela decisão do autor, mas pelas decisões de outros sujeitos, como editores, revisores, diagramadores etc. Decisões essas que são pautadas pensando-se no público a quem esses textos se destinam e na função que exercem dentro de cada sociedade organizada.

No contexto das tecnologias digitais, isso se mostra ainda mais complexo. Muitas vezes, lemos um texto que, em seu tempo, circulou em manuscritos ou impressos, passando por várias ‘encarnações’ que fazem parte da história de sua transmissão e que estão marcadas de informações sobre cada momento histórico específico. Desse modo, apagar marcas dessa socio-história comprometeria fundamentalmente o seu entendimento. Dito isso, assumimos que, em toda materialidade textual, encontramos um poço quase que inesgotável de informações que remontam aos aspectos culturais, históricos e sociais distintos (Chartier, 2001, p. 98). Todos esses elementos devem ser considerados na atenta e minuciosa leitura filológica.

Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de uma *competência filológica* que possibilite ao leitor compreender a humanidade por trás dos códigos linguísticos presentes nos textos, inclusive nos textos digitais apresentados pelos livros didáticos. Em relação ao conceito de *competência filológica*, Gumbrecht (2007) nos apresenta que ela envolveria três práticas básicas da filologia, a saber: identificar fragmentos, editar textos e escrever comentários históricos. Além disso, segundo o autor, o seu uso pressupõe

[...] una conciencia de las diferencias entre distintos periodos históricos y distintas culturas, es decir, la capacidad de pensar históricamente. Y finalmente, la activación de estas habilidades también (y de modo inevitable) supone la intención de hacer uso de los textos y culturas del pasado dentro del contexto institucional de la enseñanza. En otras palabras, es difícil imaginar que la filología vendría a desempeñar cualquier papel sin metas pedagógicas y una al menos rudimentaria conciencia histórica<sup>5</sup>. [...] (Gumbrecht, 2007, p. 15).

Desse modo, compreendemos que, no contexto das práticas leitoras contemporâneas, sobretudo na Educação Básica, o desenvolvimento de uma *competência filológica* implicaria uma tomada de consciência de que os textos, literários (ou não), estão marcados, histórica e culturalmente, não apenas em seus códigos linguísticos, mas em todo o seu contexto de produção, recepção e circulação na sociedade. Ao utilizarmos os textos e conseqüentemente as culturas do passado em

<sup>5</sup> Tradução nossa: [...] uma consciência das diferenças entre períodos históricos e culturas distintas, ou seja, a capacidade de pensar historicamente. E finalmente, a ativação dessas habilidades também (e inevitavelmente) implica a intenção de fazer utilização de textos e culturas do passado no contexto institucional de ensino. Em outras palavras, é difícil imaginar que a filologia viria a desempenhar qualquer papel sem objetivos pedagógicos e pelo menos uma consciência histórica rudimentar. [...]

um contexto pedagógico, como defendemos neste artigo, devemos levar em consideração os textos em suas diversas edições e versões e em seus diferentes suportes.

Afinal, não podemos perder de vista que o texto que por ventura encontra-se publicado em um livro didático é um produto que passa por diversos processos de editoração e que, a depender de cada situação em particular, há práticas históricas e culturais envolvidas na editoração que são totalmente ignoradas por alguns leitores. Nesse viés, fomentar a *competência filológica* no aluno consistiria em explorar as práticas culturais da escrita de cada tempo, considerando os suportes e os instrumentos de escrita, a sua transmissão, como eram lidos, suas funções, além de questionar por que determinado texto nos interessa.

Dito isso, consideramos ainda fazer parte da *competência filológica* a ser desenvolvida em salas de aula de Língua Portuguesa a compreensão do lugar do autor em seu árduo exercício de escrita, percebendo-a como inacabada e provisória. Afinal, em um texto, as múltiplas escolhas de cada palavra realizada pelo autor ou editor, em detrimento de tantas outras descartadas, rasuradas e substituídas, representam uma posição socio-histórica própria e demarcam características singulares em um tempo e em um lugar. A partir desse olhar, podemos explorar os processos que envolvem o autor e suas condições de produção, questionar como o texto foi produzido do ponto de vista material, como circulou, como foi lido, por que e como chegou até nós.

No livro didático, esses aspectos filológicos precisam ser ainda mais explorados, uma vez que sua proposta permanece centrada em torno dos gêneros discursivos e dos aspectos linguísticos e literários. Além disso, a ideia de que o texto emana de uma verdade sagrada, uma beleza estética incomum, desencoraja os alunos a se arriscarem na prática escritora. A leitura dos manuscritos com suas rasuras, correções, vacilações e emendas prova que os escritores consagrados vivem situações comuns a todos que se arriscam no processo de escrita.

Nesse sentido, o texto passa a ser visto como um produto da atividade humana e que, desse modo, a partir de um olhar filológico, o leitor deve posicionar-se criticamente, estando atento às questões que extrapolam o signo linguístico, o que favorece a leitura em uma dimensão bem mais ampla.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das múltiplas possibilidades oferecidas pela hiperleitura no ambiente digital, o aluno assume um papel ativo no processo de construção do saber. Nesse contexto, o desafio do professor encontra-se no preparo teórico, no planejamento, na condução, na mediação, ajudando o estudante nesta complexa atividade de colaboração e interação com o conhecimento. A partir disso, precisamos trazer para a realidade da sala de aula a reflexão sobre de que forma estamos usando nossa linguagem, qual o papel que essa exerce na sociedade e quais as maneiras em que essa linguagem aparece ao nosso redor. Afinal, nossos alunos, cotidianamente, leem e escrevem virtualmente e interagem com textos diversos. Por isso, não é mais possível considerar em sala de aula que os materiais didáticos ofereçam apenas uma leitura contemplativa. A leitura, tanto a partir de textos impressos como na *internet* (a hiperleitura) deve permitir uma maior colaboração, interatividade e compartilhamento de ideias.

Por fim, no que diz respeito especificamente à leitura de textos literários na Educação Básica, acrescentamos, ao desafio apresentado aos professores de Língua Portuguesa na contemporaneidade, oportunizar as condições para o desenvolvimento de uma *competência filológica* que proporcione práticas leitoras atentas e minuciosas, visando à formação de sujeitos protagonistas, críticos, democráticos, éticos e multiculturais.

Assim, propomos que a escola utilize a leitura no ambiente digital como meio de ampliar as possibilidades leitoras para além daquelas já ofertadas em sala de aula, buscando, com isso, explorar os múltiplos recursos oferecidos pela hiperleitura, aliada a outras modalidades de leitura e de escrita convencionais, a partir de um olhar humanístico e filológico. Desse modo, estaríamos dando ao estudante a oportunidade de expandir seu repertório leitor e aprender a lidar de maneira crítica com o oceano hipermediático nos quais ‘navegamos’ cotidianamente, encarando-o não apenas como fonte de informação, mas como meio de comunicação, de socialização e de construção do conhecimento.

A partir das reflexões iniciais aqui apresentadas, esperamos contribuir com as discussões acerca da prática leitora de textos literários em materiais didáticos, a partir de suportes impressos e digitais, através da proposta de um olhar filológico e humanista de leitura na Educação Básica.

## REFERÊNCIAS

- Barreiros PN. O pasqureiro da roça: edição dos panfletos de Eulálio Motta [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2013. [citado 20 fev. 2020]. Disponível em: <https://filologiauefs.files.wordpress.com/2018/01/o-pasqureiro-da-roc3a7a-tese-patrc3adcio-barreiros.pdf>.
- Borges R, Souza AS. Filologia e edição de texto. In: Borges R, et al. Edição de textos e crítica filológica. Salvador: Quarteto; 2012.
- Brasil. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): língua portuguesa - guia de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação; 2018. [citado 20 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/pnld-2018/>.
- Brasília. Edital de convocação nº 04/2015. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018. Brasília: Ministério da Educação; 2015. [citado 20 fev. 2020]. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/7932-pnld-2018>.
- Cambráia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Cereja WR, Vianna CA, Codenhoto CD. Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso. 1.ª ed. São Paulo: Saraiva; 2016.
- Chartier R. A aventura do livro - do leitor ao navegador. São Paulo: Editora da UNESP; 1999.
- Chartier R. Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED; 2001.
- Chartier R. Os desafios da escrita. São Paulo: UNESP; 2002.

FLP 22(2)

- Coscarelli CV. Textos e hipertextos: procurando o equilíbrio. *Linguagem em (Dis)curso*. 2009;9(3):549-564. [citado 20 dez. 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v9n3/06.pdf>.
- Dionísio AP. Multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita (atividades). In: Marcuschi LA, Dionísio AP, organizadores. *Fala e Escrita*. Belo Horizonte: Autêntica; 2006.
- Duarte LF. *Glossário de Crítica Textual [dissertação]*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; 1997.
- Gumbrecht HU. *Los poderes de la Filología: dinámicas de una práctica académica del texto*. México: Universidad Iberoamericana; 2007.
- Kress G, Van Leeuwen T. Front pages: (the critical) analysis of newspaper layout. In: Bell A, Garret P, editors. *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell Publishing; 1998. p. 186-219.
- Lévy P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34; 1999.
- McGann J. The rationale of hypertext. In: Sutherland K. *Electronic text, investigations in method and theory*. Oxford: Clarendon Press; 1997. p. 19-46.
- McKenzie DF. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2018.
- Mendes MG. A fidedignidade dos textos nos livros didáticos de comunicação e expressão no Brasil. I Encontro de Crítica Textual: o manuscrito moderno e as edições; 16-20 setembro 1985; São Paulo, SP. In: *Anais do I Encontro de Crítica Textual: o manuscrito moderno e as edições*. São Paulo: FFLCH-USP; 1986. p. 163-174.
- Nogueira Jr A. *Releituras [internet]*. [citado 20 ago. 2020]. Disponível em: <http://www.releituras.com/>.
- Petrucchi A. *Breve storia della scrittura latina*. Roma: Bagatto Libri; 1992.
- Rojó RHR. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagem na escola. In: Rojo RHR, Moura E, organizadoras. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial; 2012. p. 11-32.
- Said E. *Humanismo e crítica democrática*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras; 2007.
- Santaella L. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus; 2004.
- Santiago-Almeida MM, Morandini GG, Silva LBA. A crítica textual pula o muro da escola. *Linha D'Água (Online)*. 2018;31(2):159-176. [citado 15 abr. 2019]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/146148>.
- Telles CM. Que textos são oferecidos aos estudantes?. *Revista do GELNE*. 2016;5(1/2):21-28. [citado 13 fev. 2021]. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9431>.

## Leitura e escrita de manuscritos: pena e suporte digitais na prática paleográfica

### *Reading and writing manuscripts: digital quill and support in paleographical practice*

Antonio Ackel\*

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Marcelo Módolo\*\*

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

**Resumo:** A partir de uma perspectiva baseada na paleografia tradicional em diálogo com a paleografia digital, este artigo apresenta a aplicação de novos recursos de leitura e escrita de manuscritos. Para tanto, procede-se com métodos paleográficos por meio de uma ferramenta digital no processo de cópia. Utilizou-se a mesa digitalizadora modelo CTL 4100, da marca Wacom, e, como modelo de manuscrito, o fólio 94r, do *Livro de horas*, datado entre os séculos XIV e XV. O fragmento selecionado foi uma oração de São Lucas, em que pudemos extrair exemplos de características das escritas góticas e mostrar que, com ferramentas próprias, a paleografia digital permite e facilita o exercício da leitura paleográfica e da prática de cópia, levando o pesquisador a uma maior compreensão do processo de escrita do autor material. Pretende-se também, a partir das observações expostas, discutir o uso de meios tecnológicos como alternativa facilitadora na aplicação de práticas didáticas filológicas, direcionadas à leitura paleográfica de documentos e execução de escrita.

**Palavras-chave:** Paleografia. Paleografia Digital. Pena e Suportes Digitais.

**Abstract:** From a perspective based on traditional paleography in dialogue with digital paleography, this article presents the application of new resources for reading and writing manuscripts. To do so, we proceed with paleographic methods using a digitizing tablet model CTL 4100 (Wacom) brand, and, as a manuscript model, the folio 94r from the Book of Hours, dated between the 14<sup>th</sup> and 15<sup>th</sup> centuries. The selected fragment was a prayer from Saint Luke, in which we were able to extract examples of characteristics from the Gothic writings and show that, with its own tools, digital paleography allows and facilitates the exercise of paleographic reading and the practice of copying, leading the researcher to a greater understanding of the writing process of the material author. We also intend, based on the exposed observations, to discuss the use of technological means as a facilitating alternative in the application of philological didactic practices, directed to the paleographic reading of documents and writing execution.

---

\* Mestre e doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil; antonio.ackel@usp.br

\*\* Professor Doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6); modolo@usp.br

**Keywords:** Palaeography. Digital Palaeography. Digital Quill and Support.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar novas possibilidades de técnica de leitura e escrita de manuscritos, a partir de uma perspectiva da paleografia digital, com o intuito de facilitar o reconhecimento de características formais de escritas do passado. Entende-se por paleografia digital a convergência entre os campos da paleografia e das humanidades digitais proposta, entre outros, por Buzzetti (2002) e Ciula (2017). Inicialmente, nossa abordagem busca compreender como a paleografia fundamenta teoricamente práticas de cópia à mão, quando são utilizados como instrumentos pena e suporte digitais.

Pertencente ao campo da cultura manuscrita e das humanidades digitais, a prática aqui discutida consubstancia-se em exercícios de cópias manuais para que se obtenham resultados gráficos digitais semelhantes, na medida do possível, a características formais dos testemunhos utilizados como modelo<sup>1</sup>. Sob essa perspectiva, quer-se apresentar novas possibilidades de se adentrar na materialidade constitutiva da letra, ou seja, entender seus processos de composição gráfica, retraçando suas hastes, caudas e outros elementos característicos, produzidos por um determinado punho em sua época. Ao fazer uso de instrumentos digitais, pretende-se ainda considerar a presença de recursos didáticos e práticas educacionais inseridos em ambientes de novas tecnologias de informação e comunicação<sup>2</sup>.

Para ilustrar nossos posicionamentos, serão utilizados fragmentos do manuscrito do *Livro de horas*, datado entre os séculos XIV e XV, pertencente a Leonor de la Vega. Utilizou-se aqui o fólio 94r, do *Livro de horas* indicado. Trata-se do manuscrito VITR/24/2, guardado na Biblioteca Nacional da Espanha. Esse documento pode ser identificado como um manuscrito executado com letra gótica bibliotecária<sup>3</sup>. Sem data de elaboração, mas pelos elementos ornamentais e pelo próprio uso do documento, pode-se afirmar que seja do final do século XIV ou início do XV. Sabe-se, no entanto, que o códice foi enviado de Bruxelas por Don Diego Ramírez de Villaescusa, embaixador de Flandres em torno de 1498, ao pai do poeta Garcilaso de la Vega, embaixador em Roma. Sua última proprietária foi Leonor de la Vega, irmã de Garcilaso. Atualmente está guardado na Biblioteca Nacional da Espanha, sob o código VITR/24/2 e pode ser acessado em <www.bne.es>.

O livro religioso, escrito na Idade Média, em latim, foi produzido em pergaminho. Os livros de horas continham textos litúrgicos para cada hora do dia. Eram exemplos de oração piedosa, confeccionados para práticas pessoais de leitura no interior doméstico. Esses livros incluem orações à Virgem Maria, salmos penitenciais,

---

<sup>1</sup> O termo 'modelo' é aplicado para referir-se a todo tipo de documentação – original ou cópia – utilizado para estudos de leitura ou cópia.

<sup>2</sup> Embora seja possível pensar em uma teoria geral para a criação de práticas de cópias manuais de documentos, a partir da relação entre modelo e cópia, este artigo não pretende conjecturar associações de autores ou de épocas em que documentos foram produzidos.

<sup>3</sup> A questão da classificação e nomenclatura, advinda de diferentes olhares críticos sobre periodização, propõe válidas discussões acadêmicas nos estudos filológicos. Os tipos de escrita aqui referenciados podem ser consultados nos três volumes de Millares Carlo (1983).

ladainha dos santos. Por sua beleza e detalhes, os livros de horas foram concebidos como códices de luxo, acessíveis apenas a uma elite da sociedade capaz de pagar altos preços por seus exemplares. O fragmento selecionado foi uma oração de São Lucas, em que pudemos extrair exemplos de características das escritas góticas e mostrar que, com ferramentas próprias, a paleografia digital permite e facilita o exercício da leitura paleográfica e da prática de cópia, levando o pesquisador a uma maior compreensão do processo de escrita do autor material<sup>4</sup>.

## 2 LEITURA E CÓPIA DE MANUSCRITOS: A ATIVIDADE PALEOGRÁFICA

Nossa abordagem convida a um novo passo de conciliação entre humanidades e tecnologias digitais, de modo que interesses em comum possam se coadunar no propósito acadêmico de disseminar conhecimento. Longe de ser uma proposta que vise a estudar somente tipos de escrita do passado, quer-se promover o uso de ferramentas digitais do presente, para que se possa aprofundar conhecimentos sobre fatos da história dos modos de escrever e suas características formais.

De modo geral, a escrita<sup>5</sup> pode ser entendida como um sistema de comunicação de base gráfica. Para tanto, utilizam-se símbolos interpretativos figurativos, como os ideogramas, ou convencionais, como os alfabéticos. Ainda, a escrita representa um modo de preservação e transmissão de mensagens (Petrucci, 1992).

Nos estudos de interpretação de símbolos gráficos elaborados pelo homem, a paleografia destaca-se por ser a disciplina que estuda a leitura e a escrita em seus diferentes momentos na história. Ocupa-se com descrições e análises de técnicas utilizadas para decifração de leitura, procedimentos de escrita de épocas distintas, com o processo de composições gráficas e também com os produtos desse processo, relativos à aparência de diversas tipologias escriturais e documentais.

O período de séculos durante o qual a escrita latina tem sido usada oferece grande número de documentos diferentes: públicos, privados, literários<sup>6</sup>. Diante de tamanha variedade, a primeira atividade que se pode empreender nos estudos de paleografia é o da leitura do texto escolhido. Essa leitura, que deve ser crítica, interpretativa, a fim de alcançar alto nível de compreensão, pressupõe conhecimento sobre técnicas de escrita, por exemplo, desde as que buscam entender características antigas como sistemas abreviativos medievais, usos de chancelaria, formas notariais, até as características de escrita encontradas em documentos mais recentes como outras

---

<sup>4</sup> Hipóteses sobre autoria material (aquele que escreveu o texto com o próprio punho) e autoria intelectual (aquele que concebeu intelectualmente o texto, mas não necessariamente o escreveu) são tratadas com detalhes em grupos de estudos mais amplos que temos desenvolvido acerca da produção, transmissão e circulação de testemunhos.

<sup>5</sup> Nesta fase inicial de trabalhos de paleografia digital, o termo 'escrita' será restrito à escrita alfabética baseada no alfabeto latino, independentemente da língua utilizada para expressão gráfica. Vislumbra-se, portanto, a possibilidade de se trabalhar também com textos no vernáculo português, espanhol, alemão antigo, anglo-saxão etc., desde que escritos no alfabeto latino.

<sup>6</sup> Naturalmente que existem outros tipos de escrita com outras datações e com outras características. Neste trabalho o recorte privilegia apenas a escrita latina.

formas de abreviatura, recursos literários, neologismos, pontuação e outros elementos gráficos de um autor cuja obra se deseja estudar.

Em qualquer caso, deve-se proceder, pelo menos como um ideal a ser alcançado, com uma leitura exata, atenta, que aponte características gráficas daquela escrita. Ao serem identificados tais elementos, quando necessário, o paleógrafo deve também relacionar datações cronológica e tópica (às vezes, aproximadas) daquela escrita (Cardona, 1981). No entanto, se a Paleografia estivesse limitada a isso, seria apenas uma disciplina auxiliar da Filologia ou da História, quando na realidade, dentro de seu domínio de saber, constitui-se de maneira autônoma.

Cada tipo de escrita representa uma maneira de registrar a linguagem, os pensamentos e uma maneira de transmitir uma mensagem que, para além do texto, também constitui um sistema de sinais gráficos que demanda uma determinada técnica de execução, instrumentos e suportes apropriados. Por exemplo, Juarez e Navarro (2017) analisaram os tipos de escrita em três privilégios rodados, de fins do século XIII, expedidos pela chancelaria de Alfonso X. Essa tipologia documental tem caráter mais solene, está associada a concessão de direitos, usufrutos e assuntos econômicos outorgados pelo rei. Seus estudos apontaram uma equivalência clara do ponto de vista da hierarquia gráfica, entre esses documentos, os tipos de letras e a solenidade dos negócios jurídicos. Os processos de elaboração gráfica e documental que analisaram evidenciam fases de desenvolvimento social sob perspectiva da história do direito.

O estudo da técnica de execução dos vários tipos de escrita, que visa a analisar de que forma o documento foi elaborado, pode levar o paleógrafo a grandes resultados de interpretação, ou mesmo a destacar influências recíprocas entre diferentes tipos de escrita, na detecção da disseminação do uso social da escrita, de hábitos gráficos específicos. Contudo, a prática da leitura pode não ser suficiente para dar a conhecer os processos de constituição de um determinado tipo de escrita. Além de uma leitura que observa as etapas do desenvolvimento na composição do signo gráfico como modos de ligaduras, inícios e finalizações de traços e outras características, a prática da cópia tem se mostrado eficaz na decifração de tipos caligráficos de diferentes épocas.

A obra fundamental de Jean Mallon, *Paléographie romaine*, de 1952, continua sendo um clássico, com seus estudos acerca das causas de algumas mudanças decisivas ocorridas durante a história da escrita latina. A exemplo da metodologia proposta por Mallon (1952), destacam-se os estudos de Bischoff (1979); Nuñez Contreras (1994) e Román Blanco (1987).

Em alguns casos, o exercício da cópia, por meio da prática caligráfica, torna-se atividade indispensável ao unir os elementos primários da paleografia: a leitura e a escrita. Para que se entenda como se criou a inclinação, o peso, o módulo e outras características de uma determinada escrita, é necessário transpor os elementos físicos de um documento e transferi-los para o meio de escrita, no caso desta proposta, o da cópia digital. Nesse sentido, deve-se compreender a transposição de materialidades, quer do instrumento, quer do suporte<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Neste artigo, a dimensão caligráfica criativa é compartilhada pelo conhecimento histórico, ou seja, assenhoreamo-nos de habilidades de leitura de manuscritos antigos, por meio da observação e prática copista, com intenção de desvendar a sucessão dos traços de determinada escrita (Mediavilla, 2005).

Entende-se que a escrita seja resultado de movimentos. Letras, palavras e os tantos sinais grafados em um suporte, por meio de seus instrumentos, resultam em um gesto criativo, elaborado por uma sucessão de atos que vão além do conteúdo expresso no texto. Pode se dizer, mais genericamente, que se trata de uma *ars mechanica*, no sentido clássico: uma “arte que é feita do espírito e da mão” (Nicot, 1606, p. 112). Escrever, mais do que outras artes, vem da necessidade do entendimento: de um lado, a mente daquele que escreve, e, de outro, a norma social que permite que a escrita seja aplicada à mente daquele que lê.

Aqui, resgatamos a rica herança paleográfica e combinamos com as facilidades que oferecem hoje as humanidades digitais. Herdamos-la dos primeiros estudiosos dessa disciplina dos quais há notícia, Mabillon e padre Terreros, que iniciaram suas pesquisas desenvolvendo um método científico com base na identificação, descrição e repetição. Já no fim do século XVII, a obra do monge beneditino Jean Mabillon (morto em 1707) é um marco para toda a comunidade acadêmica que se debruça sobre documentos antigos. Seu propósito era fornecer um método claro e inquestionável para reconhecer a tradição documental (de originais e cópias), bem como a autenticidade e confiabilidade dos diplomas gerados desde o início da Idade Média. O método inicial proposto referia-se ao reconhecimento das formas de escrita e baseava-se na repetição manual de copiar letras, ligaduras, abreviaturas, sinais especiais (Burrows, 1989).

Uma das principais motivações para se propor aproximação entre técnicas digitais e convencionais paleográficas tem sido a percepção de que o material impresso utilizado com a finalidade de leitura, cópia e transcrição, muitas das vezes não representa com precisão as características de manuscritos antigos e, de fato, fotocópias impressas podem, a depender da tinta e do papel, esconder, obscurecer, apagar características essenciais que permitem conjecturas sobre fragmentos que não podem ser lidos. Embora os objetivos principais das atividades paleográficas que vêm sendo desenvolvidas nas universidades brasileiras não sejam, com frequência, executar na prática o ato da cópia, mas o rigor da leitura acompanhada de sua transcrição, a paleografia digital é, de fato, diferente da paleografia convencional e pode oferecer variedade de meios para se realizarem leituras, cópias e edições impressas.

Outro desafio, no desenvolvimento da cópia manual com instrumentos digitais, é produzir elementos gráficos que não estejam restritos às convenções das edições impressas; portanto devem-se aproveitar os recursos oferecidos pelo meio digital para permitir novos tipos de interação acadêmica com o texto. O uso do meio digital deve acrescentar vantagens fundamentais no conhecimento paleográfico. Ao mesmo tempo, cópias manuais que apenas replicam elementos gráficos de um modelo em um ambiente digital são os primeiros passos necessários na incursão acadêmica da paleografia digital.

### 3 FERRAMENTAS DIGITAIS NA PALEOGRAFIA

Como exemplo de ferramentas digitais de cópia, optamos por um material eletrônico com que temos trabalhado desde o início de 2019 (cf. Ackel, 2019a; Ackel e Módolo, 2019b), que pode ser adquirido em páginas da *internet* e em casa de produtos desse segmento. Na decisão de quais ferramentas seriam mais adequadas, priorizamos os aparelhos que pudessem responder a comandos manuais com maior velocidade de

processamento, maior grau de precisão e níveis de detalhamento, como sensibilidade de pressão, capacidade de resolução, semelhança de resultados gráficos quando comparados com o modelo.

A paleografia digital atualmente se ocupa, em sua maioria, de estudos voltados para base de dados de manuscritos e informações correlacionadas, de acesso a *corpora* eletrônicos em plataformas digitais interativas, de extração automática de dados por meio de reconhecimento óptico de caracteres. Nossa proposta mostra-se específica<sup>8</sup>, na medida em que aliamos técnicas manuais de cópia a ferramentas digitais para leitura e cópia de manuscritos.

Dessa forma, o rigor teórico-metodológico que nos guiou para esta discussão foi o de manter critérios e termos de análises paleográficas já propostos por outros estudiosos (cf., por exemplo, Mallon, 1952; Bischoff, 1979; Petrucci, 1992). No estudo dos diferentes tipos de escrita e das evidências gráficas individuais, o paleógrafo usa determinados elementos de análise e uma série precisa de termos relacionados tanto ao processo de composição dos sinais gráficos, quanto à identificação de categorias de tipos de escrita. Acreditamos que tais elementos e termos podem ser utilizados pela paleografia digital para análises e descrições de variados tipos de escrita, de qualquer época e natureza.

FLP 22(2)

No que se refere a cópias manuais com instrumentos digitais, a paleografia digital, assim como os estudos tradicionais, permite analisar elementos baseados na composição de uma escrita, como forma, módulo, *ductus*, ângulo, peso e também definir categorizações gerais da escrita, por exemplo, se maiúscula ou minúscula, se cursiva ou monolítica etc. No entanto, a paleografia digital oferece meios facilitadores na aplicação da atividade de cópia. Destacam-se, por exemplo: o aumento de visualização do objeto, que permite observar detalhes como velocidade e peso; repetição contínua dos movimentos de composição do signo gráfico no mesmo suporte; reprodução da mesma cor da tinta observada no modelo.

Os resultados obtidos com a aplicação de variados métodos e com a utilização de ferramentas específicas mostram-se promissores com relação à facilitação de leitura paleográfica, à compreensão do processo de construção da escrita e às práticas de reconstrução de diversos tipos de escrita. Isso se dá, especialmente, pelo fato de plataformas digitais aumentarem as possibilidades de interpretação e correlação de dados, diferentemente de fac-símiles impressos que limitam algumas buscas de informação<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O trabalho de escrita com pena e suporte digitais começou a ser desenvolvido com documentação do século XVII, escrita em português, a partir do segundo semestre de 2017. Desde então, temos testado diversos materiais, técnicas e métodos. No momento em que constatamos conformidade entre fundamentos teóricos da paleografia e pressupostos metodológicos das humanidades digitais, ensejamos a divulgação de nossa pesquisa, hoje, já consolidada em atividades práticas pertencentes ao exercício da paleografia digital. (V. Ciula; Marras, 2016; Ackel, 2019a; Ackel; Módolo, 2019b).

<sup>9</sup> A ferramenta digital, por exemplo, permite visualização mais detalhada de uma letra específica por meio de aumento e isolamento de uma unidade gráfica. São possíveis também visualizações mais detalhadas do módulo da letra e separação de sobreposições. Um estudo paleográfico sem o uso de recursos digitais levaria a uma série de processos que implicam o uso de variados números de cópias com tamanhos e resoluções diferentes do documento. Essa necessidade de diferentes cópias está ausente no uso de ferramentas digitais, por exemplo. Isso contribui para que o paleógrafo se concentre

Os estudos paleográficos em plataforma digital de Elleström (2017), por exemplo, buscaram modelos de cruzamento de dados da linguagem e apontam para respostas que correlacionam imagem e texto, nas quais os traços sensoriais das palavras - escritos à mão - referem-se ao seu significado. Os estudos paleográficos de Sanchez et al. (2013), ainda, por meio de OCR (*Optical Character Recognition*), apresentam modelos de uma compilação de dados sociais a partir de documentos matrimoniais europeus desde o século IX.

Em termos técnicos, dentre as tantas opções disponíveis no mercado de eletrônicos, optou-se pela utilização de uma mesa digitalizadora da marca *Wacom*, modelo *CTL 4100*, e pelo programa computacional *SketchBook*, ambos compatíveis com as plataformas *Windows* e *Apple*. De modo geral, a pena digital desse modelo mostrou grande precisão nas respostas dos movimentos e precisão razoável nas respostas de pressão da pena sobre o suporte. Essas características importam, na medida em que se pode reproduzir com maior detalhamento a velocidade do traçado e o peso da escrita de um modelo.

A mesa digitalizadora pode ser descrita como uma tábua de plástico preto fosco, de aproximadamente 0,5 cm de espessura, com 150 pontos brancos impressos em sua superfície, distribuídos de forma igual, formando uma tela do tamanho 9,5 cm x 15 cm. Cada ponto da mesa e também o espaço entre eles corresponde a uma posição específica na tela do computador. Dessa maneira, qualquer que seja a altura e o tamanho da imagem com que se deseja trabalhar na tela, as medidas serão reproduzidas adequadamente ao tamanho da mesa.

FLP 22(2)



Fonte: [www.wacom.com](http://www.wacom.com).

Figura 1 - Mesa digitalizadora Wacom, modelo CTL 4100.

Deve-se levar em conta que o emprego de execução de cópia proposto neste artigo busca preservar, na medida do possível, a semelhança do traço grafado no

---

de fato no documento e não em atividades anteriores de preparação que lhe permitissem melhor acesso ao documento.

modelo<sup>10</sup>. Assim, objetiva-se o intencional cuidado na manutenção de incongruências, de variações de padrões caligráficos e, até mesmo, uma proposta de reconstrução morfológica de fragmentos manuscritos quando o suporte não se preservou ao longo dos tempos. É certo que nesta última não se teria a preservação das escrituras, mas um gesto de caráter humanizado, atribuído à escrita digital, pois a inferência daquilo que foi escrito de atos de (re)escrita se vale do contexto temporal e espacial em que se circunscreve o copista (cf. Pasquali, 1994).

De posse do material de trabalho, abre-se o arquivo – a imagem digital a ser copiada – e localiza-se o fragmento com que se quer trabalhar. A primeira identificação a ser feita é quais instrumentos e tintas foram utilizados no documento digitalizado. Programas computacionais, como o citado anteriormente, oferecem grande variedade de efeitos de instrumentos; quer dizer, utilizando-se a mesma pena e suporte digitais, pode-se configurar para que o resultado do traçado assuma diferentes efeitos e cores. A figura 2 mostra dois exemplos de efeitos diferentes: à esquerda, os traços possuem efeito de uma caneta tinteiro. Observam-se partes finas e grossas no mesmo traçado. Essa diferença de espessura refere-se ao peso impresso com o instrumento sobre o suporte. Ao centro, observa-se um rabisco feito com a ferramenta de efeito de lápis, em que se nota uma parte mais clara e outra mais escura: a primeira refere-se a uma pressão mais leve do instrumento no suporte, e a segunda, a uma pressão mais pesada. À direita da imagem, apresentam-se algumas opções de instrumentos diferentes, inclusive uma borracha.



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Figura 2 – Diferença de efeitos nos instrumentos digitais.

Uma vez identificado o tipo de instrumento utilizado no documento digitalizado, e configurado no computador, para que o efeito da pena digital chegue o mais próximo possível do modelo, procede-se, pois, com o ato da cópia. Nesse momento, o copista digital retraza a letra, buscando, com precisão, refazer o caminho percorrido pelo instrumento utilizado no modelo. Copiar um movimento escritural novo requer assimilação de padrões gráficos por etapas. A sucessão de movimentos que um autor realizou em seu manuscrito pode não ser familiar ao copista, de maneira que requer entendimento lógico e teórico sobre o tipo da escrita (a ordem dos traços, o contexto de produção etc.), prática e repetição. Ferramentas computacionais, como o comando ‘desfazer’, ou mesmo a borracha, facilitam exercícios de cópia que demandam séries de repetições de um mesmo movimento.

<sup>10</sup> Entende-se o emprego de execução de cópia como um ideal, pois compreendemos que, mesmo utilizando-nos de recursos digitais, estamos diante de uma atividade de cópia, com todas as possíveis particularidades que tal atividade pressupõe.

A seguir, apresentamos alguns resultados obtidos com estudos que vêm sendo executados no âmbito da paleografia digital, com relação a cópias manuais sendo aplicadas em diversos tipos de escrita.

#### 4 APLICAÇÃO DO MÉTODO E RESULTADOS

Os livros de horas eram normalmente elaborados em pergaminho e continham textos litúrgicos para cada hora do dia. À parte da bela decoração vegetal florida, chama atenção também a imagem, dentro da letra *I* capitular miniaturizada, de uma figura humana escrevendo em uma posição inclinada. Pela auréola sagrada ao redor de sua cabeça, entende-se que se trata de um assunto de tradição apostólica ou evangelista. No entanto, é pela alusão ao touro alado, ao pé da figura humana, que a imagem remete a São Lucas. E, de fato, ao procedermos com a leitura da rubrica, em vermelho, pode-se reconhecer: *Secundum lucam*.



Fonte: [www.bne.es](http://www.bne.es).

Figura 3 – Fólio 94r do *Livro das horas*, de Leonor de la Vega.

FLP 22(2)

Nossa proposta de transcrição<sup>11</sup> do fólio 94r do *Livro de horas* de Leonor de la Veja, ‘Figura 3’, acima, é a seguinte:

/<sup>1</sup> bis. Et vidimus gloriam eius /<sup>2</sup> gloriam quasi vnigeniti a *patre* /<sup>3</sup> Plenum  
gracie et veritatis . Deo /<sup>4</sup> gracias . Secundum lucam . /<sup>5</sup> IN illo tem /<sup>6</sup> pore .  
Missus /<sup>7</sup> est angelus /<sup>8</sup> gabriel a deo /<sup>9</sup> in ciuitatē /<sup>10</sup> galilee cui /<sup>11</sup> nomen na  
/<sup>12</sup> zareth ad uirginem desponsa /<sup>13</sup> tam viro cui nomen erat io /<sup>14</sup> seph de  
domo dauid et nomen /<sup>15</sup> uirginis maria. Et ingressus /<sup>16</sup> angelus ad eam dixit .  
Aue gra /<sup>17</sup> cia plena dominus tecum bene

As práticas paleográficas de leitura e escrita propostas neste estudo requerem inicialmente conhecimento sobre características do tipo de escrita com que se vai trabalhar. No exemplo da figura 3, reconhece-se imediatamente a letra gótica bibliotecária, pela proporção das letras muito bem desenvolvida, pela regularidade dos traços, angulosidade e quebra de *ductus*. No tocante à identificação de cada letra que compõe um determinado fragmento, a prática de cópia se faz grande colaboradora no processo de reconhecimento da letra.

A figura 4 apresenta um fragmento do manuscrito a partir do qual se exemplificará o processo de análise paleográfica com ferramentas digitais.

FLP 22(2)



Fonte: www.bne.es.

Figura 4 – Destaque de *Secundum lucam*.

Ao executarmos a cópia manual com os instrumentos digitais do fragmento acima, obtivemos as possibilidades de resultado para análise mostradas nas figuras 5 e 6.

Secundum lucam.

Figura 5 – Cópia de *Secundum lucam*<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> As regras de transcrição utilizadas para os textos deste artigo foram adaptadas da Comissão Internacional de Diplomática e podem ser acessadas em: <https://cidipl.org>. Aqui, estão simplificadas da seguinte forma:

1. O início da transcrição de um fragmento, começa com uma barra /, seguida da indicação sobrescrita do número da linha correspondente.
2. O princípio geral da transcrição dos textos editados é o respeito escrupuloso pelo original, mantendo-se, por isso, a ortografia, pontuação e o uso de letras minúsculas e maiúsculas, da maneira que se lê no documento.
3. Abreviações serão desenvolvidas com as partes suprimidas em itálico.

<sup>12</sup> Nas figuras de 5 a 9 não se indicam as fontes, pois apresentam o resultado da aplicação do método aqui exposto.

Na figura 5, nota-se inicialmente que a letra *S* pode ser mais facilmente identificada sem a sobreposição da cauda da letra na linha anterior, como observado na figura 4. No entanto, mesmo que de maneira mais nítida, o leitor pode apresentar dificuldade de leitura nesse fragmento, especialmente no reconhecimento de letras como *c*, *u* e *m*, na primeira palavra, e, ainda, *c* e *a*, na segunda palavra.

De forma ainda mais clara, é possível observar, na figura 6, abaixo, que cada letra foi copiada individualmente, o que permitiu separação entre elas. O objetivo com esse procedimento é mostrar exemplos que facilitam a leitura de um tipo de escrita e sinalizar a possibilidade de fixar-se na individualidade de cada movimento autoral. O instrumento escolhido para essa cópia foi o pincel específico na utilização da escrita gótica. O efeito obtido com esta ferramenta é bastante parecido com uma pena de metal.

## Secundum lucam

Figura 6 – Cópia de *Secundum lucam*, com letras afastadas.

As duas principais dificuldades do texto lido são os nexos – o mesmo traço aproveitado por duas letras – e, como soem ser, as abreviaturas. Destacam-se, abaixo, tais recursos do alfabeto utilizado na composição do manuscrito. O uso dos alógrafos de *r* nas figuras 7 e 8, transcritas como *gloriam* e *gracias*, respectivamente nas linhas 1 e 4 do manuscrito.

glo r iam

Figura 7 – Cópia de *gloriam*, com *r* destacado.

g r acias

Figura 8 – Cópia de *gracias*, com *r* destacado.

Na figura 9, pode-se analisar o uso de uma abreviatura, por sobrescrição, em *us*, e os dois *s*, que mais se parecem com dois *C*, na palavra *Missus*, que significa ‘enviado’.

miſſus

Figura 9 – Cópia de *Missus*, com abreviatura por suspensão de *us*.

A partir dos procedimentos apresentados, observam-se alguns modos de manipulação de imagem possíveis de serem utilizados para compreensão mais aprofundada da composição de um signo gráfico. Uma vez realizada a cópia manual,

pode-se selecionar o objeto específico (por exemplo, uma letra ou uma abreviatura) e fixar-se em sua individualidade, isolando-o, aumentando-o, comparando-o com signos semelhantes.

Além disso, novas ferramentas digitais podem conduzir a práticas pedagógicas que levem a mudanças no processo de ensino-aprendizagem de estudos paleográficos e filológicos. Especialmente nos casos em que a observação de características materiais de um documento depende do contato direto com o manuscrito. Tais casos podem abranger, por exemplo, estágios de consolidação do conhecimento em que se podem destacar tarefas como: a) compreender processos de construção gráfica; b) definir formas de execução caligráfica na atividade de cópia; c) argumentar a respeito de movimentos autorais; d) discutir processos de construção textual a partir de autoria e época. Com a proposta de utilização de modernos recursos didáticos, coetâneos às novas gerações de estudantes, disciplinas nas áreas da paleografia e da filologia podem se beneficiar do atual em contato com o passado na formação de jovens pesquisadores. Para além de uma questão técnica de capacitar a instituição de ensino com equipamentos tecnológicos, trata-se, mais profundamente, de tornar o aluno um profissional crítico, reflexivo e competente para a leitura e estudo de manuscritos, por meio do domínio das novas tecnologias digitais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das características observadas no tipo de letra apresentado e, inferindo-se, portanto, sobre outras tantas possíveis descobertas a serem feitas, justificam-se a pertinência e a importância de se constituírem práticas acadêmicas que valorizem as competências de leitura e escrita paleográfica.

Trata-se de uma observação cuidadosa, especialmente nesta era digital, que velozmente propaga informações por meio do teclado. Porém, o ato da escrita de próprio punho não pode deixar de existir ao longo dos tempos, em detrimento de novas tecnologias. A brevidade do tempo dedicado a pesquisas acadêmicas em acervos virtuais bibliográficos parece estar se acelerando cada vez mais, diante da segurança de preservação de obras sempre disponíveis, nos *sites*, nas nuvens, para consulta, inclusive aquelas raras, que se julgavam perdidas.

Neste artigo propusemos apresentar brevemente perspectivas metodológicas no que tange à paleografia digital. Com a intenção de aprofundar o conhecimento sobre as características formais de tipos de escrita, esta proposta pode ser vista como uma nova forma de imersão nos espaços históricos, tanto públicos como privados, desde um *scriptorium* medieval – local de produção de livros na Idade Média – até a estante de livros de um consultório médico, do fim do século XX, por exemplo. Espaços e tempos diferentes, já que nos voltamos a tantos anos de história das escritas e de seus testemunhos.

## REFERÊNCIAS

Ackel A. Estudo paleográfico de manuscrito do século XVII. *Revista todas as letras*. 2019a;21:1-23.

Ackel A, Módolo M. Seminário dos ratos: uma análise de contos pela crítica genética. *O eixo e a roda*. 2019b;27:247-263.

Bischoff B. Latin paleography: Antiquity and Middle Ages. Cambridge: Cambridge University Press; 1979.

Burrows M. The dead sea scrolls of St. Mark's monastery. Vol. I. New Haven: American School of Oriental Research; 1989.

Buzzetti D. Digital representation and the text model. *New Literary History*. 2002;33:61-78.

Cardona GR. Antropologia della scrittura. Torino: Loescher Editore; 1981.

Ciula A. Digital palaeography: what is digital about it? *Digital Scholarship in the Humanities*. 2017 Dec.;32(2):89-105. [citado 13 out. 2020]. Disponível em: [http://academic.oup.com/dsh/article/32/suppl\\_2/ii89/4259068](http://academic.oup.com/dsh/article/32/suppl_2/ii89/4259068).

Ciula A, Marras C. Circling around texts and language: towards 'pragmatic modelling' in digital humanities. *Digital Humanities Quarterly*. 2016;10(3):1-13. [citado 13 out. 2020]. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/10/3/000258/000258.html>.

Juarez E, Navarro D. Espacios históricos para el estudio y practica de caligrafía y paleografía. Madrid: Departamento de documentación de la Universidad Carlos III de Madrid; 2017.

Mallon J. Paleographie romaine. In: *Scripturae monumenta et studia*. Madrid: Instituto Antonio de Nebrija de Filología; 1952. p. 221-225.

Mediavilla C. Caligrafía: del signo caligráfico a la pintura abstracta. Valencia: Campgráfico; 2005.

Millares Carlo A. Tratado de paleografía española. Madrid: Espasa Calpe; 1983.

Nicot J. Thresor de la langue francoyse. Paris: Chez David Douceur; 1606.

Nuñez Contreras L. Manual de Paleografía: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Cátedra; 1994.

Pasquali G. Pagine stravaganti di um filologo. Firenze: Le Lettere; 1994.

Petrucchi A. Breve storia della scrittura latina. Roma: Bagatto libri; 1992.

Román Blanco R. Estudos paleográficos. São Paulo: Laserprint; 1987.

Sanchez J, et al. The Esposalles Database: an ancient marriage license corpus for off-line recognition. *Pattern Recognition*. 2013;46(6):168-194. [citado 13 out. 2020]. Disponível em: <https://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/40254/PRLesposalles.pdf;jsessionid=9D7B64D273FF1DA050831E0A855E2FA7?sequence=2>.

FLP 22(2)

FLP 22(2)

## *Templates* silábicos no Português do Príncipe: processos em coda e ‘prevalência’ de sílabas CV

### *Syllable templates in Portuguese of Príncipe: processes in coda and ‘prevalence’ of CV syllables*

Amanda Macedo Balduino\*  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

**Resumo:** Este artigo discute a silabificação no Português do Príncipe (PP), variedade da língua portuguesa falada em Santo Antônio do Príncipe, em São Tomé e Príncipe. Focaremos, para tanto, na coda. Apresentamos, inicialmente, os *templates* silábicos do PP, indicando os segmentos licenciados nos diferentes constituintes da sílaba. Após isso, fazemos o levantamento de alguns processos fonológicos, cujo domínio é a coda. Com base em um corpus de fala espontânea, verificamos que a coda, no PP, pode ser preenchida, com múltiplas realizações fonéticas de um rótico /r/, uma sibilante /S/, uma lateral /l/ ou mesmo abarcar uma nasal subespecificada /N/, da mesma forma que é previsto para outras variedades do português como a brasileira e a europeia. Processos fonológicos que têm a coda como domínio de aplicação e as consoantes /r/, /S/ e /l/ como alvo também foram observados: apagamentos, velarização, vocalização e posteriorização. O levantamento de tais fenômenos, no PP, corrobora uma concepção hierárquica para tratamento da estrutura silábica do PP e indica a atuação de duas trajetórias gramaticais paradoxais: a prevalência de sílabas CV fomentada por apagamentos e lenição segmentais, em que sílabas fechadas se adaptam em sílabas abertas, e a emergência de estruturas silábicas complexas, promovidas pela ressilabificação de /S/.

**Palavras-chave:** Português. Sílaba. Coda. Processos fonológicos. São Tomé e Príncipe.

**Abstract:** This article discuss syllabification in Portuguese of Príncipe (PP), variety of Portuguese spoken in Santo Antônio, in São Tomé and Príncipe. We will focus on coda. We present initially syllable templates in PP, indicating which segments are licensed in syllable constituents. After that, we survey some phonological processes implemented in coda. Based on a spontaneous speech corpus, we verified that coda constituent, in PP, can be filled with multiple phonetic realizations of a rhotic /r/, a sibilant /S/, a lateral /l/ or even a subspecified nasal /N/, similar to other Portuguese varieties such as Brazilian and European Portuguese. Phonological processes in coda domain and with /r/, /S/ and /l/ as targets, were also observed: deletion, velarization, vocalization and posteriorization. These phenomena, in PP, corroborate a hierarchical conception for syllable structure in PP, and indicate two grammatical and paradoxical trajectories: the prevalence of CV syllables fostered by segmental deletions and lenition, suggesting closed syllables adaptation into open syllables, and the emergence of complex structures, promoted by /S/ resyllabification.

FLP 22(2)

---

\* Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; amanda.m\_b@hotmail.com

**Keywords:** Portuguese. Syllable. Coda. Phonological processes. São Tomé and Príncipe.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os *templates* silábicos no português urbano de Santo Antônio do Príncipe, doravante PP, tendo por foco a silabificação e o licenciamento consonantal das consoantes /r, S, l/ na coda<sup>1</sup>. Por ser um trabalho pioneiro<sup>2</sup>, propomos, inicialmente, um estudo de caráter descritivo que visa, sobretudo, contribuir com a documentação e o exame do sistema fonológico do PP. Além disso, discutimos processos fonológicos, como apagamentos e lenição (vocalização e posteriorização segmental), que, examinados em conjunto, fornecem evidências para a prevalência de sílabas abertas sobre sílabas fechadas no sistema fonológico em foco.

O PP é falado no Príncipe, uma ilha pertencente à República de São Tomé e Príncipe (STP), no Golfo da Guiné. Apesar de ser um país multilíngue, berço de três línguas autóctones ainda faladas no arquipélago, a saber, o santome, o lung'le e o angolar, em STP, o português é a língua materna, majoritária e, muitas vezes, única, de grande parte da população (Instituto Nacional de Estatística, 2011). Esta, não somente é a língua oficial de STP, como configura a língua mais prestigiosa do arquipélago, especialmente ao considerarmos a variedade europeia ainda disseminada pelos órgãos oficiais do país (Araujo; Agostinho, 2010, p. 50; Araujo, 2020, p. 175)<sup>3</sup>.

FLP 22(2)

Considerando o PP como uma variedade do português ainda pouco descrita, o intuito deste trabalho é discutir a sílaba do PP, focando na coda. Para tanto, não somente discriminamos os segmentos licenciados na coda, como também levantamos alguns processos fonológicos que têm como domínio a coda. Dessa forma, justificamos a presença de sílabas do tipo CVC no PP e descrevemos os *templates* silábicos que comportam a coda. Discutimos, por fim, duas trajetórias gramaticais paradoxais observadas no PP: a adaptação de sílabas CVC em sílabas CV, configurando o output de apagamentos e lenição segmentais, e, em contrapartida, a emergência de estruturas silábicas complexas, promovidas pela ressilabificação de /S/.

Este artigo está organizado em seis seções. Na seção 2, explicitamos, de modo geral, a ecologia linguística<sup>4</sup> na qual o PP está inserido. Por sua vez, na seção 3, caracterizamos o corpus empregado e definimos a metodologia de análise para, então, na seção 4, iniciarmos a discussão efetiva sobre a silabificação no PP. Os segmentos /l, S, r/ e os processos que têm tais segmentos como alvo serão tratados nas seções 4.1 (lateral); 4.2 (sibilante) e 4.3 (rótico). Já a seção 5 é destinada à discussão da atuação de duas trajetórias gramaticais paradoxais: a prevalência de sílabas CV fomentada por apagamentos e lenição segmentais, em que sílabas fechadas se adaptam em sílabas

<sup>1</sup> Para discussão da coda /N/ no PP e também no português falado na cidade de São Tomé, conferir Balduino (2018) e Araujo e Balduino (2019).

<sup>2</sup> Esse artigo constitui parte da pesquisa de doutorado em curso intitulada Processos Fonológicos no Português falado em São Tomé e Príncipe - FAPESP: 2017/26595-1.

<sup>3</sup> A norma padrão de São Tomé e Príncipe é ainda o português europeu (PE).

<sup>4</sup> Ecologia linguística configura à relação entre a língua e o meio ambiente no qual esta é falada e está inserida (cf. Couto, 2009).

abertas, e a emergência de estruturas silábicas complexas, promovidas pela ressilabificação de /S/. Por fim, as considerações finais são apresentadas na seção 6.

## 2 O PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ E DE PRÍNCIPE

A República de São Tomé e Príncipe é um país africano cuja língua oficial é o português desde a constituição de 1975. Embora a língua portuguesa não seja a única falada em STP, esta se consolidou como a língua mais falada no arquipélago em agravo às línguas autóctones, cada vez menos faladas (Araujo, 2020, p. 175).

Nesse cenário, o PE é a norma do país e, por isso, é empregado em situações formais e disseminado pela escolarização e pela mídia. Até 1975, o *santome*, o *lung'le* e o *angolar* correspondiam às línguas maternas da maior parte da população (Bandeira, 2017, p. 101), todavia, no período pós-colonial, elas deixaram de ser transmitidas e o português passou a ser empregado pelos falantes (Balduino, 2018, p. 39). Em decorrência dessa alteração do foco na transmissão linguística, houve, possivelmente, um processo de nativização do português de STP, pelo qual a língua portuguesa, originalmente segunda língua (L2) da população, passou a ser adotada como língua materna (L1) (Gonçalves, 2010; Balduino, 2018; Araujo, 2020).

A transmissão linguística do português como L1 a partir de um input que configurava uma L2, conforme Lucchesi e Baxter (2009, p. 121), pode resultar em mudanças estruturais, já que dentro do processo de aprendizagem de segunda língua, é comum haver transferências linguísticas entre a língua materna do falante e a língua a ser adquirida. A esse respeito, Balduino (2018, p. 287) aponta a possibilidade de algumas características das línguas autóctones, na condição de L1, serem transportadas e empregadas no português L2. Essa variedade de português L2, posteriormente, era transmitida às gerações mais novas e adquirida como L1. Para a autora, esse processo, no próprio momento de transmissão linguística, já configuraria um fator de distanciamento entre as variedades de português faladas em STP e o PE.

Essa nova variedade do português, recém emergida no arquipélago, é também afetada por questões regionais, culturais e sociais que, com o tempo, afastam, ainda mais, o português falado em STP do PE, indicando a existência de variedades distintas do português. Essa hipótese é corroborada por estudos recentes que demonstram a existência tanto de características linguísticas compartilhadas com o PB e com o PE quanto comprovam a presença de traços estruturais inerentes a essa variedade (Gonçalves, 2010; Christofolletti, 2013; Agostinho, 2016; Bouchard, 2017; Braga, 2018; Balduino, 2018, Vieira; Balduino, 2020; Balduino; Vieira; Freitas, 2020; Agostinho; Soares; Mendes, 2020; Santiago et al., no prelo).

Dessa forma, neste artigo, considerando o PP uma variedade legítima do português, a qual apresenta propriedades compartilhadas com o PB e com o PE, porém, como qualquer outra variedade, também possuidora de traços singulares, propomos uma descrição geral da sílaba do PP, focando o preenchimento consonantal da coda. Ademais, pretendemos fazer um levantamento de possíveis processos fonológicos engatilhados dentro do domínio analisado, contribuindo, então, com a descrição fonológica de uma variedade ainda pouco estudada do português.

### 3 CORPUS E METODOLOGIA

O corpus deste estudo é formado por entrevistas gravadas na cidade de Santo Antônio do Príncipe, capital da Ilha do Príncipe, durante 2016 e 2019. Seleccionamos 11 entrevistas, cada uma com duração de aproximadamente 60 minutos, porém descartamos os 15 primeiros minutos<sup>5</sup> para análise dos dados. As entrevistas foram realizadas com mulheres e homens entre 22 e 50 anos. Todos os falantes que participaram das entrevistas eram naturais da Ilha do Príncipe e tinham o português como L1. Os dados foram coletados de modo aleatório, oferecendo uma amostra ampla da comunidade linguística investigada. Entre os falantes, há diversidade em relação à escolaridade bem como à idade. É preciso salientar, portanto, que tal heterogeneidade, embora diversifique os dados examinados, pode influenciar os resultados da descrição aqui proposta, uma vez que variáveis independentes sociais, como sexo, idade e escolaridade, podem ser relevantes para explanação dos fenômenos aqui levantados. Todavia, como o propósito deste trabalho é, justamente, descrever e discutir o *template* silábico do PP, examinando o mapeamento dos segmentos e os processos observáveis na coda, não nos valeremos de uma abordagem sociolinguística<sup>6</sup>.

O levantamento dos processos identificados será apresentado, quando pertinente, em tabelas de frequência e de proporção. Sendo assim, não adotamos métodos estatísticos inferenciais neste estudo, porém ressaltamos a importância de examinar, em trabalhos futuros, os fenômenos aqui levantados, considerando modelos de regressão logística que permitam avaliar a ação de diferentes variáveis linguísticas e sociais sobre eles.

A partir da análise acústica (Boersma; Weeninck, 2018) do espectro das 11 entrevistas, separamos em arquivos de áudio individuais todas as ocorrências das palavras com coda /r, S, l/, sendo esses *tokens*, concomitantemente, tabelados. Esse método tem como propósito registrar as possíveis realizações de um mesmo item lexical, posto que um mesmo falante pode pronunciar uma mesma palavra de formas distintas. No total, contabilizamos 3.990 ocorrências, sendo 1.784 para /r/, 1.469 para /S/ e 737 para /l/. Embora as ocorrências selecionadas pudessem conter o rótico, a sibilante ou a lateral na coda, outras estruturas silábicas também puderam ser levantadas para descrição dos *templates* silábicos previstos no PP. A relação entre ocorrências e número de palavras examinadas pode ser verificada na tabela 1.

---

<sup>5</sup> O descarte dos primeiros 15 minutos configura uma estratégia para limitarmos o paradoxo do observador, visto que, durante o início das gravações, é comum que o falante esteja mais consciente do gravador e tenda a uma fala mais automonitorada.

<sup>6</sup> Este tópico poderá ser explorado em pesquisas futuras, considerando, inclusive, o contato com variável a ser testada.

Tabela 1 – Relação entre ocorrências e número de palavras analisadas.

<i>Coda</i>	<i>Número de Palavras</i>	<i>Número de Ocorrências</i>
/r/	646	1.784
/S/	532	1.469
/l/	231	737

Fonte: Elaboração própria.

Nas seções a seguir, apresentamos os resultados da análise dos dados. Primeiramente, demarcamos, com base no corpus, a constituição consonantal da coda em PP e, posteriormente, sugerimos uma caracterização geral, tanto fonológica, como fonética, de /l, S, r/ nessa posição, examinando, paralelamente, alguns processos fonológicos como o apagamento segmental de /l, S, r/, velarização de /l/, vocalização de /l, r/ e posteriorização de /r/, interpretados como processos de lenição (Lass, 1984; Bauer, 2008). Para tanto, nos apoiamos no modelo teórico da fonologia autosegmental (Goldsmith, 1990), bem como na literatura dedicada à descrição silábica do PB e do PE (Câmara Jr. 1970; Bisol, 1999; Mateus; d'Andrade, 2000; entre outros), utilizada para fins comparativos.

#### 4 A SÍLABA NO PORTUGUÊS DO PRÍNCIPE

FLP 22(2)

A sílaba no PP, assim como no PST (Vieira; Balduino, 2020), é formada, hierarquicamente, pelos seguintes constituintes: *onset* (O) e rima (R), a qual se subdivide em núcleo (Nu) e coda (Co) (Selkik, 1982; Blevins, 1995)<sup>7</sup>. Com base no corpus formado por 3.990 ocorrências e considerando os trabalhos de Balduino (2019), Balduino e Vieira (2020), Vieira e Balduino (2020) e Balduino, Vieira e Freitas (2020), estabelecemos, no quadro 1, os *templates* silábicos observados no PP. As estruturas que compuseram as 3.990 ocorrências do corpus examinado estão destacadas.

Quadro 1 – Moldes silábicos do PP.

<i>Template</i>	Descrição Fonética	Item
V	[ 'a]	há
VG	[ 'oɨ]	oi
GV	[ɨo.gur.tɨ]	iogurte
CV	[ 'pa]	pá
CVG	[ 'paɨ]	pai
CGV	[di.sɨo.'na.ʁo]	dicionário
<b>CVGC</b>	<b>[ 'maɨs]</b>	<b>mais</b>
<b>CGVC</b>	<b>[ 'kɔaɨkɛ]</b>	<b>qualquer</b>

<sup>7</sup> Há diferentes propostas de estrutura representacional da sílaba. Na proposta empregada neste artigo, a representação arbórea da sílaba adota uma estrutura hierárquica interna para a sílaba, sendo essa hierarquia formada por *Onset* (consoante(s) à esquerda do núcleo); Núcleo (pico sonoro da sílaba que corresponde, em geral, a vogais); Coda (consoante à direita) ( Selkirk, 1992; Bisol, 1999). Não discutiremos, neste artigo, o estatuto silábico dos *glides*.

<b>CVC</b>	<b>['maʎ]</b>	<b>mal</b>
<b>CVCC</b>	<b>['bõʃ]</b>	<b>bons</b>
CCV	['prɔʃ.pi.rɔ]	próspero
CCVG	['traɪ]	trai
<b>CCVC</b>	<b>['traʃ]</b>	<b>traz</b>
CCVCC	[trẽʃ.'pɔr.ti]	transporte

Fonte: Elaboração própria.

Como apresentado no quadro 1, observamos as seguintes estruturas nos dados analisados: V, VG, GV, CV, VC, CVG, CGV, CVGC, CGVC, CVC, CVCC, CCV, CCVG, CCVC e CCVCC. Como no PB e no PE, os padrões silábicos do PP são diversos (Blevins, 1995, p. 206), havendo sílabas abertas (findas por vogais e *glides*) e fechadas (findas por consoantes), sem *onsets* (V, VG, GV, VC), com *onsets* simples (CV, CVC, CVCC) ou complexos (CCV, CCVG, CCVC e CCVCC). Esses *templates* comportam diferentes segmentos, uma vez que a estrutura silábica possui restrições internas. Não nos ateremos aos *glides* ou às estruturas silábicas que comportam *glides* na silabificação, posto que a discussão do estatuto dos ditongos na língua portuguesa é complexa e não compõe um de nossos objetivos para este estudo (conferir Christofolletti, 2013; Christofolletti; Araujo, 2018 sobre o ditongo no PST), porém, assim como Christofolletti (2013) para o PST, assumimos, neste trabalho, sílabas terminadas em *glide* como sílabas abertas.

À semelhança do PB e do PE, no núcleo (V), pode ser verificada qualquer uma das sete vogais orais do português /i, e, ε, a, ɔ, o, u/ ou qualquer uma das cinco vogais nasalizadas [ĩ, ê, õ, õ̃, ũ]. As realizações dessas vogais estão submetidas a restrições de caráter prosódico, pois, no PP, variam conforme a posição do acento lexical (Santiago et al., no prelo). A realização no núcleo é obrigatória no PP, no entanto, processos de enfraquecimentos e, até mesmo, apagamentos vocálicos, são verificados nessa variedade, alterando algumas estruturas silábicas que perdem o núcleo e têm os demais constituintes ressilabificados. Como output, novas estruturas são criadas.

As consoantes, por seu turno, ocupam constituintes periféricos das sílabas, *onsets* e codas. Nesses casos, também são observadas restrições internas que determinam quais consoantes são licenciadas em determinados constituintes. Enquanto a maior parte das consoantes do quadro consonantal do PP /p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʃ, ʒ, r, m, n, l, ɲ, ʎ/ pode ocorrer como *onset* simples, estando /ɲ, ʎ/ restritos ao meio da palavra, nem todos os segmentos consonantais são licenciados em *clusters* consonantais ou mesmo em coda. No quadro 2, discriminamos os segmentos licenciados conforme a posição silábica<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> O rótico, em coda ou em *onset*, simples e complexo, foi realizado ora como [r], ora como [ʀ], nos dados investigados.

Quadro 2 – Moldes silábicos do PP: segmentos licenciados.

Núcleo	Onset	Simplex	Coda	Clusters
/i/ [i.ɫɐ]	/p/	[p.a.sɐ]	/N/ [kɛ̃.tɔ]	/pr/ [pɾe.tɔ]
/e/ [se.dɔ]	/b/	[b.o.kɐ]	/r/ [laɾ]	/pl/ [pla.ne.tɐ]
/ɛ/ [pɛ]	/t/	[t.e.mɐ]	/S/ [maʃ]	/br/ [bɾa.ziʃ]
/a/ [pa]	/d/	[d.a.mɐ]	/l/ [maʃ]	/bl/ [blɔ.kɔ]
/ɔ/ [pɔ]	/k/	[k.a.sɐ]		/tr/ [tɾa.tɔ]
/o/ [ɔ.vɔ]	/g/	[g.a.kɐ]		/tl/ [a.tɫe.ti.kɔ]
/u/ [u.vɐ]	/f/	[f.a.tɔ]		/dr/ [kwa.dɾɔ]
	/v/	[v.a.zɔ]		/kr/ [kɾi.ɛ.sɐ]
	/s/	[s.a.kɐ]		/kl/ [si.klɔ]
	/z/	[z.o.nɐ]		/gl/ [glo.bɔ]
	/ʃ/	[ʃ.a.tɔ]		/gr/ [gɾa.tɔ]
	/ʒ/	[ʒ.a.kɐ]		/fr/ [fɾa.kɔ]
	/r/	[r.a.tɔ]		/fl/ [flɔ.kɐ]
	/m/	[m.a.tɔ]		/vr/ [li.vɾi]
	/n/	[n.a.dɔ]		/vl/
	/ɲ/	[bɛ̃.ɲɔ]		
	/l/	[la.dɔ]		
	/ʎ/	[i.ʎɐ]		

Fonte: Elaboração própria.

FLP 22(2)

Para a coda, consideramos /N/ e /S/ como arquifonemas. Isso se deve ao fato de o ponto de articulação ou o vozeamento de tais consoantes ser estabelecido em decorrência da consoante seguinte. A fricativa /S/, por exemplo, pode ser produzida como [s] ~ [ʃ] e [z] ~ [ʒ], a depender do vozeamento da consoante seguinte: ca[ʃ]ca X ra[ʒ]ga. Já a nasal /N/, além de poder ser apagada da coda, solução mais comum, pode ser produzida como [n], [m] ou [ɲ], concordando com a consoante heterossilábica à direita: ca[n]to, ca[m]po, sa[ɲ]gue. Seja no caso de /S/, ou de /N/, há, como pode ser observado no quadro 2, segmentos fricativos e nasais licenciados no *onset* que mantém os contrastes fonêmicos entre [s] X [ʃ] X [z] X [ʒ] e [m] X [n] X [ɲ]. Para o rótico, de outro modo, isso não pode ser sustentado, visto que não há relação de alofonia entre as realizações de rótico, mas sim uma alternância em variação livre que pode ser regida por variáveis sociais como a idade, sendo indicativo de mudança (Bouchard 2017, p. 308). Logo, se não há oposição em outros contextos, não há arquifonema.

Além de indicar quais os segmentos licenciados no núcleo, nos *onsets* simples, na coda e nos *clusters* consonantais, o quadro 2 oferece algumas possibilidades de transcrições fonéticas para as palavras observadas nos dados de fala espontânea. As formas apresentadas correspondem, todavia, a apenas uma das diversas opções correntes no PP, na medida em que, nesta variedade, são observados diversos alofones resultantes de diferentes fenômenos fonológicos ou mesmo de processos de mudança

linguística em curso (Agostinho, 2016; Bouchard, 2017; Agostinho; Soares; Mendes, 2020)<sup>9</sup>.

Ainda tendo em vista o quadro 2, podemos observar que os segmentos identificados na coda do PP - /N, r, S, l/ - são licenciados também no *onset* simples. Em relação ao *onset* complexo, ou *clusters* consonantais, atestamos /r/ e /l/ como consoantes possíveis na posição de C<sub>2</sub> de uma estrutura C<sub>1</sub>C<sub>2</sub>V. Sabendo que o número de consoantes em coda, e mesmo em C<sub>2</sub> de um *onset* complexo, é muito menor em relação ao *onset* simples, assumimos que os segmentos em coda formam um subconjunto da posição de ataque simples no PP (Balduino, 2019, p. 25-26). De acordo com a teoria autosegmental da sílaba, a coda licencia menos contrastes do que o *onset*, justamente por ser um licenciador secundário, sendo silabificado apenas depois da silabificação do núcleo e do *onset* simples (Goldsmith, 1990, p. 123).

Ao analisar os padrões de silabificação das línguas naturais, autores como Selkirk (1982), Goldsmith (1990) e Clements (1990) pontuam que a atribuição dos segmentos às posições silábicas obedece a princípios universais de silabificação. O Princípio de Sequência de Sonoridade (Clements, 1990, p. 123-124), por exemplo, prediz que os segmentos mais sonoros estão mais próximos ao núcleo, atingindo o pico de sonoridade neste. Esse Princípio, a priori, dá conta da silabificação dos núcleos em PP, sempre ocupados por vogais, bem como de sílabas que não demonstram *clusters* consonantais. Dessa forma, em sílabas CV temos, no geral, um crescendo de sonoridade em direção ao núcleo: C<sub>[líquidas/nasais/obstruintes]</sub> > V<sub>[vogais]</sub>, ao passo que, em sílabas (C)VC observamos, ao contrário, uma queda de sonoridade a partir do núcleo: V<sub>[vogais]</sub> > C<sub>[líquidas/nasais/sibilante]</sub>. No entanto, ao considerarmos os *clusters* do PP, notamos que tal Princípio nem sempre é obedecido, visto que, distintamente do PB e do PE, o Princípio de Sonoridade não explana a ordem assumida por C<sub>1</sub> e C<sub>2</sub> em *onsets* complexos do PP. Enquanto nas variedades brasileira e europeia do português, C<sub>1</sub> equivale a uma obstruinte [p, b, t, d, k, g, f, v] e C<sub>2</sub> corresponde, obrigatoriamente, a uma líquida [r, l], portanto, obstruinte > líquida > vogal, no PP, C<sub>2</sub> pode ser realizada como uma líquida [r, l] ou ainda como uma obstruinte [ʁ], como em *fraco* [ˈfɾa.ku], caracterizando a sequência de obstruintes como *cluster* (cf. seção 4.3 deste artigo).

Ainda de acordo com princípios universais de silabificação, Selkirk (1982, p. 45) indica que, respeitando o Princípio de Sequência de Sonoridade, o *onset* é desenvolvido antes da formação da coda, mediante a atuação do Princípio de Maximização do Ataque. Sob essa perspectiva, no processo de silabificação do português, após a formação do núcleo, teríamos o mapeamento dos segmentos à esquerda, e, portanto, o estabelecimento do *onset*, e, somente após isso, a silabificação da coda, respeitando a seguinte ordem: núcleo > *onset* simples > coda (Bisol, 1999, p. 702). Como consequência desse processo, além de estar na fronteira mais à direita da sílaba, a coda seria mais suscetível a alterações e mesmo a apagamentos. De fato, muitos são os estudos que corroboram a debilidade da coda no PE (Brandão; Mota; Cunha, 2003; Rodrigues, 2012) e, especialmente, no PB (Callou, 1987; Hora; Pedrosa; Cardoso, 2010). Para as variedades de STP, Balduino (2019) indica essa tendência no PP e Bouchard (2017) e Brandão et al. (2017), no PST, e Balduino (2018) e Balduino, Vieira e Freitas (2020), ao contrastar o PST e o PP.

<sup>9</sup> [r] ~ [ʁ] ~ [r̥] ~ [h] ~ [x] ~ [R] que alternam em todos os contextos silábicos (Agostinho, 2016; Agostinho; Soares; Mendes, 2020).

Tendo como foco, de agora em diante, a coda, observamos que tal constituinte é preenchido por /r, S, l, N/ (Balduino, 2019, p. 29). Similarmente ao PB, ao PE e ao PST, com exceção de /S/, todas as consoantes identificadas na coda silábica do PP são [+soantes], totalizando quatro segmentos fonológicos distintos. Como supracitado, foram constatadas diferentes realizações fonéticas na coda, havendo variação em relação ao ponto de articulação e ao vozeamento de tais consoantes. A coda /N/, por exemplo, embora não abarcada neste estudo (Balduino, 2018; Araujo; Balduino, 2019), nasaliza a vogal contígua à esquerda e, após isso, pode ser elidida. Esse processo altera a estrutura silábica que, de um *template* fechado, passa a ser realizado como aberto. Assumindo, então, a hipótese de que possa haver processos fonológicos na coda do PP que sugiram uma trajetória de adaptação de sílabas fechadas em sílabas abertas, semelhantemente ao que ocorre em PB (Silva, 2016), dedicamos as seções seguintes à discussão de fenômenos que atingem a lateral (seção 4.1), a sibilante (seção 4.2) e o rótico (seção 4.3) em coda silábica no PP.

#### 4.1 A lateral /l/ na coda

A lateral /l/, quando em coda, pode ser velarizada, vocalizada, apagada ou mesmo ressilabificada à posição de *onset* como uma consoante coronal (Balduino, Vieira, 2020; Balduino; Vieira; Freitas, 2020). A tabela 2 apresenta a frequência e a proporção de cada uma das possibilidades observadas. Embora a tabela em evidência apresente a contabilização da ressilabificação, vamos nos ocupar, principalmente, dos processos lexicais neste artigo.

Tabela 2 – Frequência e proporção dos fenômenos que atingem /l/ em coda no PP.

Variável	Apl./N. Ocorrências	%
[ɫ]	367/737	49.8
[w]	136/737	18.5
[l] – ressilabificada	63/737	8.5
Apagamento	171/737	23.2

Fonte: Elaboração própria.

A velarização em coda foi o processo, cujo alvo é a lateral, mais recorrente no *corpus* analisado (49.8%). Esse processo tem a coda como domínio exclusivo, não sendo verificadas ocorrências de [ɫ] em *onset* simples ou em *clusters* consonantais: lado \*[ˈɫa.du]; plano \*[ˈpɫa.nu]; palma [ˈpaɫ.mɐ]. O mesmo é verificado para [w], forma vocalizada da lateral presente apenas na coda: lado \*[ˈwa.du]; plano \*[ˈpwa.nu]; palma [ˈpaw.mɐ].

A lateral pode ser descrita a partir dos seguintes traços: [+lateral], [+consoante] e [+soante], tendo o ponto de articulação consonantal preenchido como [coronal, +anterior] (Mateus; d'Andrade, 2000, p. 141). No PP, se /l/ é licenciada no *onset*, esses traços são mantidos. De outro modo, se /l/ é licenciada em coda, tal segmento pode adquirir uma articulação secundária, sendo preenchidos os traços [dorsal, +posterior] no nó vocálico e, por consequência, resultando em um segmento complexo: [ɫ] (Quednau, 1993, p. 105).

Enquanto a velarização é um fenômeno de fortalecimento, decorrente do preenchimento de traços (Quednau, 1993, p. 81), a vocalização, verificada em 18.5% das ocorrências no PP, pode ser explicada através do desligamento de traço [coronal], e, conseqüentemente, do traço [+lateral] que confere ao segmento a característica de consoante, configurando um processo de lenição, do mesmo modo que se observa no PST (Balduino; Vieira, 2020) ou mesmo no PB (Quednau, 1983; Silva, 2016). Esse processo, além de enfraquecer o segmento, altera o *template* CVC para CVG. Já o apagamento, observado em 23,2% das vezes, promove, como output, a reestruturação de uma sílaba CVC em uma sílaba CV. Em ambos os casos, que juntos totalizam 41.7% das ocorrências do corpus, notamos que uma sílaba fechada passa a ser realizada como aberta.

No PE, a vocalização é rara, sendo comumente reportado, na literatura, a realização de [ɫ] na coda para essa variedade (Mateus; d’Andrade, 2000, p. 46). No PB, de modo contrário, a variação entre [ɫ] ~ [w] resulta de um processo histórico e, sincronicamente, é atribuída à variação diatópica (Quednau, 1983). No PP, a oscilação entre a forma velar e a vocalizada é constatada na fala de um mesmo falante, não sendo observadas restrições exercidas pelo contexto vocálico precedente ou pelo acento lexical, como se verifica no quadro 3.

Quadro 3 – Variação de [ɫ] ~ [w] em coda no PP, considerando o acento lexical e o contexto vocálico precedente.

Vogal Precedente	Velarização		Vocalização	
	Tônica	Átona	Tônica	Átona
[i]	[ˈmiɫ]	[ˈfa.siɫ]	[bra.ˈziw]	[ˈfa.siw]
[e]	-----	[ˈni.veɫ]	-----	[pɔ.ˈta.vew]
[ɛ]	[o.ˈtɛɫ]	-----	[pĩ.ˈsɛw]	-----
[a]	[ˈsaɫ]	[saɫ.ˈga.dõ]	[ˈmaw]	[aw.ˈtu.rɛ]
[ɔ]	[ˈsɔɫ]	[sɔɫ.ˈda.dõ]	[ẽ.ˈzɔw]	-----
[o]	[ˈboɫsɔ]	[voɫ.ˈtaɾ]	[ˈbow.sɛ]	[di.sow.ˈveɾ]
[u]	[ˈsuɫ]	[kuɫ.ˈtu.rɛ]	-----	-----

Fonte: Elaboração própria.

Tanto [ɫ] quanto [w] ocorrem em sílabas átonas e tônicas. Em relação à vogal precedente, notamos que a vocalização não foi atestada com [u] precedente. Isso pode ser explicado pela ação do Princípio do Contorno Obrigatório (*Obligatory Contour Principle* - OCP) (McCarthy, 1986), princípio já referenciado como relevante para explicar fenômenos, epifenômenos e derivações fonológicas do português (Wetzels, 1997; Abaurre; Sândalo, 2004). Originalmente postulado para explicar o impedimento de dois tons idênticos associados a vogais adjacentes, esse princípio, em uma de suas concepções adaptadas ao longo dos anos, postula que qualquer sequência de elementos adjacentes, sejam eles suprasegmentais ou segmentais, tenderia a ser evitada nas línguas naturais. Assim, uma vez que [u] e [w] compartilham exatamente os mesmos traços [dorsal] e [+alto], a vocalização seria evitada, sendo preferível, no lugar, a velarização ou mesmo o apagamento do [ɫ]. O apagamento da lateral em coda, por seu

FLP 22(2)

turno, também é observado em sílabas tônicas e átonas, após as sete vogais orais do PP.

Quadro 4 – Apagamento da lateral em coda no PP, considerando a vogal precedente e o acento lexical.

Vogal Precedente	Apagamento de /l/			
	Tônica		Átona	
[i]	Brasil	[bra.'zi]	fácil	['fa.si]
[e]	-----	-----	possível	[po.'si.vi]
[ɛ]	hotel	[o.'tɛ]	-----	-----
[a]	palma	['pa.mɐ]	almoço	[a.'mo.su]
[ɔ]	farol	[fa.'ɾɔ]	folgado	[fɔ.'ga.du]
[o]	bolso	['bo.su]	resolve	[re.zo.'ve]
[u]	sul	['su]	cultura	[ku.'tu.rɐ]

Fonte: Elaboração própria.

O apagamento de /l/ em coda é verificado em sílabas tônicas e átonas, após qualquer uma das vogais do PP. A implementação do apagamento ocorre antes de regras de alçamento vocálico, posto que em dados como *possível* notamos: o alçamento de /e/ em [i], caso a lateral seja apagada [po.'si.vi]; e a realização de [e] átona final, caso haja realização de consoante, como em [po.'si.ve].

A posição da lateral em coda na palavra também não bloqueia a velarização, a vocalização ou mesmo o apagamento. Considerando o meio e o final (#) das palavras morfológicas e prosódicas<sup>10</sup>, registramos as duas primeiras ocorrências e também o apagamento de /l/. Para tanto, consideramos a possibilidade de o sufixo *-mente* compor uma palavra prosódica independente (Schwindt, 2001). Como evidência para tal hipótese, podemos citar a realização de vogais média-baixas em sílabas pretônicas, como em *belamente* [be.la.'mẽ.ti], *belinho* [be.'li.ɲu] e *belíssimo* [be.'li.si.mu], registrada no PP diante de sufixos como *-ment*, *-(z)inh* e *-ism*, que se comportariam como palavras prosódicas independentes dotadas de acento. Por isso, as vogais médias não seriam submetidas, obrigatoriamente, à neutralização de pretônicas (Santiago et al., no prelo)<sup>11</sup>. No quadro 5, trazemos exemplos da velarização, da vocalização e do apagamento da lateral em coda em diferentes posições dentro da palavra.

<sup>10</sup> Palavra prosódica corresponde a uma palavra fonológica mínima possui um único acento primário (Vigário, 2003, p. 263).

<sup>11</sup> Santiago et al. (no prelo), no entanto, chamam atenção para o fato de que a neutralização pode ocorrer mesmo nesses casos no PP: *belíssimo* [be.'li.si.mu], fato que, de acordo com os autores, sugere que o estatuto prosódico de alguns sufixos do PP deva ser reavaliado.

Quadro 5 – Processos envolvendo a lateral na coda no PP, conforme a posição na palavra.  
# equivale à fronteira de palavra.

Contexto	Velarização	Vocalização	Apagamento
Meio de Palavra Morfológica e Prosódica	polvo [ˈpɔlvu]	calmo [ˈkaw.mɔ]	folga [ˈfɔ.gɐ]
# inicial de palavra prosódica e meio de palavra morfológica	facilmente [fa.sɪlˈmẽ.ti]	realmente [re.aɹˈmẽ.ti]	geralmente [ʒe.raˌmẽ.ti]
# inicial de palavra morfológica e prosódica	anzol [ã.ˈzɔɫ]	mel [ˈmew]	azul [a.ˈzu]

Fonte: Elaboração própria.

A velarização, a vocalização e o apagamento, nos dados examinados, foram registrados em contextos nos quais a palavra morfológica e prosódica apresentavam fronteiras coincidentes ou mesmo quando tal coincidência não era verificada. Se a variação entre [ɫ] ~ [w] e mesmo o apagamento não são determinados conforme sua posição na palavra, a fronteira de palavra morfológica, todavia, é essencial para a ressilabificação, como indicado em (1). Nesse exemplo, a lateral na coda do item lexical *tal* é ressilabificado como *onset* [ɫ] juntamente à palavra *alunos*.

(1) Sessenta e ta[ɫ]alunos

Caso a coda esteja em fronteira de palavra e seja realizada como [ɫ], havendo uma segunda palavra iniciada por vogal, a lateral é ressilabificada à posição de *onset*, sendo realizada como [ɫ]. Isso ocorre porque a lateral velar é proibida em *onset*. A ressilabificação é, portanto, um processo pós-lexical que ocorre apenas com a velarização, processo lexical. Isto é, em ocorrências de vocalização, não há ressilabificação.

Discutidas as realizações de /l/ em coda levantadas, dedicamos a seção 4.2 à sibilante em coda no PP.

#### 4.2 A sibilante /S/ em coda

A sibilante /S/, em coda, pode ser produzida como uma palatal [ʃ, ʒ], ser apagada e, a exemplo da lateral, ser ressilabificada. As consoantes [s, z] também foram verificadas em posição de coda, embora ocorram de forma menos recorrente. Na tabela 3, apresentamos a frequência e a proporção de realizações e apagamentos de /S/.

Tabela 3 – Frequência e proporção da realização e do apagamento de /S/ em coda no PP.

Variável	Apl./N. Ocorrências	%
[ʃ, s, ʒ, z]	1.213/1.469	82.6
Apagamento	256/1.469	17.4

Fonte: Elaboração própria.

Assim como /l/ em coda, /S/ em coda pode ser apagado em diferentes contextos vocálicos e de tonicidade, como pode ser verificado pelos exemplos do quadro 6.

Quadro 6 – Apagamento de /S/ em coda no PP, considerando a vogal precedente e o acento lexical.

Vogal Precedente	Apagamento de /S/			
	Tônica		Átona	
[i]	feliz	[fe.'li]	vezes	['ve.zi]
[e]	desde	['de.di]	mesmíssima	[me.'mi.si.mɐ]
[ɛ]	pés	['pɛ]	-----	-----
[a]	-----	-----	costas	['kɔʃ.tɐ]
[ɔ]	fósforo	['fɔ.fɔ]	-----	-----
[o]	depois	[de.'po.]	-----	-----
[u]	Jesus	[ʒe.'zu]	vários	['va.ɾiʊ]

FLP 22(2)

Fonte: Elaboração própria.

Distintamente do apagamento de /l/, o apagamento de /S/ em coda possui uma interface morfológica, relacionando-se à marcação de plural (Brescancini, 2002), como sugerido pela distribuição de frequência dos apagamentos na tabela 4. Nesta tabela, notamos que 75% dos apagamentos ocorrem em casos cuja sibilante, além de estar na coda, portava a informação de plural.

Tabela 4 – Frequência e proporção da realização e do apagamento de /S/ em coda no PP de acordo com a função morfológica desempenhada pela coda em evidência.

Função Morfológica	Apagamento	[ʃ, s, ʒ, z]
Plural	192 (75%)	887
Não – Plural	64 (25%)	582
Total	256 (100%)	1469

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de, proporcionalmente, os apagamentos serem mais recorrentes caso a sibilante desempenhe a função morfológica de plural, o apagamento de /S/ em coda ocorre também em itens cuja fricativa não marca o plural de sintagmas nominais como em dados como *feliz* [fe.'li], *desde* ['de.di], *mesmíssima* [me.'mi.si.mɐ], *Jesus* [ʒe.'zu] e

*fósforo* ['fɔ.fɔ] apresentados no quadro 6. Os dados que apresentam apagamento sem interface morfológica sugerem que este pode ser um processo fonológico independente. Isso é reforçado em dados em que a informação de plural é mantida a despeito de a sibilante ser elidida, como exposto em *vezes* ['vezɪ] (cf. quadro 6). Nesse exemplo, o plural é marcado pelo sufixo *-es* [ɪʃ]. Assumindo que o apagamento da sibilante fosse um fenômeno de natureza estritamente morfológica de não demarcação do plural, o previsto seria o apagamento do sufixo *-es*. Todavia, em formas como *vezes* ['ve.zɪ], a sibilante em coda é apagada sem culminar em perda de informação gramatical. Desse modo, o *template* silábico CVC é desfeito e reestruturado em uma sílaba CV, mas a concordância plural é mantida.

Considerando a proporção de apagamentos de /S/ em coda, apenas em casos cuja informação morfológica não é relevante, notamos sua recorrência em somente 7,2% (64/887) dos dados. Comparado ao apagamento do /l/ em coda, notamos que a sibilante em coda apresenta uma baixa proporção de apagamentos, além de evidenciar um comportamento paradoxal ao promover alteração do *template* de sílabas fechadas (CVC) em sílabas abertas (CV, CVG), fato também observado por Silva (2016) para o PB. Conforme a autora, há indícios de que a sibilante em final de sílaba no PB tende a resistir ao apagamento e mesmo a processos de lenição, como a vocalização observada para /l/ em coda, que promovem sílabas abertas. Assim sendo, o apagamento de sibilantes em final de sílabas não parece ser uma tendência geral no PB, exceto pela palavra *mesmo*, na qual /S/ em coda é comumente realizado, em algumas variedades do PB, como uma fricativa posterior ['meh.mʊ] ou não é realizado ['me.mʊ] (Silva, 2016, p. 222).

No PP, além de não serem verificados processos de vocalização que tenham /S/ em coda como alvo, é possível observarmos padrões silábicos inovadores para o PP e complexos, que geram *onsets* e codas ramificados, decorrentes do apagamento de uma vogal alta (Santiago et al., no prelo; Balduino, em preparação). Esse é o caso dos exemplos apresentados no quadro 7.

FLP 22(2)

Quadro 7 – Padrões silábicos inovadores e complexos no PP. Neste quadro, consideramos: C = consoante; C<sub>1</sub> = oclusiva; C<sub>2</sub> = líquida; V = vogal licenciada no núcleo;

Palavra	<i>Template</i> original	<i>Template</i> resultante
escola [iʃ.'kɔ.lɐ] ~ ['ʃkɔ.lɐ]	VC.CV	CCV    ʃC <sub>1</sub> V
desporto [diʃ.'pɔr.tɔ] ~ ['dʃpɔr.tɔ]	CVC.CVC	CCCVC    ʃC <sub>1</sub> C <sub>2</sub> VC
explicar [iʃ.'pli'ka] ~ [ʃpli.'ka]	VC.CCV	CCCV    ʃC <sub>1</sub> C <sub>2</sub> V
escala [iʃ.'ka.lɐ] ~ ['ʃka.lɐ]	VC.CCV	CCCV    ʃC <sub>1</sub> V
estrela [iʃ.'tre.lɐ] ~ ['ʃtre.lɐ]	VC.CCV	CCCV    ʃC <sub>1</sub> C <sub>2</sub> V
absurdo [a.bi.'sur.dɔ] ~ [a.'bsur.dɔ]	CV.CVC	CCVC    C <sub>1</sub> sV
obstáculo [o.biʃ.'ta.ku.lɔ] ~ [obj.'ta.ku.lɔ]	V.CVC.CV	VCC.CV    VCɻ

bicho	['bi.ʃɔ]	~ ['biʃ]	CV.CV	CVC	CVʃ
dezenove	[di.ze. 'nɔ.vi]	~ [dze. 'nɔ.vi]	CV.CV	CCV	C <sub>1</sub> zV
lápiz	['la. piʃ]	~ ['lapʃ]	CV.CVC	CVCC	CVC <sub>1</sub> ʃ

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 7, notamos que o apagamento de [i] ou [u], antecedido, muitas vezes, pelo ensurdecimento dessas vogais ( Balduino, em preparação), promove a alteração de sílabas simples, como VC ou CV, em sílabas complexas: CCV, CCCVC, CCVC, CCCV, VCC, CVC e CVCC que, por sua vez, portam combinações segmentais inovadoras para o PP que contém uma sibilante em sua constituição. Nos casos identificados, observamos, invariavelmente, a relevância da sílaba átona e de /S/ em coda, ressilabificado ao *onset* da próxima sílaba, ou, no caso do item *absurdo* [a.bi.'sur.dʊ] ~ [a.bi.'sur.dʊ], realocado do *onset* à coda. Isto é, a fricativa corresponde a um segmento capaz de ser realocado e gerar novos *templates* silábicos no PP.

A exemplo do PB, a sibilante em coda silábica no PP pode ser compreendida, então, como um gatilho potencial para a emergência de sílabas complexas. Trabalhos como o de Soares (2016) e Silva (2016) predizem, por exemplo, que, no português brasileiro, padrões inovadores, para essa variedade de português, com sílabas complexas irão emergir e estas sílabas terão uma sibilante em sua composição. O PP, por seu turno, além da tendência de simplificação de sílabas CVC em CV e CVG, demarcada pelo apagamento de /l/ e /S/ em coda, apresentaria, paradoxalmente, uma tendência contrária à complexificação, em decorrência do apagamento de [i] e [u] e da ressilabificação de /S/.

FLP 22(2)

A seguir, na seção 4.3, trataremos dos fenômenos que atingem o rótico em coda.

### 4.3 O rótico /r/ em coda

O rótico /r/ em coda no PP apresenta as seguintes realizações fonéticas: [r, ɾ, ʁ, h, x, R], além de poder ser apagado e ressilabificado. Na tabela 5, expomos a frequência e a proporção de realizações e apagamentos do rótico /r/ em coda no PP.

Tabela 5 – Frequência e proporção da realização e do apagamento de /r/ em coda no PP.

Variável	Apl./N. Ocorrências	%
[r, ɾ, ʁ, h, x, R, ɹ]	1033/1785	57.9
Apagamento	752/1785	42.1

Fonte: Elaboração própria.

No PP, o rótico na coda pode ser foneticamente realizado como um tepe [ɾ], uma vibrante [r], uma fricativa glotal [h] surda ou sonora [ɦ], uma fricativa uvular [ʁ], uma vibrante uvular [R] e, em casos mais raros, como uma aproximante velar [R, w]. Semelhante à lateral e à sibilante, /r/ pode ser apagado em coda no PP, como se verifica nos exemplos do quadro 8.

Quadro 8 – Apagamento do rótico em coda no PP, considerando a vogal precedente e o acento lexical.

Vogal Precedente	Apagamento de /r/			
	Tônica		Átona	
[i]	sair	[sa.'i]	-----	-----
[e]	fazer	[fa.'ze]	terminar	[te.mi.'na]
[ɛ]	certo	[.'sɛ.tõ]	nervosa	[nɛ.'vɔ.zɐ]
[a]	barco	[.'ba.kõ]	jardim	[ʒa.'dĩ]
[ɔ]	sorte	[.'sõ.ti]	cortar	[kõ.'ta]
[o]	senhor	[sẽ.'jo]	orgulho	[o.'gu.lõ]
[u]	urso	[.'u.sõ]	urbana	[u.'ba.nɐ]

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às demais codas investigadas, notamos que o apagamento de /r/ foi o mais recorrente percentualmente (57.9%), superando, inclusive, a realização desse segmento na coda (42.1%). A alta proporção de apagamentos pode estar relacionada à classe gramatical da palavra, uma vez que, dentre as ocorrências analisadas, 802 apagamentos ocorreram em itens verbais e, em apenas 231 ocorrências não-verbais, o fenômeno foi registrado (Oliveira, 1997, p. 39). Somando-se à classe gramatical e, muitas vezes, concomitante a esta, a posição da coda, na palavra, também pode ser uma variável relevante para o apagamento de /r/, sendo a fronteira final um contexto potencialmente favorável, porém não exclusivo para a realização do fenômeno (Callou; Serra, 2012, p. 51). No quadro 9, apresentamos exemplos de apagamento de /r/ em coda em fronteira ou não de palavra morfológica. Distintamente da lateral, no caso de apagamento de /r/ em coda, não controlamos a fronteira de palavra prosódica.

FLP 22(2)

Quadro 9 – Apagamento do rótico em coda no PP, considerando a posição na palavra morfológica.

Contexto	Apagamento de /r/			
	Tônica		Átona	
# final de palavra	mudar	[mu.'da]		
	pior	[pi.'õ]	açúcar	[a.'su.ka]
	cair	[ka.'i]	líder	[.'li.de]
Meio de Palavra	verde	[.'ve.di]	jardim	[ʒa.'dĩ]
	norte	[.'nõ.ti]	dormir	[du.'mi]
	caderno	[ka.'de.nõ]	português	[po.tu.'geʃ]

Fonte: Elaboração própria.

Além do apagamento do /r/ em coda, que promove alteração do *template* CVC em CV, processos de lenição, tendo o rótico em coda como alvo, também são observados no PP. A lenição de róticos, amplamente reportada no PB (Callou; Leite; Moraes, 2002; Rennieke, 2015), é frequentemente associada à mudança fonológica, consolidada ou em curso, sendo relacionada a uma alteração articulatória de

posteriorização do rótico. Lass (1984, p. 355), a esse respeito, indica que a lenição ocorre devido a alterações em um ou mais dos seguintes parâmetros articulatórios e, conseqüentemente, acústicos: (i) abertura (quanto mais aberto, menos resistência à saída do fluxo de ar) e (ii) sonoridade (quanto mais sonoro, maior a energia acústica periódica). Assim sendo, poderíamos observar os seguintes estágios de lenição: oclusiva > africada > fricativa > aproximante > fricativa glotal > apagamento e, no que tange ao vozeamento, desvozeada > vozeada.

Trabalhos como o de Callou, Leite e Moraes (2002, p. 537) incorporam essa definição de estágio de lenição em suas propostas de análise, interpretando a variação do rótico em coda, no PB, como um processo de enfraquecimento segmental cujo resultado é uma estrutura silábica CV. Desse modo, as realizações fonéticas do rótico em coda decorreriam de uma simplificação articulatória, em que os sons que envolvem articulações mais complexas variam com sons menos complexos até serem apagados (Callou; Leite; Moraes, 2002).

Com base nos dados do PP, podemos estabelecer os seguintes grupos de róticos em coda: vibrantes, tepe, fricativa posterior e, de modo menos recorrente, aproximantes [ʃ, w]. Exemplificamos, no quadro 10, a realização dos diferentes grupos que podem indicar lenição do rótico no PP. Todas as realizações, com exceção das aproximantes [ʃ, w], podem ocorrer em meio e em final de palavra, diante de todas as qualidades vocálicas. Já [ʃ, w] só foram observadas em meio de palavra quando a vogal precedente correspondia a [e] ou [ɛ].

Quadro 10 – Lenição do rótico em coda em PP: possíveis realizações.

Rótico	Exemplo	
[r, ʀ]	mar	[ˈmar] ~ [ˈmaʀ]
[ʀ]	verde	[ˈver.di]
[ʁ, x, ɣ, h, fi]	cor	[ˈkɔʁ] ~ [ˈkɔx] ~ [ˈkɔh]
[ʃ, w]	perto	[ˈpɛʃ.tu] ~ [ˈpɛw.tu]

Fonte: Elaboração própria.

Além de as diferentes realizações do rótico em coda apontarem para um processo de enfraquecimento segmental demarcado, sobretudo, pela posteriorização de /r/ em coda e culminando, por consequência, na alteração do *template* silábico CVC em CV com o apagamento, observamos que, distintamente do PB, no PP, e mesmo no PST (Bouchard, 2017; Brandão et al., 2017; Vieira; Balduino, 2020), esse processo não é exclusivo à coda. De fato, a alternância entre vibrantes, tepe e fricativas posteriores é observada em *onset* em ambas as variedades faladas em STP já reportadas pela literatura (Agostinho, 2016; Bouchard, 2017; Agostinho; Soares; Mendes, 2020).

FLP 22(2)

Semelhante às sibilantes, esse fato culmina em *templates* silábicos com combinações segmentais inovadoras, contendo, muitas vezes, sequências de fricativas em sua composição. Ao mesmo tempo, reforça uma tendência tipológica à sílaba CV, dado que a lenição de /r/ enquanto C<sub>2</sub> de um *onset* complexo (C<sub>1</sub>C<sub>2</sub>) pode culminar, assim como na coda, em seu total apagamento, resultando, mais uma vez, em uma estrutura CV. Essas possibilidades são expressas no quadro 11.

Quadro 11 – Padrões silábicos inovadores no PP. Neste quadro, consideramos: C = consoante; C<sub>1</sub> = oclusiva; C<sub>2</sub> = líquida; V = vogal licenciada no núcleo; G = glide.

Palavra	<i>Template</i> original	<i>Template</i> resultante
roça [ˈrɔ.sɐ] ~ [ˈʁɔ.sɐ]	CV.CV	CV.CV rV.CV
carro [ˈka.rɔ] ~ [ˈka.ʁɔ]	CV.CV	CV.CV CV. rV
caro [ˈka.rɔ] ~ [ˈka.ʁɔ]	CV.CV	CV.CV CV. ʁV
praça [ˈpra.sɐ] ~ [ˈpʁa.sɐ]	CCV.CV	CCV.CV C <sub>1</sub> ʁV.CV
troco [ˈtro.kɔ] ~ [ˈtʁo.kɔ]	CCV.CV	CCV.CV C <sub>1</sub> ʁV.CV
fraco [ˈfra.kɔ] ~ [ˈfʁa.kɔ]	CCV.CV	CCV.CV C <sub>1</sub> ʁV.CV
Brasil [bra.ˈziʃ] ~ [bʁa.ˈziʃ]	CCV.CVC	CCV.CVC C <sub>1</sub> ʁV.CVC
fresco [ˈfreʃ.kɔ] ~ [ˈfʁeʃ.kɔ]	CCVC.CV	CCVC.CV C <sub>1</sub> ʁVC.CV
genro [ˈʒẽ.rɔ] ~ [ˈʒẽ.ʁɔ]	CVC.CV	CVC.CV CVC. rV
problema [pro.ˈble.mɐ] ~ [po.ˈbe.mɐ]	CCV.CV.CV	CV.CV.CV CV.CV.CV
petróleo [pe.ˈtrɔ.ljɔ] ~ [pe.ˈtɔ.ljɔ]	CV.CCV.CGV	CV.CV.CGV CV.CV.CGV

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 11, apresentamos, na última coluna, os *templates* silábicos resultantes da lenição do rótico no PP. Em destaque em vermelho estão os róticos que promovem um padrão segmental inovador. Um mesmo falante pode oscilar entre a realização de um tepe e de vibrantes ou fricativas posteriores nos seguintes contextos: (i) em posição de coda (CVr ~ CVʁ); (ii) em posição de *onset* como primeiro segmento no início de palavra (rV ~ ʁV); (iii) no *onset* da segunda sílaba em contexto intervocálico (CV. rV ~ CV.ʁV); (iv) seguindo uma sílaba fechada por coda (CVC.rV ~ CVC.ʁV); e (v) no segundo elemento de um *onset* complexo (C<sub>1</sub>rV ~ C<sub>1</sub>ʁV). Por fim, a oscilação entre um tepe e outras realizações segmentais pode não ocorrer, havendo um apagamento, caso o rótico esteja na segunda posição de um *cluster*, como exposto nas últimas duas linhas em destaque do quadro 11<sup>12</sup>.

<sup>12</sup>Na posição de segundo elemento de um *onset* complexo, temos ainda a possibilidade de realização de uma vibrante uvular [ʀ].

A variação do rótico intervocálico, como apresentada no quadro 11, gera a neutralização de alguns pares mínimos. Este é o caso de *carro* ['ka.rʊ] ~ ['ka.ʁʊ] e *caro* ['ka.rʊ] ~ ['ka.ʁʊ], produzidos como homônimos. Embora a alternância e instabilidade na produção do rótico nas variedades do português faladas em STP venham sendo recentemente documentadas (Agostinho, 2016; Bouchard, 2017; Agostinho; Soares; Moraes, 2020), essa é uma questão que ainda precisa ser mais discutida. Em geral, os trabalhos recentes apontam para uma mudança em curso. Bouchard (2017, p. 232), dentro do quadro teórico da sociolinguística laboviana, atesta que a alternância dos róticos possui a faixa etária como variável relevante, posto que o uso de [ʁ] é favorecido pelas gerações mais jovens de São Tomé. Agostinho, Soares e Mendes (2020), assumindo uma abordagem experimental e trabalhando com dados de fala controlada, corroboram essa hipótese. Para os autores, há uma perda de contraste fonológico entre os róticos no português do Príncipe. Este seria promovido pelo contato com o lung'le, bem como pelo fato de que o tepe e as demais realizações do rótico não constituem segmentos que produzem muitos contrastes fonêmicos no português.

A lenição do rótico, bem como seu apagamento, a exemplo dos apagamentos de /l/ e /S/ em coda silábica, sugerem que o PP, a exemplo do PB, privilegia sílabas abertas. Todavia, a emergência de novos padrões silábicos, caracterizados, sobretudo, por ensurdecimentos e apagamentos das vogais altas [i] e [u] quando coarticuladas com /S/, ao contrário, indica que processos conflitantes atuam no PP, resultando na formação de sílabas complexas que o aproximam, por exemplo, de variedades como o PE.

FLP 22(2)

## 5 APAGAMENTOS SEGMENTAIS: PREVALÊNCIA DE SÍLABAS CV E NOVAS ESTRUTURAS SILÁBICAS

Nas palavras de Silva (2016):

Uma vez que os sistemas linguísticos estão em constante mudança, espera-se que conflitos contribuam para a evolução do sistema. De fato, são conflitos que oferecem lacunas que podem ser preenchidas por padrões emergentes. No caso do conflito entre sílabas abertas e fechadas a dinamicidade do sistema pode evoluir para promover qualquer um dos tipos silábicos: sílabas abertas ou sílabas fechadas. (Silva, 2016, p. 219).

Ao discutirmos a silabificação no PP, adentramos em diferentes fenômenos que têm a sílaba como domínio. Focando em processos cujo alvo é o segmento licenciado na coda, mais especificadamente /l, S, r/, notamos que a tipologia silábica do PP apresenta diferentes trajetórias possíveis e conflitantes: (i) a criação de sílabas abertas a partir de uma estrutura CVC inicial, promovida por processos de lenição, como a vocalização de /l/ e /r/ e a posteriorização de /r/, bem como pelos apagamentos em coda de /l, S, r/ e de /N/, embora esse último não tenha sido tratado neste artigo (conferir Balduino, 2018 sobre este último tipo de apagamento em PP); (ii) produção de sílabas complexas em decorrência do ensurdecimento e do apagamento vocálico de [i] e [u] em sílabas que contêm /S/ em coda ou em sílabas contíguas /S/; e, ainda, (iii) manutenção de *clusters* CCV modificando a sequência de segmentos em decorrência da lenição de /r/ em *onset* simples e complexos.

Conforme Silva (2016, p. 219), os sistemas linguísticos estão em constante mudança. No PP, esse fato é reforçado, pelo contato linguístico na região, como também por outros fatores de ordem política e social, como o estabelecimento recente do português como língua materna e majoritária da população santomense e mesmo as pressões exercidas pelo PE no uso vernacular dessa variedade recém-emergida. Assim, é possível que forças extralinguísticas atuem em conjunto com o próprio dinamismo gramatical do português na emergência de padrões silábicos conflitantes.

No PE, por exemplo, relatam-se frequentes reduções e supressões vocálicas que sugerem uma mudança em direção à formação de sílabas fechadas a partir de sílabas abertas, bem como a criação de novos padrões: *chávena* ['ʃavnɐ], *póte* ['pɔt], *definir* [dfi'ni] (Miguel, 2003, p. 88-89). Além do mais, conforme Brandão, Mota e Cunha (2003, p. 163-164), o PE é mais resistente ao apagamento da coda quando comparado ao PB, preferindo manter o padrão CVC. Conforme os autores, enquanto o corpus do PB apresentou a proporção de 78% de apagamento do rótico em coda, no PE, esse processo foi registrado apenas em 26% das ocorrências avaliadas.

Silva (2016, p. 216), assim como outros estudos (Callou, 1987; Oliveira, 1997; Hora; Pedrosa; Cardoso, 2010), fornece indícios de que, ao contrário do PE, a mudança do PB privilegia sílabas abertas a partir de sílabas fechadas. Ainda conforme Silva (2016, p. 219), há, no entanto, casos em que uma sílaba fechada por uma sibilante apresenta a situação paradoxal de ser preservada e ao mesmo tempo cancelada (em formas de plural).

As tendências observadas no PE e no PB sugerem que a promoção de sílabas abertas ou de sílabas complexas são caminhos gramaticais possíveis no português. Esse fato estaria, portanto, de acordo com o comportamento conflitante do PP. Os altos índices de apagamentos e a recorrência de processos de lenição, no entanto, sugerem, por um lado, que a prevalência de sílabas abertas CV ou CVG seja uma estratégia mais comumente adotada nessa variedade. Esse fato estaria de acordo com outras supressões consonantais como a lenição e o cancelamento do rótico em C<sub>2</sub> de *clusters* consonantais de sílabas C<sub>1</sub>C<sub>2</sub>V, caracterizando o PP como uma variedade legítima de STP, com traços únicos que refletem sua ecologia linguística singular. Todavia, essa predominância de fenômenos que justificam a busca por uma estrutura silábica aberta esbarra na possibilidade gramatical de produção de sílabas complexas, possivelmente reforçada pelo estatuto da norma linguística do PE disseminada pela escolarização em STP. Assim, é possível que a emergência de padrões silábicos complexos, fomentados pelo ensurdecimento e apagamento de [i] e [u], esteja em consonância, não somente com a possibilidade gramatical oferecida pela língua, respeitando, assim, restrições segmentais e suprasegmentais do próprio sistema, como também seja reforçada pela difusão do PE em STP em detrimento às variedades autóctones de fato faladas no arquipélago.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coda, no PP, pode ser preenchida por /N, r, S, l/, fonemas que apresentam diferentes realizações fonéticas e, inclusive, podem ser submetidos a processos de lenição e apagamentos. Este artigo focou na análise da lateral, da sibilante e do rótico, porém, trabalhos dedicados ao estudo da nasalidade no PST e no PP podem ser conferidos em Balduino (2018) e Araujo e Balduino (2019). O apagamento de /l, S, r/

FLP 22(2)

em coda é um processo recorrente em PP, contudo, não uniforme para todas as consoantes, pois tais segmentos exibem proporções distintas de implementação do fenômeno: /l/ (23.2% de apagamento); /s/ (17.4% de apagamento) e /r/ (57.9% de apagamento). Esses apagamentos, em consonância com outros fenômenos fonológicos, como vocalização de /l, r/ e posteriorização do rótico, sugerem que, no PP, os padrões silábicos CV e CVC são um padrão robusto da língua, a exemplo do PB (Silva, 2016, p. 225). Entretanto, esse não foi o único resultado encontrado ao examinarmos processos fonológicos no domínio da sílaba. A ocorrência de padrões complexos não previstos durante a silabificação sugere, em contrapartida, a emergência de novos *templates* silábicos no PP e/ou mesmo de novas sequências segmentais em *clusters* que incorporam /s/ em sua consolidação, segmento que, em coda, apresentou a menor ocorrência de apagamento em nossos dados. Logo, se por um lado, há alterações de *templates*, nomeadamente, (1) CVC >> CV e (2) CVC >> CVG, sugerindo uma simplificação em direção a sílabas abertas, por outro lado, outputs complexos, resultantes de alterações do tipo (3) CVC >> CCCVC; VCC; (4) VC >> CCV; CCCV e (5) CV >> CCV; CVC; CCVC, também são recorrentes. Esses resultados abrem margem, portanto, a uma ampla discussão em torno da sílaba e da silabificação no PP.

A partir da discussão tecida neste estudo, pretendemos contribuir com alguns aspectos da descrição fonológica do português do Príncipe, uma variedade do português falada em São Tomé e Príncipe ainda pouco estudada. No entanto, sendo este trabalho uma análise inicial em PP, algumas questões permaneceram sem respostas e, por isso, ressaltamos a necessidade de maior aprofundamento na análise dos processos elencados, o que pode ser realizado através do exame de um corpus de fala controlada, bem como por meio do tratamento estatístico dos padrões silábicos resultantes da análise de dados de fala espontânea e/ou controlada.

FLP 22(2)

## REFERÊNCIAS

- Abaurre MB, Sândalo MF. Os róticos revisitados. In: Hora D, Collischonn G, organizadores. Teoria linguística: fonologia e outros temas. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba; 2003. p. 144-199.
- Agostinho AL. Róticos em contexto intervocálico no português da Ilha do Príncipe: fonologia e educação. IX Encontro da ABECS; 28 nov-30nov. 2016; Brasília, DF, Brasil.
- Agostinho AL, Soares E, Mendes M. Merging of quasi-phonemes in contact situations: evidence from rhotics in Principense Portuguese. Annual Meeting on Phonology; 18 set-20set. 2020; University of California Santa Cruz, California.
- Araujo G, Agostinho AL. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. *Língua e Instrumentos Linguísticos*. 2010;26:49-81.
- Araujo G, Balduino A. Nasalização vocálica no português urbano de São Tomé e Príncipe. *Diacrítica*. 2019;33(2):41-68.
- Araujo G. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe? In: Souza S, Olmo F, organizadores. *Línguas em português - a lusofonia numa visão crítica*. Porto: Universidade do Porto Press; 2020. p. 173-197.
- Balduino AM. A nasalidade vocálica no português falado em São Tomé e Príncipe [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2018.

- Balduino AM. Apagamento de /R/ e /S/ em coda no português principense. *PAPIA*. 2019;29(1):25-39.
- Balduino AM. Processos fonológicos no português de São Tomé e de Santo António do Príncipe [tese em preparação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; em preparação.
- Balduino AM, Vieira N. Distribuição da lateral /l/ em coda no português santomense. *Estudos Linguísticos*. 2020;49(2):594-615.
- Balduino AM, Vieira N, Freitas S. A coda no português santomense (PST) e principense (PP): aspectos gerais e processos de apagamento. *Revista da Abralín*. 2020;19(1):1-26.
- Bandeira M. Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2017.
- Bauer L. Lenition revisited. *Journal of Linguistics*. 2008;44(3):605-624.
- Bouchard ME. Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé [thesis]. New York: Department of Linguistics, New York University; 2017.
- Bisol L. A sílaba e seus constituintes. In: Neves M, organizadora. Gramática do português culto falado: novos estudos, v. 7. Campinas: Editora da UNICAMP; 1999. p. 701-742.
- Blevins J. The syllable in phonological theory. In: Goldsmith J, editor. *Handbook of phonological theory*. London: Basil Blackwell; 1995. p. 206-244.
- Boersma P, Weenink D. Praat: doing phonetics by computer [programa de computador]. Versão 5.3.82. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam; 2018. [citado 20 jan. 2018]. Disponível em: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat>.
- Braga G. A prosódia do português de São Tomé: a entoação do contorno neutro [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2018.
- Brandão S, et al. Róticos na variedade urbana do português de São Tomé. *PAPIA*. 2017;2(2):293-315.
- Brandão S, Mota M, Cunha C. Um estudo contrastivo entre o português europeu e o português do Brasil: o –R final de vocábulo. In: Brandão S, Mota M, organizadoras. *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio; 2003. p. 163-180.
- Brandão S, organizadora. *Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher; 2018.
- Brescancini C. A palatalização da fricativa palato-alveolar e sua complexidade: uma regra variável [tese]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica; 2002.
- Callou DM. Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro [tese]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1987.
- Callou D, Leite Y, Moraes J. Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: Abaurre MB, Rodrigues AC. *Gramática do português falado volume VIII: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP; 2002. p. 537-555.
- Callou D, Serra C. Variação do rótico e estrutura prosódica. *Revista do GELNE*. 2012;14(1/2):41-57.
- Clements G. The role of the sonority cycle in core syllabification. In: Kingston J, Beckman M, editors. *Papers in laboratory phonology I: between the grammar and physics of speech*. Cambridge: Cambridge University Press; 1990. p. 283-333.

- Christofoletti A. Ditongos no português de São Tomé e Príncipe [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2013.
- Christofoletti A, Araujo G. Vogais e ditongos no português vernacular de São Tomé e Príncipe. In: Oliveira M, Araujo G, organizadores. O português na África Atlântica. São Paulo: Humanitas/Fapesp; 2018. p. 258-296.
- Couto H. Linguística, ecologia e ecolinguística. São Paulo: Contexto; 2009.
- Godsmith J. Syllable structure. In: Godsmith J. Autosegmental and metrical phonology. Oxford: Basil Blackwell Publishing; 1990. p.103-140.
- Gonçalves R. Propriedade de subcategorização verbal no português de S. Tomé [dissertação]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 2010.
- Hora D, Pedrosa J, Cardoso W. Status da consoante pós-vocálica no português brasileiro: coda ou onset com núcleo não preenchido foneticamente? Letras de Hoje. 2010;45(1):71-79.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). São Tomé e Príncipe em Números [internet]. 2011. Disponível em: <http://http://www.ine.st/2012.html>.
- Lass R. Phonology: an introduction to basic concepts. Cambridge: Cambridge University Press; 1984.
- Lucchesi D, Baxter A. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi D, Baxter A, Ribeiro I, organizadores. O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA; 2009. p. 101-124.
- Mateus MH, D'Andrade E. The phonology of Portuguese. Oxford: Oxford University Press; 2000.
- Mateus M, Rodrigues C. A vibrante em coda no português europeu. In: Freitas T, Mendes A, organizadores. Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Colibri; 2004. p. 289-299.
- McCarthy J. OCP effects: gemination and antigemination. Linguistic Inquiry. 1986;17(2):207-263.
- Miguel MA. As estruturas silábicas e a redução vocálica no português europeu. Revista de Estudos da Linguagem. 2003;11(1):95-118.
- Oliveira MA. Reanalizando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba. Revista de Estudos Linguísticos. 1997;6(2):31-58.
- Quednau LR. A lateral pós-vocálica no português gaúcho: análise variacionista e representação não-linear [dissertação]. Porto Alegre: Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1993.
- Rennicke I. Variation and change in the rhotics of Brazilian Portuguese [tese]. Helsinque: Universidade de Helsinque; 2015.
- Rodrigues C. Todas as codas são frágeis em português europeu? Revista Linguística. 2012;8(1):138-149.
- Santiago AM, et al. As vogais no Português do Príncipe. In: Hagemeyer T, Oliveira M, Figueiredo C, organizadores. O português na África Atlântica. v. 2. No prelo.
- Schwindt LC. O prefixo no português brasileiro: análise prosódica lexical. DELTA. 2001;17(2):175-207.
- Selkik E. The syllable. In: Hulst H, Smith N, editors. The structure of phonological representations. Dordrecht: Foris; 1982. p. 337-383.

Silva TC. Trajetórias fonológicas: evolução e complexidade. *Revista Linguística*. 2016;12(esp.):215-229.

Soares VHM. Encontros consonantais em final de palavra no português brasileiro [dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2016.

Vieira N, Balduino AM. Apagamento de /R, S, l/ na coda no português de São Tomé: convergência linguística? *PAPIA*. 2020;30(1):7-33.

Wetzels WL. The lexical representation of nasality in Brazilian Portuguese. *Probus*. 1997;9(2):203-232.

FLP 22(2)

# Reduplicação no guineense

## *Reduplication in Guinea-Bissau Creole*

Baticã Braima Ença Mané\*  
*Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

João Eusébio Imbatene\*\*  
*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,  
São Francisco do Conde, BA, Brasil*

Manuele Bandeira\*\*\*  
*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,  
São Francisco do Conde, BA, Brasil*

Shirley Freitas\*\*\*\*  
*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,  
São Francisco do Conde, BA, Brasil*

FLP 22(2)

**Resumo:** Neste trabalho, analisamos como se dá o processo de reduplicação no guineense sincrônico, com vista a mostrar um dos processos morfológicos da língua em questão, insurgindo assim contra postulados que põem em causa a produtividade morfológica das línguas crioulas. Com base em Scantamburlo (1999, 2002) e em dados recolhidos com alguns falantes nativos, mostramos que a reduplicação é um processo presente no guineense moderno, exercendo tanto funções gramaticais quanto lexicais e é usada para formação de itens que veiculam novas informações. Constatamos, ainda, que as categorias verbais, nominais e adverbiais podem ser reduplicadas. As formas reduplicadas assumem diferentes funções, dentre as quais a função iterativa/repetitiva é a mais presente seguida pela intensificação. Ademais, no levantamento dos dados, a categoria mais reduplicada foi a verbal.

**Palavras-chave:** Guineense. Reduplicação. Morfologia. Fonologia.

**Abstract:** In this study, we analyze how the process of reduplication occurs in synchronic Guinea-Bissau Creole aiming to present one of the morphological processes of that language, thus opposing postulates that question the morphological productivity of Creole languages. Based on Scantamburlo (1999, 2002) and on data collected with native speakers, we show that reduplication is a present process in modern Guinea-Bissau Creole because it performs both

---

\* Mestrando do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil; manebatica@usp.br

\*\* Graduado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, BA, Brasil; jei011987@gmail.com

\*\*\* Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, BA, Brasil; manuelebandeira@unilab.edu.br

\*\*\*\* Professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, BA, Brasil; shirleyfreitas@unilab.edu.br

grammatical and lexical functions. It is also used to form items that convey new information. We also show that verbal, nominal and adverbial categories can be reduplicated. Reduplicated forms take on different functions, among which the iterative/repetitive function is the most prevalent, followed by intensification. Furthermore, according to the data, the most reduplicated category is the verbal category.

**Keywords:** Guinea-Bissau Creole. Reduplication. Morphology. Phonology.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Couto (2009, p. 69), os trabalhos dedicados única e exclusivamente ao estudo da morfologia do guineense<sup>1</sup> são poucos. Couto (2009) conclui dizendo que Mello (2007) talvez seja o único trabalho que versa exclusivamente sobre a produtividade morfológica do guineense. Em contrapartida, o autor supramencionado traça uma lista restrita de estudos que descrevem a morfologia do guineense, porém, não de forma exclusiva, entre os quais estão estudos de Scantamburlo (1999, 2002), Couto (1994), Kihm (1994), entre outros.

Desse modo, o presente estudo se propõe a analisar a reduplicação no guineense, contribuindo assim para o alargamento desse leque restrito dos estudos especializados sobre a língua crioula que se fala na Guiné-Bissau. Para o cumprimento do objetivo deste artigo, procuraremos trabalhar à luz dos estudos que concebem a reduplicação como um fenômeno produtivo do ponto de vista morfológico (Kiyomi, 1995; Kager, 1999). Portanto, é com base nesses pressupostos que propomos analisar o processo de reduplicação no guineense, que apresenta como característica principal a noção de iteratividade. Desse modo, para este trabalho, centraremos as nossas atenções em discussões do caso da reduplicação verdadeira (total), considerando que é a mais proeminente. O corpus da pesquisa, composto de 101 (cento e um) itens reduplicados (vide lista de dados), constituiu-se essencialmente a partir de levantamento bibliográfico, mais precisamente a partir de Scantamburlo (1999, 2002). Adicionalmente, recorreremos à competência de falantes nativos para suprir lacunas encontradas durante a pesquisa.

O trabalho será estruturado da seguinte forma: depois de termos feito a introdução, trataremos, no primeiro momento, do guineense; já no segundo momento, apresentaremos, com base em alguns estudos, mas, sobretudo nos de Kiyomi (1995), Kabore (1998) e Kager (1999), o conceito da reduplicação, para, em seguida, tratarmos dos procedimentos metodológicos utilizados na realização deste estudo; sequencialmente, serão apresentados os processos de reduplicação no guineense,

<sup>1</sup> Embora não enraizada ainda, a utilização do termo guineense neste estudo para se referir ao crioulo que se fala na Guiné-Bissau, assim como o fez Scantamburlo (1999, p. 6), tem um viés político e visa à valorização dessa língua, “verdadeiramente nacional, veicular e inter-étnica, e a evitar a conotação depreciativa que o termo crioulo tem ainda no país e no mundo”. A língua é localmente denominada de *kriyol* – em guineense – denominação essa que não vamos usar para referir esta língua por se tratar de um termo genérico. A maioria das línguas crioulas é chamada dessa forma por seus falantes (por exemplo, o crioulo haitiano é chamado localmente de *kreyòl*; o crioulo de base inglesa falado na Austrália recebe o nome de *kriol*), dessa forma, nomear uma língua como *crioulo* pode gerar confusão, já que o termo remete a diversas línguas. Assim, assumimos que o guineense é uma língua crioula em virtude das circunstâncias sócio-históricas de sua formação, contudo não usaremos o termo *kriyol* para nomeá-la.

concentrando-nos, sobretudo, na análise dos dados, e, para finalizar, faremos algumas considerações.

### 1.1 Guineense

O guineense é uma língua falada na Guiné-Bissau que teve (no processo da luta pela independência) e continua tendo um papel social de grande importância, tendo em conta que exerce a função de elo entre diferentes grupos sociais e é a língua de unidade nacional. É hoje considerada indiscriminadamente a língua dos guineenses, a língua de *guinendadi*<sup>2</sup>, falada pela maioria da população. O uso do guineense como língua veicular abrange todos os aspectos do quotidiano dos guineenses (comércio, *djumbai*, *toka-tcur*<sup>3</sup> e outras cerimônias étnico-religiosas) e a essas atividades e eventos se juntam os serviços de Estado, que, mesmo empregando a modalidade escrita portuguesa, que é a língua oficial, têm a comunicação oral realizada essencialmente em guineense (Augel, 2007). É de Augel a constatação de que a predominância do guineense não significa de modo algum monolinguismo e faz lembrar que enquanto o guineense predomina nas zonas urbanas da Guiné-Bissau, do lado oposto, isto é, nas zonas rurais, a predominância tende a ser de outras línguas autóctones/africanas, como fula, mandinga, balanta, pepel, entre outras (Augel, 2007, p. 84).

Importa ressaltar aqui a importância desta língua crioula na vida dos guineenses e destacar que não é encorajado o seu uso nas salas de aulas e até mesmo nos recintos escolares, entretanto, os professores frequentemente recorrem ao idioma para melhor fazer os alunos compreenderem os conteúdos. Apesar de haver propostas de normatização e fixação da sua escrita, o guineense é uma língua essencialmente oral, sendo, assim, não constitui a língua de ensino. Não obstante o exposto acima, o guineense é utilizado nas campanhas de prevenção às doenças, surtos (de cólera e ebola, por exemplo), nos anúncios publicitários das rádios e televisão nacional, nas propagandas comerciais das empresas de telecomunicação e em alguns *blogs*, nos quais, entre tantas publicações em português, aparecem algumas linhas em guineense<sup>4</sup>. Na opinião de Semedo (2011, p. 81), o guineense é usado para atingir a maioria da população.

No que diz respeito à formação desta língua, este assunto está envolto à polémica e tem suscitado debates. As hipóteses formuladas são as mais diversas: Naro (1978) e Carreira (1972), por exemplo, ambos citados por Rougé (1986, p. 29-32), entendem ser portuguesa e cabo-verdiana, respectivamente, a origem do guineense. A hipótese europeia se embasa em uma presunção de que os crioulos da África Ocidental teriam surgido a partir de um *pidgin* português. Já a hipótese insular, por sua vez, alega que a língua crioula que hoje se fala na Guiné-Bissau “ter-se-ia formado em Cabo Verde e que só depois teria sido transferido para o continente [leia-se Guiné-Bissau e região de Casamansa, parte do Senegal]” (Rougé, 1986, p. 31). Para Couto (1994, p.

<sup>2</sup> Um termo corrente entre os guineenses que carrega certo significado de sentimento de pertença, isto é, de ser e pensar em uma Guiné positiva.

<sup>3</sup> *Djumbai* é um termo do guineense para descrever momentos de conversa, convívio, encontro, troca de ideias entre pessoas. *Toka-tcur*, por seu turno, são cerimônias fúnebres tradicionais, inclusive festas, praticadas por alguns grupos étnicos da Guiné-Bissau, em memória de um ente falecido.

<sup>4</sup> No *blog* Ditadura de Consenso, de vez em quando, publicam-se textos em guineense, como se pode ver nesta publicação de 13 de outubro de 2017: <http://ditaduraconsenso.blogspot.com.br/2017/10/denuncia.html>.

31) não há dados que corroboram tais afirmações e atribuí uma origem continental a esse crioulo. Por não constituir o escopo deste estudo, não vamos adentrar essa discussão. Contudo, o que se pode afirmar com relativa precisão é que a origem do guineense não se deve à deformação da língua portuguesa, “mas antes se traduziu na homogeneização e africanização de certos elementos do português, correspondendo a [sic] necessidade dum dado processo histórico e social” (Rougé, 1986, p. 28).

## 2 REDUPLICAÇÃO

Segundo Urbanczyk (2017, p. 1), a reduplicação é um processo de formação de palavras, no qual parte ou o todo de uma palavra é copiado. Essa operação tem como propósito a criação de novos itens lexicais que veiculam novas informações. Ainda de acordo com a mesma autora, a reduplicação envolve dois conceitos básicos importantes: o reduplicante e a base. O primeiro diz respeito à parte que se repete, e o segundo refere-se à parte da palavra que fornece os segmentos repetidos.

Kiyomi (1995, p. 1146), por sua vez, fornece formulação para explicitar o conceito da reduplicação, postulando o seguinte:

Considerando uma palavra com a forma fonológica X, a reduplicação refere-se a XX ou xX (onde x é parte de X e x pode aparecer antes, depois ou no interior do X). O XX significa reduplicação total e xX se refere à reduplicação parcial. (Kiyomi, 1995, p. 1146, tradução nossa).

Além disso, ele estabelece as seguintes condições: “(i) XX ou xX deve ser relacionado semanticamente a X; (ii) XX ou xX deve ser produtivo” (Kiyomi, 1995, p. 1146, tradução nossa).

A essa condição acrescentam-se as seguintes:

- (iii) “a forma reduplicada não deve ter valor onomatopaico” (Gonçalves; Vialli, 2015, p. 127);
- (iv) “a base e o reduplicante não devem ser semanticamente opostos” (Araujo, 2002, p. 75).

Os postulados de (i) a (iv) representam em partes aquilo que constitui o padrão estrutural da reduplicação e descreve sua função morfológica, quando Kiyomi (1995, p. 1146) estabelece em (ii) que o XX ou xX deve ser produtivo.

Conforme visto, a reduplicação pode ser total ou parcial. Segundo Kager (1999, p. 194-195), quando a palavra-base é copiada na íntegra, estamos perante a reduplicação total. Contudo, quando o processo de reduplicação envolve somente a cópia de parte do(s) segmento(s) constituinte(s) da palavra-base, estamos perante a reduplicação parcial. Além disso, há outros dois conceitos para diferenciar tipos de reduplicação, a saber: a reduplicação verdadeira e a reduplicação falsa (pseudoreduplicação) (Araujo, 2002, p. 75). De acordo com esse autor, a diferença entre ambas reside no fato de, na primeira, a forma reduplicada possuir um item lexical independente, isto é, uma palavra autônoma na língua, ao contrário da reduplicação falsa, cujo item existe somente na forma reduplicada. Os exemplos em (1), (2) e (3) são ilustrações dos tipos de reduplicação mencionados nesta seção.



(Kabore, 1998, p. 363-365, tradução nossa)

Em fulfulde (também conhecido em outros lugares, inclusive na Guiné-Bissau, como fula), por exemplo, pode-se encontrar a reduplicação a expressar valor distributivo (6a), intensificação (6b) e iteração/repetição (6c), só para citar alguns exemplos.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

O material analisado neste estudo se constituiu essencialmente a partir de bibliografia já disponível. Scantamburlo (2002) foi a nossa fonte principal. Trata-se de um dicionário bilíngue guineense/português composto de 10.567 entradas atestadas com exemplos extraídos de um corpus de 750.000 ocorrências, concebido para “dar testemunho ao léxico do Guineense” (Scantamburlo, 2002, p. 5). Ressalta-se que do total das vedetas/entradas, somente 2.456 haviam sido atestadas pelos dicionários ou livros sobre o guineense, o que faz do *Disionariu guinensi-português* o mais completo e apropriado para este estudo. Com efeito, 58 itens analisados neste artigo, em um universo de 101 casos de reduplicação, provieram do referido dicionário, através de um levantamento. Adicionalmente, recorreremos a alguns falantes nativos do guineense, inquirindo-os sobre casos de reduplicação que eles conhecem e que realmente são usados na língua, mas que não foram contemplados no estudo acima mencionado (por exemplo, *ndjita-ndjita* ‘continuar a consertar provisoriamente ou a pôr a jeito’, *muntu-muntu* ‘aos montes’, entre outros, contabilizando os demais 43 itens). Nossa concepção do que seria ou não uma palavra reduplicada seguiu os postulados determinados em Kiyomi (1995), Araujo (2002) e em Gonçalves e Vialli (2015), citados na seção 2.

As tabelas 1 e 2 trazem, respectivamente, dados quantitativos sobre a distribuição por categoria gramatical das palavras-base e das formas reduplicadas.

Tabela 1 – Dados quantitativos da palavra-base e sua distribuição por categoria gramatical.

Nome	Categoria gramatical da palavra-base			
	Verbo	Adjetivo	Advérbio	Numeral
06	72	07	05	01
Total – 91				

Fonte: Elaborado pelos autores.

A disparidade entre o número total da categoria gramatical da palavra-base disponível na tabela 1 e o número de itens de reduplicação analisados neste estudo (101) encontra sua razão de ser no fato de algumas palavras-base resultarem em mais de uma forma reduplicada, como, por exemplo, *lati* ‘estar sem força; ficar fraco’ que dá origem às formas *lati-lati* ‘perder toda força até desmaiar; estar sem nenhuma energia’ e *lati-latidu*<sup>8</sup> ‘muito enfraquecido; muito flácido ou fofo’; ou ainda *sugundi* ‘esconder’ da qual provieram os termos *sugundi-sugundi* ‘continuar a ocultar-se; esconde-esconde’ e *sugundi-sugundidu* ‘escondido’. Isso significa, por conseguinte, que há formas

seria o *hari*, o que nos motivou a pensar que a palavra-base da forma reduplicada em questão, provavelmente, poderia ser *nari*, apresentando, naturalmente, variações fonéticas.

<sup>8</sup> De acordo com Scantamburlo (2002, p. 140) o *-du* é o “sufixo acrescentado aos verbos transitivos ou causativos na forma do passivo”. No entanto, quando acrescentado à forma reduplicada verbal, funcionalmente o morfema *-du* é, geralmente, usado para a formação de adjetivos.

reduplicadas remetendo a mais de uma categoria gramatical. Com efeito, e a título de ilustração, valeremos da expressão *tcapa-tcapa* que por si só contém o significado verbal ‘consertar; emendar’ e ainda nominal ‘tipo de vestimenta/roupa’. Além disso, tem-se o termo *toka-toka*, o qual, a depender do contexto de uso, pode remeter ao nome ‘transporte coletivo’ ou ao verbo ‘chegar-se; ajeitar-se’. Nesse caso em que as formas reduplicadas remetem a significados (e classes) diferentes, os dados serão considerados como entradas diferentes, tendo em vista que compartilham a mesma forma fonético-fonológica, mas os significados são distintos (por isso não são equivalentes). A tabela 2 mostra os dados de reduplicação segundo sua distribuição por categoria gramatical.

Tabela 2 – Dados quantitativos de reduplicação e sua distribuição por categoria gramatical.

Nome	Categoria gramatical da forma reduplicada			
	Verbo	Adjetivo	Advérbio	Numeral
09	73	12	06	01
Total – 101				

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que concerne à análise, antes de tudo, identificamos a característica prevalecte, em termos formais, da reduplicação no guineense, principalmente no que diz respeito a seu material constituinte. Ainda no que se refere à análise, neste estudo, como no de Kouwenberg e Murray (1994), analisamos a reduplicação por meio de seleção de categorias gramaticais e lexicais, privilegiando os casos da reduplicação verdadeira e total devido a sua proeminência na língua. Por outras palavras, a nossa análise se cingiu nos casos em que a reduplicação da forma fonológica X resulta em forma fonológica XX. Como o guineense permanece, até então, como uma língua sem grafia oficial estabelecida, os vocábulos, neste estudo, são grafados da mesma forma que estão representados em Scantamburlo (2002) e em itálico. No caso dos termos que acrescentamos, tentamos, ao máximo, adequá-los a essa representação. Ou seja, nos dados de Scantamburlo (2002), seguiu-se a grafia usada pelo autor. Nos demais dados coletados com falantes nativos, seguiram-se os critérios desse mesmo autor. Feitas essas considerações, passemos à análise da reduplicação no guineense.

#### 4 REDUPLICAÇÃO NO GUINEENSE

A reduplicação constitui um mecanismo muito recorrente nas línguas para a criação de novos itens lexicais. O seu processo morfológico poderá resultar em itens que indiquem distribuição, intensificação, ato progressivo e iteração. Conforme argumenta Couto (2009, p. 69-79), a reduplicação em português brasileiro, na maioria das vezes, tem função de derivar substantivo a partir do verbo. O autor acrescenta ainda que, no caso específico do guineense, a reduplicação não altera a categoria da palavra, mas indica uma intensificação. Sobre esse ponto, deve-se ter em mente que, no guineense, há casos em que a palavra reduplicada pode assumir, para além da categoria que comporta na sua forma simples, outra categoria; um exemplo é o caso da expressão *toka* ‘tocar’, cuja reduplicação *toka-toka* significa ‘transporte coletivo’. O nome *toka-toka* diz respeito ao fato que os passageiros estão sempre muitos apertados e tocam-se (Scantamburlo, 2002).

Outro fato digno de constatação é, segundo Novotna (2000, p. 59), a possibilidade de ocorrência de algumas modificações no processo reduplicativo, tais como queda ou alternância vocálica, metátese, entre outras. Essa advertência se mostra

não só pertinente como nos convida também a pensar as características desse fenômeno no guineense, assunto que será objeto do item 4.1.

#### 4.1 Propriedades formais

A tendência da reduplicação no guineense é a não ocorrência de nenhuma modificação da base; dizendo de outro modo, não ocorre perda de material segmental, como se observa em (7).

- (7)
- |                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| a. <i>pidi</i> ‘pedir; solicitar’ | <i>pidi-pidi</i> ‘mendigar; esmolar’<br>(Scantamburlo, 2002, p. 460)                   |
| b. <i>djungu</i> ‘cochilar’       | <i>djungu-djungu</i> ‘cochilar com frequência ou continuamente’<br>(Dados dos autores) |

Não obstante a observação feita, há casos em que certas mudanças podem ocorrer, como o apagamento da vogal átona final da base, em oposição ao reduplicante que a mantém, conforme demonstrado nos exemplos em (8a, b, c).

- (8)
- |   |  |
|---|--|
| a. <i>kuri</i> ‘correr’   | <i>kur-kuri</i> ‘correr de forma contínua’ |
| b. <i>djur-djuri</i> ‘desgrenhar ou despentear os cabelos’            | * <i>djuri</i>                             |
| c. <i>ier-ieri</i> ‘chuviscar; espalhar grão’<br>(Scantamburlo, 2002) | * <i>ieri</i>                              |

FLP 22(2)

Não encontramos dados que comprovam a existência da base dos exemplos em (8b) e (8c). Contudo, é possível que tenham entrado para a língua via empréstimo já nas suas formas reduplicadas, haja vista que para o termo *ier-ieri*, evidências apontam para uma possível origem mandinga *yéeri*, cujo significado é ‘espalhar grãos’ (Scantamburlo, 2002, p. 223), mas também pode ser que tenha havido um abandono da forma não reduplicada (entrou em desuso). Porém, do ponto de vista sincrônico, são casos de reduplicação falsa.

Por outro lado, o acréscimo de objetos linguísticos à forma reduplicada constitui elemento característico da reduplicação nessa língua. Isso acontece devido ao morfema *-du*<sup>9</sup>, o qual Scantamburlo (2002, p. 140) concebe como “sufixo acrescentado aos verbos transitivos ou causativos na forma do passivo”, que é linearmente ligado à forma reduplicada para formar adjetivos. Vejamos os exemplos em (9a, b, c).

- (9)
- |  |  |
|--|--|
| a. <i>nbafi</i> ‘puxar os cabelos; agarrar; pegar energicamente’ | <i>nbafi-nbafidu</i> ‘diz-se dos cabelos despenteados’ |
|--|--|

<sup>9</sup> Nos exemplos com a partícula de participípio *-du*, temos a associação do *-du* à palavra inteira, o que, desconsiderando a estrutura interna, sinaliza que a forma reduplicada se comporta como uma palavra prosódica da língua. Esse comentário é de um revisor anônimo que nos chamou atenção para este fato e a quem agradecemos.

(Dados dos autores)

b. <i>sapa</i> ‘cortar’	<i>sapa-sapadu</i> ‘cortado aos pedaços’
c. <i>pinta</i> ‘aplicar cores’	<i>pinta-pintadu</i> ‘de várias cores; polícrono’ (Scantamburlo, 2002)

Respeitante à característica silábica, observa-se que, no guineense, a reduplicação pode partir de uma base monossilábica (10a), dissilábica (10b) e trissilábica (10c)<sup>10</sup>.

(10)

a. <i>kai</i> ‘cair; dar queda; tombar’	<i>kai-kai</i> ‘cair de modo repetitivo’ (Dados dos autores)
b. <i>ianda</i> ‘andar’	<i>ianda-ianda</i> ‘andar por todos os lados’
c. <i>sugundi</i> ‘esconder’	<i>sugundi-sugundi</i> ‘esconde-esconde’ (Scantamburlo, 2002)

Até aqui nos limitamos tão somente à discussão dos aspectos característicos da reduplicação no guineense. Vimos que, nessa língua, o reduplicante geralmente tende a copiar na íntegra o material constituinte da base, não obstante algumas modificações que podem ocorrer. A seguir, aprofundaremos o debate e questões como funções e categorias gramaticais dos itens serão consideradas.

FLP 22(2)

## 4.2 Discussão

Kouwenberg e Murray (1994, p. 21), ao estudarem o papiamentu, verificaram que a reduplicação nessa língua se aplica tanto a categorias gramaticais quanto a lexicais. Para a primeira categoria, esses estudiosos distinguiram a função de intensificação, cujo input pode ser uma palavra de qualquer categoria lexical, e a função distributiva que se vale de “nomes contáveis e de palavras que referem à quantidade (numerais, alguns nomes e advérbios) como *input*” (Kouwenberg; Murray, 1994, p. 21, tradução nossa). No que interessa à segunda categoria, estabelecem-se dois tipos de relação semântica: na primeira, a reduplicação se refere à múltipla ocorrência daquilo que é veiculado pela palavra-base e, na segunda, a reduplicação aponta para um objeto ou uma atividade que tem o que é descrito pela palavra-base como a característica mais saliente. O guineense, por seu turno, comunga desse processo. Com efeito, apresentaremos os dados referentes à reduplicação no guineense, cuja análise foi feita através das seleções de categorias gramaticais de cada item e, além disso, analisaremos suas respectivas funções gramaticais e lexicais, que serão representadas por meio de quadros (1, 2, 3, 4, 5, e 6). Cada resultado será discutido separadamente.

<sup>10</sup> O acento nesta língua é determinado pela “estrutura silábica e a categoria gramatical das unidades acentuais”, de acordo com Chapouto (2014, p. 17), razão pela qual não se pode fazer generalização. Segundo essa autora, nos verbos, por exemplo, geralmente a última sílaba é sempre tônica, mas, “quando o proclítico (N-) se junta à sílaba inicial do verbo, esta recebe o acento” (Chapouto, 2014, p. 18).

Quadro 1 – Categoria verbal sem mudança categorial entre a palavra-base e a reduplicada.

Palavra-base	Forma reduplicada
<i>Djubi</i> ‘olhar’	<i>Djubi-djubi</i> ‘procurar por toda parte’
<i>Ndjudja</i> ‘ajeitar/unir’	<i>Ndjudja-Ndjudja</i> ‘continuar a ajeitar ou continuar a unir’
<i>Falta</i> ‘ausentar-se’	<i>Falta-falta</i> ‘ausentar-se com frequência’
1) <i>Tcapa</i> <sup>11</sup> ‘consertar/emendar’	<i>Tcapa-tcapa</i> ‘consertar ou emendar vários itens’; ‘tipo de vestimenta/roupa’
2) <i>Tcapa</i> ‘apanhar’ ou ‘segurar algo lançado’	<i>Tcapa-tcapa</i> ‘apanhar ou assegurar algo de modo repetitivo’

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro 1, os itens mantêm a mesma categoria verbal, tanto na palavra base assim como na forma reduplicada. Esses casos são mais frequentes na categoria verbal, e as formas reduplicadas estabelecem relações semânticas com as bases, como em *falta* ‘ausentar-se’ e na sua forma reduplicada *falta-falta* ‘ausentar-se com frequência’. Nesse caso, embora seja perceptível a função de regularidade da ação na segunda forma, preserva-se a ideia predefinida pelo verbo, ‘ausentar-se’. Portanto, tanto *falta* quanto *falta-falta* são verbos, conforme evidenciado em (11a) e (11b) nesta ordem.

(11)

a. I *falta* aula di português  
 3SG<sup>12</sup> *faltar*.PERF aula PREP português  
 ‘Ele faltou à aula de português’

b. I *falta-falta* aula de português  
 3SG *faltar* repetidas vezes.PERF aula PREP português  
 ‘Ele faltou repetidas vezes à aula de português’

(Dados dos autores)

Constata-se também que é comum existir mais de um significado expresso pelas mesmas palavras-base e reduplicadas. Exemplo disso é o caso de *tcapa* ‘consertar/emendar’ e *tcapa-tcapa* ‘consertar ou emendar vários itens’, que contêm outros significados como: *tcapa* ‘apanhar’ ou ‘segurar’ e *tcapa-tcapa* ‘apanhar’ ou ‘segurar algo lançado de modo repetitivo’ ou ainda referindo-se a ‘um tipo de vestimenta/roupa’. Enfim, o mesmo item pode ter diversos significados e apresentar mais do que uma função gramatical, pois a mesma forma reduplicada *tcapa-tcapa* no

<sup>11</sup> No quadro 3, apresentaremos o *tcapa* com significado nominal. Na sequência, teceremos argumentos morfosintáticos que comprovam a versatilidade do termo.

<sup>12</sup> Significado das siglas dos exemplos (11, 12, 13 e 14): **3SG** terceira pessoa do singular; **PERF** perfectivo; **PREP** preposição; **1PS** primeira pessoa do singular; **2SG** segunda pessoa do singular; **1PL** primeira pessoa do plural; **N** nome; **POSS** possessivo.

último exemplo (com significado verbal) apresenta a função iterativa, enquanto que a primeira indica a distributiva que será discutida no quadro 5.

Quadro 2 – Categoria verbal que apresenta categorias variáveis na forma reduplicada.

Palavra-base (verbo)	Forma reduplicada (verbo ou nome)
<i>Djunda</i> ‘puxar’	<i>Djunda-djunda</i> ‘puxa-puxa’ ou ‘disputar algo, litígio, confusão’
<i>Toka</i> ‘tocar’	<i>Toka-toka</i> ‘nome dos transportes coletivos da Guiné-Bissau’ ou ‘chegar-se/ajeitar-se’

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dois itens (*djunda* ‘puxar’ e *toka* ‘tocar’) são exemplos dos poucos itens verbais (constituem 3,03% do conjunto dos dados) do guineense que, nas suas formas reduplicadas (*djunda-djunda* ‘puxa-puxa’ ou ‘disputar algo, litígio/confusão’ e *toka-toka* ‘chegar-se’ ou ‘nome do transporte coletivo urbano da Guiné-Bissau’), assumem duas categorias gramaticais, isto é, verbo e nome. A expressão *toka-toka*, por exemplo, serve para referir ao transporte coletivo urbano, nesse caso, é um nome e também tem o sentido do verbo ‘chegar-se’, ‘ajeitar-se’ ou ‘tocar’, conforme indicado nas sentenças em (12a) e (12b), nesta ordem.

(12)

- a. No bai pa Bande na *toka-toka*  
 1PL ir.PERF PREP Bande PREP N  
 ‘Nós fomos a Bande de *toka-toka*’
- b. N *toka-toka* pa i pudisinta  
 1SG ajeitar repetidas vezes.PERF PREP 3SG poder sentar.PERF  
 ‘Ajeitei-me para que ele/ela pudesse sentar’
- (Dados dos autores)

FLP 22(2)

Quadro 3 – Categoria nominal que apresenta variação categorial na forma reduplicada.

Palavra-base	Forma reduplicada
<i>Kurva</i> ‘traço de uma estrada que não é reta’	<i>Kurva-kurva</i> ‘fazer várias curvas’ ou ‘estrada com curvas’
<i>Marka</i> ‘traço, sinal, vestígio’	<i>Marka-marva</i> ‘fazer marcas’
<i>Piska</i> ‘pesca’	<i>Piska-piska</i> ‘pescar continuamente’ ou ‘sirene, pisca-alerta’
<i>Tcapa</i> ‘chapa’	<i>Tcapa-tcapa</i> ‘consertar/emendar vários itens’; ‘tipo de vestimenta/roupa’

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro 3, as formas bases expressam noções de nome, mas pelas suas naturezas na língua podem funcionar como verbos, isto a depender do contexto, por isso, possuem mais de uma entrada na língua. Exemplificamos esse fato com a palavra-base *marka* ‘traço, sinal, vestígio’ em (13a) e (13b). No primeiro exemplo, ela exerce a função nominal e no segundo, verbal.

(13)

- a. N odja *marka* na tcon  
 1SG ver.PERF marca PREP chão  
 ‘Eu vi marca no chão’
- b. Bu *marka* runion pa amanhã  
 2SG marcar.PERF reunião PREP amanhã  
 ‘Tu marcaste reunião para amanhã’  
 (Dados dos autores)

Essa constatação justifica a existência de reduplicações no guineense que apresentam categorias diferentes, conforme visto no quadro 3. Os vocábulos que servem de base no quadro 3 foram vistos sob perspectiva nominal, porém, nas suas formas reduplicadas, não seguem apenas a mesma categoria, assumem também outras. Nesse sentido, podemos tomar como exemplo o vocábulo *tcapa* que significa, dentre outras significações possíveis, ‘folha de metal, espécie de zinco’, mas, na sua forma reduplicada, *tcapa-tcapa*, pode significar ‘consertar/emendar’, sustentando a alteração da classe gramatical outrora defendida, pois estamos perante a mudança da categoria nome para verbo. Vejamos os exemplos em (14a) e (14b).

(14)

- a. No pui *tcapa* na kintal  
 1PL pôr N PREP quintal  
 ‘Nós pomos a chapa de metal no quintal’
- b. Nó *tcapa-tcapa* si sapatu  
 1PL consertar repetidas vezes.PERF POSS sapato  
 ‘Nós consertamos o sapato dela/dele’  
 (Dados dos autores)

Por outro lado, há casos em que a forma base pode manter a mesma categoria na sua forma reduplicada; como exemplo, valer-nos-emos do mesmo vocábulo, *tcapa*, ‘folha de metal, espécie de zinco’, que, na sua forma reduplicada, *tcapa-tcapa*, designa ‘tipo de uma roupa’, cujo produto final é o resultado do emendar dos pedaços de tecidos. Aqui se mantém a categoria gramatical ‘nome’ tanto na forma simples quanto na forma reduplicada. Entretanto, torna-se difícil, neste caso em específico, determinar apenas uma classe como forma base, dado que a forma reduplicada *tcapa-tcapa* ‘tipo de uma roupa’ tanto pode se relacionar com a base nominal ‘folha de metal, espécie de zinco’ quanto com o verbo ‘consertar, emendar’, como aparece no quadro 1.

FLP 22(2)

Quadro 4 – Categoria adverbial sem mudança categorial entre forma base e reduplicada.

Palavra-base	Forma reduplicada
<i>Amanba</i> ‘amanhã’	<i>Amanba-amanba</i> ‘futuramente’
<i>Djanam</i> ‘de imediato/agora’	<i>Djanam-djanam</i> ‘imediatamente’
<i>Gosi</i> ‘agora’	<i>Gosi-gosi</i> ‘agora mesmo/nesse instante’

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro 4, nota-se que os advérbios do guineense nas formas reduplicadas estabelecem as relações semânticas com as formas bases e apresentam o predomínio da função modalizadora.

Até aqui a nossa análise se cingiu ao aspecto gramatical da reduplicação, em que, dentre outras coisas, apresentamos e analisamos em quais categorias gramaticais de classes de palavras se aplica o processo de reduplicação no guineense. A seguir, no quadro 5, mostraremos quais funções a reduplicação exerce no guineense. As definições da função gramatical e da função lexical adotadas neste trabalho seguem os moldes de Kouwenberg e Murray (1994), abordadas na abertura desta seção. Para análise, consideramos não somente as funções que Kouwenberg e Murray apresentam, bem como as que já foram identificadas em vários outros textos, nomeadamente, Kabore (1998), Araujo (2002), Bandeira e Freitas (2012) e Freitas e Bandeira (2016). Portanto, será uma retomada da discussão de tais funções.

FLP 22(2)

Quadro 5 – Funções gramaticais da reduplicação no guineense.

Funções	Palavra-base	Forma reduplicada
Intensificação	<i>Kinti</i> ‘quente’	<i>Kinti-kinti</i> ‘muito depressa; rapidamente’
Iterativa/Repetitiva	<i>Djukuta</i> ‘pular’	<i>Djukuta-djukuta</i> ‘saltar ou pular de um lado para outro o tempo todo’
Regularidade	<i>Falta</i> ‘ausentar’	<i>Falta-falta</i> ‘ausentar sempre/ausentar com frequência’
Distributiva	<i>Muntu</i> ‘monte’ <i>Tris</i> ‘três’	<i>Muntu-muntu</i> ‘aos montes’ <i>Tris tris</i> ‘três por três/três em três’

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 5 destaca itens que comprovam a existência de quatro funções gramaticais que aparecem no processo da reduplicação no guineense até o presente momento do nosso estudo. A forma reduplicada *kinti-kinti* ‘muito depressa/rapidamente’ intensifica a ação predefinida pelo vocábulo-base (*kinti* ‘quente’). Por seu turno, a função iterativa sugere que uma ação é continuamente repetitiva. Esse, segundo Araujo (2002, p. 75), “é um tipo comum de reduplicação nas línguas do mundo” e é a que aparece com mais frequência no guineense (perfazendo 51,51% do corpus analisado). O termo *djukuta* ‘pular’, na sua forma reduplicada *djukuta-djukuta* ‘pular e pular de novo’, é tido como um único evento de pular, no entanto, de forma repetitiva. Além disso, destaca-se a função da regularidade com a forma *falta-falta*, cujo significado é ‘ausentar com frequência’, isso quer dizer, a ação de *falta* ‘ausentar’ perdura por um tempo regular, essa ideia é sempre expressa na forma reduplicada. Constata-se também a função distributiva em *muntu-muntu* ‘aos montes’ e *tris-tris* ‘três por três/três em três’. A ideia aqui se refere à ação distributiva que pode ser aos montes ou em grupos de três.

O quadro 6, abaixo, diz respeito às funções lexicais da reduplicação no guineense. Nele estão representadas as quatro funções lexicais até aqui observadas.

Quadro 6 – Funções lexicais da reduplicação no guineense.

Relações	Vocábulo-base	Forma reduplicada
Múltipla ocorrência daquilo que é veiculado pela palavra-base	<i>Pinga</i> ‘gotejar’ <i>Riska</i> ‘riscar’	<i>Pinga-pinga</i> ‘várias goteiras’ <i>Risku-risku</i> ‘diz-se dos objetos que apresentam um <i>design</i> listrado’
Modalização	<i>Amanba</i> ‘amanhã’	<i>Amanba-amanba</i> ‘futuramente’
Alteração do campo semântico	<i>Kor</i> ‘cor’	<i>Kor-kor</i> ‘nome duma espécie de peixe’
Descrição pela palavra base como a característica mais proeminente	<i>Serka</i> ‘perseguir com objetivo de apanhar’	<i>Serka-serka</i> ‘um tipo de brincadeira (jogo) que consiste em perseguir a pessoa com intuito de apanhá-la’

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse último quadro (6), é possível compreender as possíveis relações lexicais que ocorrem entre o vocábulo-base e a forma reduplicada. As palavras guineenses *pinga* ‘cair uma gota/gotejar’ e *riska* ‘riscar’ e as suas formas reduplicadas, *pinga-pinga* ‘várias goteiras’ e *risku-risku* ‘diz-se dos objetos que apresentam um *design* listrado’, respectivamente, estabelecem uma relação de múltipla ocorrência, porque as formas reduplicadas projetam a ideia de multiplicação da ação dos verbos relativos a ‘gotejar’ e ‘riscar’. Os advérbios *amanba* ‘amanhã’ e *amanba-amanba* ‘futuramente’ mantêm a noção do tempo definida pela palavra-base, isto é, a ideia do futuro, no entanto, essa

FLP 22(2)

ideia é indeterminada na forma reduplicada, pois quando se diz futuramente, não se sabe o tempo exato no futuro. A terceira função nos remete à ideia de alteração do significado. Todavia, o termo *kor-kor*, que designa uma espécie de peixe, terá sido eventualmente dado a esse peixe por apresentar cores diferentes, essa posição não invalida a noção da alteração do campo semântico, pois o resultado dessa combinação proveniente da reduplicação da palavra *kor* ‘cor’ nos submete a um novo significado, peixe, mas não um qualquer, uma espécie específica de peixe, chamado de *kor-kor*.

Além disso, uma quarta função observada é quando a forma reduplicada remete a um objeto ou atividade que tem o que é descrito pela palavra-base como a característica mais proeminente. Um exemplo desse caso é a palavra *serka* ‘perseguir com objetivo de apanhar’, da qual se forma *serka-serka* ‘um tipo de brincadeira (jogo) que consiste em perseguir a pessoa com intuito de apanhá-la’. Portanto, temos aqui uma atividade, o jogo, cuja essência é descrita pela palavra-base, isto é, *serka*: perseguir com a finalidade de apanhar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos dados de um corpus que serviu de base para este estudo, constatamos que a reduplicação é um recurso utilizado no guineense moderno para transmitir novas informações. Araujo (2002, p. 75) propôs que a função iterativa/repetitiva “é um tipo comum de reduplicação nas línguas do mundo” e no português brasileiro em particular. É, por conseguinte, esta função que surge com maior expressividade no guineense; ou seja, quando o vocábulo base é um verbo, a reduplicação tende a funcionar, na maioria das vezes, como ato iterativo que indica que uma ação é continuamente repetitiva. Além disso, observou-se que o verbo é a classe gramatical em que mais se aplica o processo da reduplicação.

Dentre as funções gramaticais, era de se esperar que a iterativa se apresentasse como a mais predominante, considerando que, no levantamento de dados, é a que aparece com maior expressividade, e isso se confirmou. Em alguns casos, é possível constatar diferenças no nível semântico entre a palavra-base e a reduplicada como, por exemplo, em *tcapa* ‘folha de metal, espécie de zinco’ e *tcapa-tcapa* ‘consertar ou emendar vários itens’ ou ‘tipo de vestimenta’. No que tange às funções lexicais, nota-se, até o momento, que o guineense apresenta quatro tipos de relações semânticas: múltipla ocorrência da ideia veiculada pela base (*pinga* ‘gotejar’ – *pinga-pinga* ‘várias goteiras’), descrição do tempo pela palavra-base (*amanha* ‘amanhã’ – *amanha-amanha* ‘futuramente’), descrição de um objeto ou atividade pela palavra-base através da característica mais proeminente (*serka* ‘perseguir com objetivo de apanhar’ – *serka-serka* ‘um tipo de brincadeira (jogo) que consiste em perseguir a pessoa com intuito de apanhá-la’) e diferença semântica (*kor* ‘cor’ – *kor-kor* ‘nome duma espécie de peixe’).

No que concerne aos tipos de reduplicação, salienta-se que não se observou nenhum caso de reduplicação parcial, todavia, este estudo ainda é inicial e precisa ser continuado. Constatamos a possibilidade de ocorrência de queda ou acréscimo de elementos linguísticos à forma reduplicada, contudo, todos os casos verificados foram de reduplicação total, o que, assim sendo, corrobora a ideia de identidade segmental e prosódica entre o reduplicante e a base. Por outro lado, vimos que a reduplicação pode partir de uma base monossilábica, dissilábica e trissilábica. Mesmo assim, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre o mapeamento da reduplicação para

FLP 22(2)

saber se o que é copiado é o *template CV* ou o *template* prosódico (no caso, a palavra prosódica). Sendo assim, esse será o próximo passo a fim de aprofundar aspectos não contemplados aqui.

## REFERÊNCIAS

- Araujo G. Truncamento e reduplicação no português brasileiro. *Revista Estudos Linguísticos*. 2002;10(1):61-90.
- Augel MP. O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond; 2007.
- Bandeira M, Freitas S. A reduplicação no papiamentu. *PAPIA*. 2012;22(2):323-334.
- Carreira A. Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878). Bissau: Centro de estudos da Guiné Portuguesa; 1972.
- Chapouto SM. Contribuição para a descrição de aspectos fonológicos e prosódicos do crioulo guineense [dissertação]. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra; 2014.
- Couto H. O crioulo português da Guiné-Bissau. Hamburg: Buske; 1994.
- Couto H. Os compostos no crioulo português da Guiné-Bissau. *PAPIA*. 2009;19:69-79.
- Freitas S, Bandeira M. Análise morfológica dos crioulos do golfo da Guiné e do kabuverdianu. *Estudos linguísticos*. 2016;45(1):242-256.
- Gonçalves C, Vialli L. Por uma abordagem compreensiva da reduplicação no português brasileiro. *Pontos de integração*. 2015;5(1):123-141.
- Kabore R. La réduplication. *Les langues d'Afrique subsaharienne: faits de langues*. 1998;11-12:359-376.
- Kager R. *Optimality theory*. Cambridge: Cambridge University Press; 1999.
- Kihm A. *Kriyol syntax*. Amsterdam: Benjamins; 1994.
- Kiyomi S. A new approach to reduplication: a semantic study of noun verb reduplication in the Malayo-Polynesian languages. *Linguistics*. 1995;33(6):1145-1167.
- Kouwenberg S, Murray E. *Papiamentu*. München: Lincom Europa; 1994.
- Lusekelo A. A description of kinyakyusa reduplication. *Journal of Theoretical Linguistics*. 2009; 6(2):18-37.
- Mello MA. A questão da produtividade morfológica no guineense [tese]. Brasília: Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília; 2007.
- Naro AJ. A study on the origins of pidginization. *Language*. 1978;54(2):314-347.
- Novotna J. Reduplication in swahili. *Afrikanische Arbeitspapiere*. 2000;64:57-73.
- Rougé JL. Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. *Soronda - Revista de estudos guineenses*. 1986;2:28-49.

FLP 22(2)

Scantamburlo L. Dicionário do guineense, volume I – introdução e notas gramaticais. Lisboa: Edições Colibri/FASPEBI; 1999.

Scantamburlo L. Dicionário do guineense, volume II – dicionário guineense-português. Bissau/Bubaque: Edições FASPEBI; 2002.

Semedo OC. Guiné-Bissau: história, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nandyala; 2011.

Urbanczyk S. Phonological and morphological aspects of reduplication. Oxford: Oxford University Press; 2018.

## LISTA DE DADOS

Formas reduplicadas e seus respectivos significados

1.	amanha-amanha	futuramente;
2.	aos-aos	hoje mesmo;
3.	bagana-bagana	desprender em vários lugares;
4.	budji-budji	muito gordo;
5.	buli-buli	agitar-se; mexer constantemente;
6.	djanam-djanam	imediatamente;
7.	djanti-djanti	andar com muita pressa;
8.	djubi-djubi	continuar a observar com atenção; procurar por toda parte/por todos os lados;
9.	djukuta-djukuta	saltar ou pular de um lado para outro o tempo todo;
10.	djumna-djumna	desafio para saber quem chegará primeiro; corrida;
11.	djunda-djunda	puxa-puxa;
12.	djunda-djunda	disputar algo;
13.	djunda-djunda	litígio; confusão;
14.	djingu-djingu	dormitar/cochilar com frequência ou de forma contínua;
15.	djuri-djuri	desgrenhar ou despentear os cabelos;
16.	fala-fala	falar várias vezes; falar confusamente; dizer por dizer;
17.	falta-falta	ausentar sempre; ou ausentar com frequência;
18.	febri-febri	estar sempre doente com febre;
19.	fidi-fidi	fazer muitas feridas;
20.	fura-fura	fazer vários furos; ir de um lado para outro; penetrar em todos os lados;
21.	furta-furta	furtar ou roubar frequentemente;
22.	fuska-fuska	crepúsculo;
23.	gosi-gosi	agora mesmo; neste instante;
24.	ianda-ianda	andar por todos os lados;
25.	iasa-iasa	cozinhar sobre o fogo de modo contínuo;
26.	ientra-ientra	entrar várias vezes;
27.	ieri-ieri	chuviscar;
28.	kai-kai	cair repetidas vezes; dar quedas constantes; tombar muitas vezes;
29.	kala-kala	silenciar-se;
30.	kanta-kanta	continuar a celebrar, cantando; continuar a cantar;
31.	kinti-kinti	muito depressa; rapidamente;
32.	konta-konta	continuar a expor/a contar;
33.	konta-konta	mentir;
34.	kor-kor	espécie de peixe;
35.	korta-korta	cortar em pedaços; dividir em pedaços;
36.	kuri-kuri	continuar a correr ou a fugir;
37.	kurva-kurva	fazer, ter ou ser de várias curvas;
38.	lansa-lansa	lançar ou atirar com frequência;
39.	lati-lati	perder toda força até desmaiar; estar sem nenhuma

FLP 22(2)

		energia;
40.	lati-latidu	muito enfraquecido; muito flácido ou fofo;
41.	lei-lei	ler várias vezes;
42.	manda-manda	dar ordem várias vezes;
43.	manda-manda	encomendar com frequência;
44.	marka-marka	fazer várias marcas;
45.	menda-menda	fazer muitas correções, emendas ou modificações;
46.	miskinha-miskinha	lamentar continuamente;
47.	mopi-mopi	muito amolgado ou machucado;
48.	mopi-mopi	ter muitas mossas;
49.	mpulma-mpulma	continuar a fazer inquéritos ou a pedir informações por todo lado;
50.	muntu-muntu	aos montes;
51.	murdi-murdi	morder por todas as partes;
52.	n'uri-n'uri	continuar a juntar os sobejos da comida;
53.	ndjarga-ndjarga	continuar a buscar refúgio; a abrigar-se ou a esconder-se;
54.	ndjita-ndjita	continuar a consertar provisoriamente ou a pôr a jeito;
55.	ndjudja-ndjudja	continuar a pôr juntos ou a unir;
56.	nhafi-nhafidu	diz-se dos cabelos despenteados;
57.	nhinhi-nhinhi	rir sem graça; sorrir de maneira contínua;
58.	nsomba-nsomba	agir de maneira jeitosa e um bocado fingida para obter favores de alguém.
59.	padasa-padasa	continuar a despedaçar;
60.	padjiga-padjiga	continuar a dispersar;
61.	paka-paka	diz-se do comportamento de pessoas que, de noite, passam de um sítio para outro em busca de bebidas e de companhia;
62.	palpa-palpa	apalpar de forma contínua; continuar a examinar; sondar profundamente;
63.	panta-panta	continuar a provocar medo; assustar-se sempre;
64.	pati-pati	oferecer muitas vezes para outro;
65.	peteli-peteli	estar sempre a abrir ou arregalar os olhos;
66.	pidi-pidi	mendigar; esmolar;
67.	pindra-pindrada	suspenso;
68.	pinga-pinga	várias goteiras;
69.	pinta-pintadu	de várias cores; policromo;
70.	pintca-pintca	continuar a dar empurrões; esforçar-se de ir por diante ou para diante;
71.	piska-piska	pescar de forma contínua;
72.	piska-piska	sirene; pisca-alerta;
73.	punta-punta	perguntar por todos os lados; inquerir; sondar;
74.	rabata-rabata	continuar a tirar algo sem esperar pela sua vez ou sem escrúpulo; apanhar algo com atrapalhão ou azáfama;
75.	rapidu-rapidu	rapidamente; muito rápido;
76.	raspa-raspa	roçar várias vezes;
77.	rasta-rasta	rastejar por todos os lados;
78.	risku-risku	diz-se dos objetos que apresentam um <i>design</i> listrado;
79.	ronda-ronda	dar muitas voltas ao redor de;
80.	sabi-sabi	muito fácil;
81.	sabi-sabi	muito saboroso;
82.	sapa-sapa	cortar em pedaços; dividir em pedaços;
83.	sapa-sapadu	cortado aos pedaços;
84.	serka-serka	continuar a perseguir para apanhar ou para afastar; tipo de jogo;
85.	singa-singa	continuar a cambalear;
86.	somna-somna	fazer barulho várias vezes;
87.	splika-splika	dar explicações continuamente;
88.	sugundi-sugundi	continuar a ocultar-se;
89.	sugundi-sugundi	esconde-esconde; o jogo das escondidas;

FLP 22(2)

90.	sugundi-sugundidu	escondido;
91.	taka-taka	engordar excessivamente;
92.	tapa-tapa	tentar acertar ou cobrir os buracos;
93.	tarbadja-tarbadja	trabalhar continuamente;
94.	tcan-tcan	muito firme;
95.	tcapa-tcapa	apanhar ou segurar algo de modo repetitivo;
96.	tcapa-tcapa	consertar ou emendar vários itens;
97.	tcapa-tcapa	tipo de vestimenta; roupa resultante de emendar dos tecidos;
98.	tcora-tcora	chorar de forma contínua;
99.	toka-toka	chegar-se ou ajeitar-se repetidas vezes;
100.	toka-toka	transporte coletivo;
101.	tris-tris	três por três; três em três

FLP 22(2)